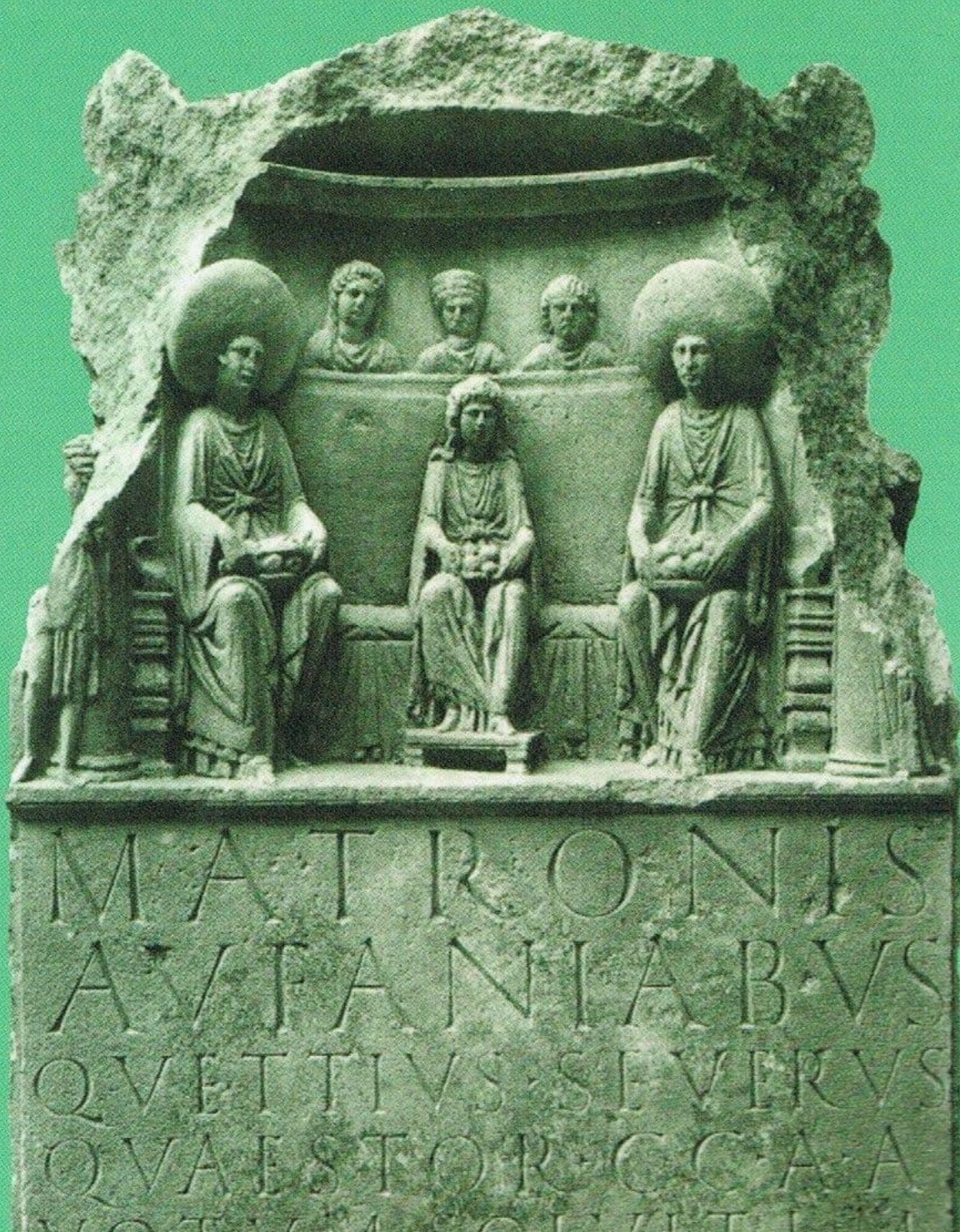




PAGAN GODDESSES IN THE EARLY GERMANIC WORLD

Eostre, Hreda and the Cult of Matrons

Philip A. Shaw



Deusas Pagãs
no
Antigo Mundo Germânico

*Eostre, Hreda e o
Culto das Matronas*

Philip A. Shaw
(Uma tradução não-oficial
de *Rodkovich*)



Bristol Classical Press

Reconhecimentos

Este livro foi concluído durante uma licença para pesquisa na Escola de Literatura, Língua e Linguística Inglesa da Universidade de Sheffield, pela qual sou muito grato. Gostaria de agradecer particularmente a Rebecca Rushforth e Richard Corradini: o primeiro pelas suas respostas pacientes e rápidas a perguntas peculiares sobre os calendários Anglo-Saxões, o último pela sua ajuda com os primeiros manuscritos do *De Temporum Ratione*. Sou grato também às bibliotecas que utilizei no decorrer das minhas pesquisas: Western Bank Library, Universidade de Sheffield; a Biblioteca Brotherton, Universidade de Leeds; e a Biblioteca Britânica. Estou especialmente grato ao pessoal da *Bibliothèque nationale de France* e à biblioteca do *Institut de Recherche et d'Histoire des Textes*, que foram infalivelmente úteis enquanto eu trabalhava através de um grande número de manuscritos e microfilmes. O Capítulo 4 foi desenvolvido a partir de um artigo apresentado no Congresso Medieval Internacional em Leeds, em julho de 2007: Sou grato aos outros participantes da sessão e ao público deste artigo por suas perguntas e sugestões. Sou também grato ao Medieval Discussion Group da Universidade de Sheffield, com quem tive discussões frutíferas sobre aspectos do material discutido neste capítulo. Siân Prosser, Chris Walton, Cheryl Clay e Alaric Hall gentilmente leram os rascunhos do texto e fizeram muitas sugestões úteis. Sou muito grato a Ian Wood, o editor desta série, e a Deborah Blake, da Bristol Classical Press, por sua ajuda entusiástica neste projeto, e devo a Deborah um agradecimento especial por sua paciência ao lidar com todos os personagens peculiares e ilustrações estranhas envolvidas. Naturalmente, sou o único responsável por quaisquer falhas no produto acabado.

1. Introdução.

A Pegada do Culto Pré-Cristão

Esse livro pretende cumprir uma série de funções: uma breve introdução aos métodos filológicos para historiadores, uma análise (necessariamente parcial) da natureza da vida religiosa pré-Cristã na Inglaterra Anglo-Saxã, mas também um resgate. Não só procura resgatar um par de deusas em perigo, *Eostre* e *Hreda*, de serem consideradas “uma fantasia etimológica” (Page, 1995: 125) e relegadas a uma série de notas sobre a improbabilidade da sua existência – como também procura resgatar o próprio Venerável Beda da acusação de ter inventado essas divindades pré-Cristãs. Independentemente do que possamos pensar do retrato geral feito por Beda do passado pré-Cristão dos ingleses, eu diria que há evidências suficientes para sugerir que *Eostre* e *Hreda* são nomes plausíveis para deusas pré-Cristãs Anglo-Saxãs – e, além disso, nomes que talvez nos dê algumas pistas importantes sobre as maneiras pelas quais a vida social e religiosa se cruzaram na sociedade Anglo-Saxã inicial

Religião pré-Cristã na Idade Média Arcaica

Um dos desenvolvimentos sociais e políticos centrais do início da Idade Média foi a difusão do cristianismo entre os povos de língua Germânica. Esse complexo de mudanças afetou profundamente a orientação das sociedades do noroeste da Europa em relação ao mundo mediterrânico e lançou as bases para padrões políticos e sociais duradouros, cujos ecos ainda hoje podem ser observados. Mas não devemos esquecer que estas mudanças foram fundamentalmente religiosas e que não funcionaram sobre uma tábula rasa, mas sobre situações religiosas pré-existentes cujos contornos só podemos discernir com dificuldade. Essas situações constituem o tema deste livro.

Houve muitas tentativas de escrever histórias dos paganismos germânicos: há pelo menos quatro livros intitulados *Altgermanische Religionsgeschichte* (literalmente ‘história da antiga religião germânica’; Meyer 1910; Helm 1913-53; Clemen 1934; De Vries 1956-57). Esse não é outro livro desse tipo. Na verdade, continuo convencido de que um *Altgermanische Religionsgeschichte* satisfatório poderá algum dia ser escrito. Parte do problema é o termo “Germânico”: muito tem sido escrito sobre a utilidade ou não deste termo como identificação étnica, e alguns episódios sombrios do nosso passado recente foram alimentados em parte pelas ideias de uma “raça Germânica” homogênea e historicamente definida. Ainda há muito a ser descoberto sobre as várias maneiras pelas quais termos “Germânicos” e relacionados foram empregados – tanto por aqueles que se acreditavam Germânicos, como por aqueles que não o faziam – ao longo dos últimos dois mil anos ou mais. Mas estas questões não são centrais para o nosso propósito aqui. Como os argumentos apresentados a seguir giram principalmente em torno das maneiras pelas quais a evidência linguística pode ser empregada na reconstrução histórica da vida religiosa pré-Cristã, utilizarei uma definição muito menos problemática do termo “Germânico”. Para fins explicativos, “Germânico” refere-se às línguas Germânicas, e quando me refiro a indivíduos, grupos ou divindades germânicas, não estou a fazer nenhuma afirmação sobre raça ou etnia – apenas sobre a língua. Assim, um indivíduo germânico é aquele que fala uma língua Germânica como primeira língua, e um grupo Germânico é um grupo de tais indivíduos.

Uma divindade Germânica, entretanto, é um conceito um pouco mais escorregadio. Como veremos, existiam divindades cujos nomes eram simplesmente derivados de palavras Germânicas, por falantes Germânicos; mas também havia divindades cujos nomes eram híbridos linguísticos de uma língua celta e de uma língua Germânica, ou de latim e de uma língua Germânica. Temos também evidências de divindades com nomes ou epítetos latinos e Germânicos. E isso antes mesmo de começarmos a considerar se aqueles que adoravam uma divindade específica eram eles próprios Germânicos. Depois, então, referir-me-ei às divindades como Germânicas nos casos em que seus nomes são provavelmente compostos inteiramente de elementos linguisticamente germânicos, mas usarei o termo Romano-Germânico para me referir a divindades cujos nomes representam construções Germânico-Latinas mistas. Inscrições votivas em latim nas quais aparece um nome de divindade Germânica também serão denominadas Romano-Germânicas. Estes termos não se destinam a indicar as afiliações linguísticas ou étnicas dos adoradores de uma divindade.

No entanto, uma das nossas preocupações centrais aqui será a forma como as divindades pré-Cristãs se relacionavam com identidades de grupo no início da Idade Média. Os problemas de linguagem e de identificadores sócio-políticos e étnicos são obviamente importantes para lidar com tais questões: ser capaz de distinguir claramente entre as características linguísticas do nome de uma divindade e as características sociais, políticas e religiosas do seu culto é, portanto, mais do que simples subterfúgios. Na verdade, insistirei abaixo na especificidade das divindades discutidas e argumentarei que o estudo das divindades pré-Cristãs de forma mais ampla requer exatamente esse olhar para os detalhes e os padrões de baixo nível dos seus cultos. Isto, então, representa a outra grande objeção à produção de uma *Altgermanische Religionsgeschichte* monolítica: há, na minha opinião, múltiplas histórias de paganismos Germânicos, que giram em torno de numerosos cultos e divindades diferentes. As vidas religiosas pré-Cristãs dos povos de língua Germânica eram diversas e social e politicamente contingentes. Reduzi-los a uma história unificada tende a obscurecer (mesmo que não o pretenda) a sua heterogeneidade e a sua especificidade geográfica e cronológica. Sugiro que vale a pena estudar as divindades Germânicas e seus cultos; mas assumir que alguma vez existiu algo como “paganismo Germânico” e procurar estudá-lo é, temo, procurar um sistema religioso homogêneo que nunca existiu realmente. Os termos “pré-Cristão” e “pagão” (ou “paganismo”) aparecem frequentemente no que se segue, como formas convenientes de se referir a crenças religiosas que estão fora das principais religiões mundiais – deve-se, no entanto, ter em mente que as sociedades aqui examinadas provavelmente não teriam se reconhecido como “pagãs”, e que o “paganismo” nem sempre precisa estar cronologicamente antes do Cristianismo.

A Pegada do Culto Pré-Cristão

O objetivo desse livro não é simplesmente argumentar contra as abordagens homogeneizantes da vida religiosa pré-Cristã: pretende também oferecer alguns modelos para trabalhar com as evidências (muitas vezes escassas) de cultos individuais. As divindades discutidas com mais frequência, por estudiosos modernos e autores medievais, não aparecem aqui. Os deuses Thor, Odin, Frey e Tyr, para dar-lhes as versões anglicizadas de seus nomes em Nórdico Antigo (*Pórr, Óðinn, Freyr, Týr*), são objeto de narrativas mitológicas em fontes em Nórdico Antigo, como a Edda em prosa. As deusas Frigg e Freyja também aparecem nessas narrativas, e uma série de outras divindades são nomeadas com

menos frequência em materiais Nórdicos Antigos. A centralidade destas divindades – que podemos, por conveniência, chamar de “grandes deuses” – na narrativa mitológica nórdica antiga tendeu a promover um foco nestas divindades como centrais para a vida religiosa pré-Cristã na maior parte, se não em toda a língua Germânica. povos que falam. Assim, DuBois, por exemplo, no seu estudo cuidadoso da vida religiosa Escandinava, reconhece as especificidades locais e até pessoais dos cultos das divindades na Escandinávia (DuBois 1999: 46-61), mas aceita inquestionavelmente que Odin e Thor eram divindades pan-Germânicas (DuBois 1999: 57). Tais perspectivas tendem a predispor-nos a ver os grandes deuses em contextos onde não temos nenhuma evidência particular da sua presença. Por exemplo, Gannon (2003: 77-8) procura relacionar a imagem de um pássaro numa antiga série de moedas Anglo-Saxãs com o “corvo de Woden”, recorrendo implicitamente às descrições em Nórdico Antigo de Odin acompanhado por dois corvos. Esta identificação baseia-se (e implica) na ideia de que Odin/Woden é uma divindade pan-germânica, sempre e em toda parte a mesma nas sociedades Germânicas. Embora os textos produzidos, no entanto, na Inglaterra Anglo-Saxã mencionem Woden, nunca o ligam aos corvos e oferecem poucas evidências das suas características como objeto de culto pré-Cristão. Quão semelhante era qualquer culto Anglo-Saxão de Woden ao culto de Odin na Escandinávia não é uma questão fácil de responder, e é, sugiro eu, uma questão que não pode simplesmente ser descartada em favor de uma suposição de que as características de Odin também devem têm sido as características de Woden e *vice-versa*.

A tendência de ver os grandes deuses onde eles não precisam estar poderia distorcer a nossa compreensão geral da vida religiosa pré-Cristã entre os povos de língua Germânica. Ao mesmo tempo, a falha em reconhecer a riqueza das divindades além dos grandes deuses também pode criar distorções, e é este aspecto do debate que constitui o foco particular deste livro. Espero que as questões aqui levantadas possam impactar a forma como os estudiosos lidam com os grandes deuses, mas não discutirei essas divindades: isso exigiria um livro um pouco mais longo. Em vez disso, as discussões que se seguem centrar-se-ão em torno de dois estudos de caso de divindades um pouco menos visíveis, tentando fornecer pelo menos uma imagem parcial de algumas das formas como os cultos menos visíveis de divindades que não estão entre os grandes deuses podem ter funcionado. Ao examinar estas divindades, há se preocupar principalmente com o que se poderia chamar vagamente de sua “pegada”: Isto é, tanto as evidências sobreviventes delas, como o que essas evidências nos dizem sobre a situação geográfica, sócio-política, linguística, étnica e cronológica. distribuição de seus cultos. A evidência sobrevivente é, obviamente, fragmentária e parcial, e podemos razoavelmente esperar que muitos aspectos dos cultos de divindades pré-Cristãs (senão cultos inteiros, em alguns casos) tenham sido efêmeros. Mas, tal como um conjunto de pegadas, as escassas evidências de que dispomos podem, se analisadas cuidadosamente, dizer-nos algo sobre o tamanho e o impacto de uma divindade, para onde viajaram e quando.

Bases de evidências: como sabemos sobre as divindades pré-Cristãs afinal?

A escassez de evidências para divindades pré-Cristãs exige uma consideração muito cuidadosa das metodologias e suposições aplicadas às evidências, e da natureza das próprias evidências. Esse livro faz uso de um conjunto de evidências que não recebeu um exame minucioso por parte dos medievalistas: as inscrições votivas de divindades Germânicas, Romano-Germânicas e Celto-Germânicas produzidas no final do período Romano, do primeiro século DC até o quarto. Este corpus é discutido com mais detalhes no Capítulo 3, portanto não precisamos nos deter nele aqui. Os problemas de tais provas – produzidas antes das provas medievais disponíveis e em circunstâncias sociopolíticas bastante diferentes – são claramente substanciais; mas também oferece uma forma muito útil de verificar as evidências fornecidas pelos primeiros autores medievais. Estes autores são geralmente cristãos, que naturalmente encaram a vida religiosa pré-Cristã com vários preconceitos e vieses. As inscrições votivas, como veremos, têm o benefício de nos permitir uma visão mais direta da vida religiosa daqueles que realmente adoravam divindades pagãs. Mas isto não quer dizer que esta seja uma visão isenta de problemas, dado o fato de tais inscrições serem originalmente uma prática Romana, realizadas com recurso a técnicas artísticas Romanas. No entanto, as intersecções e as disjunções de provas indiretas produzidas em ambientes muito diferentes podem muito bem nos oferecer chances valiosas para verificar cruzadamente as provas com as quais os especialistas medievais estão mais familiarizados.

É preciso aqui também uma palavra sobre as fontes de evidência medievais. Os estudos de caso aqui apresentados centram-se em duas divindades mencionadas por Bede em sua obra *De Temporum Ratione* (“Sobre a Contagem do Tempo”). Evidências também serão tiradas de vários outros textos, alguns deles no Inglês Antigo [*Old English*] e outros em outros dialetos Germânicos. A discussão detalhada das fontes individuais utilizadas será introduzida conforme necessário em cada capítulo, mas devemos observar desde o início o caráter literário de muitas dessas fontes. Não pretendo que a palavra “literário” aqui seja um sinônimo de “impreciso” ou “não-confiável”: A questão é que essas fontes são produtos de esforço intelectual de alto nível e devem ser entendidas dentro do clima intelectual das redes monásticas e cortes reais nas quais foram criados e divulgados. Estou bem ciente de que existem outros tipos de evidências, particularmente na forma de nomes de lugares e dados arqueológicos. Embora o primeiro seja discutido com algum detalhe quando apropriado, os dados arqueológicos do início da Idade Média não figuram muito nas discussões. Os problemas e possibilidades de tais dados são de natureza bastante diferente daqueles discutidos abaixo, e muitas vezes é difícil estabelecer identificações convincentes de materiais arqueológicos com divindades nomeadas. Contudo, como não-arqueólogo, devo ter cuidado ao fazer grandes afirmações sobre evidências arqueológicas, e ficarei feliz em ser corrigido nesse ponto, enquanto as evidências permitirem.

Idioma e História

A outra fonte importante de evidência aqui é essencialmente linguística. Os próprios nomes das divindades são palavras e, como outras palavras, podem ser submetidos a diversas formas de análise linguística. As consideráveis possibilidades de aplicação de tais evidências linguísticas no desvendamento de problemas históricos mais amplos foram demonstradas por D.H. Green em várias publicações, entre as quais o seu magistral livro *Language and History in the Early Germanic World* (2000) é especialmente digno de nota. Este

pequeno volume não consegue corresponder ao âmbito e profundidade do trabalho de Green, mas tentará apresentar o funcionamento de alguns argumentos linguísticos importantes de uma forma tão simples e compreensível quanto possível, observando não apenas os resultados das análises, mas também as considerações metodológicas envolvidas na sua aplicação. Espero que isto demonstre mais uma vez as possibilidades de tais abordagens, bem como apresente alguns modelos claros para trabalhar nesta área. Isto não pode, no entanto, funcionar como um manual de linguística histórica e, ao procurar promover a investigação interdisciplinar nesta área, deveríamos considerar o trabalho em equipa ao longo da história, arqueologia e estudos linguísticos, e debates entre estas disciplinas.

A necessidade de tal abordagem é sublinhada por alguns dos usos indevidos de evidências linguísticas predominantes no trabalho nesta área. Por exemplo, o fascinante relato de Anthony Birley sobre a vida da guarnição de Vindolanda é ligeiramente prejudicado por uma abordagem bastante arrogante da evidência linguística. Vale a pena citar detalhadamente seu tratamento do *dibus veteribus* como um exemplo da maioria das armadilhas comuns:

Existem mais de uma dúzia de grafias variantes da divindade. Uma forma plural, *Veteribus* ou *dibus veteribus*, parece trair uma origem não latina, incluindo *Hveteribus*, *Hvitiribus* no plural, *Vetiri*, *Vetri*, *Vitiri*, *Hveteri*, *Hvitri*, *Vheteri* no singular. Essas grafias, especialmente com *Hv-* ou *Vh-*, mostram que o nome não poderia ser expresso facilmente no alfabeto latino. Este pode ser um antigo espírito local, mal definido quanto ao número (e mesmo ao sexo: dois exemplos homenageiam os *Vitires* como femininos), ou talvez originalmente uma importação Germânica – trazida pelos Batavos ou pelos Tungrianos? Odin ou Woden tinham o epíteto *Vithrir*, deus do “clima”, nenhum mau espírito residente das fronteiras do norte. Caso contrário, o nome pode estar conectado com o Nórdico Antigo *hvitir*, “branco” ou “brilhante” ‘[bright], ou *hvethr-ung*, “filho de uma gigante”, aplicado a Loki, o equivalente a Vulcan. (Birley 2002: 163)

Embora Birley esteja certo ao observar que a variedade de grafias empregadas nessas inscrições provavelmente indica dificuldades na representação do nome usando o alfabeto latino, pouco mais nesta passagem merece um exame detalhado. Afirmar que ‘Odin ou Woden tinham o epíteto *vithrir*’ é desmoronar um conjunto complexo de evidências de maneiras enganosas: Odin de fato tem um apelido *Viðrir* na poesia nórdica antiga (ver, por exemplo, *Lokasenna* estância 26 e *Helgakviða Hundingsbana I* estância 13; Larrington 1996: 89 e 116), mas não há evidências de que um equivalente em Inglês deste apelido tenha sido aplicado à figura Anglo-Saxã Woden. Nem estaríamos necessariamente justificados em considerar Odin e Woden como equivalentes diretos, ou em assumir que os seus cultos eram idênticos nas sociedades Anglo-Saxãs e Escandinavas – mesmo se aceitarmos que os seus nomes são linguisticamente cognatos. Um problema semelhante surge com a identificação de Loki como “o equivalente de Vulcan”, uma vez que não temos provas claras da atualidade desta equivalência em contextos pré-Cristãos.

A gama de possíveis identificações etimológicas que Birley faz, também levanta questões. Não há discussão sobre os méritos relativos das identificações com *Viðrir*, *hvitr* ou *hveðrung*, e Birley nem sequer declara preferência por um deles. Na verdade, ele começa o parágrafo seguinte com ainda outra etimologia possível: “o(s) “antigo(s) deus(es)” sugere conservadorismo ou reação face às novas religiões” (Birley 2002: 164). Isso contradiz a sua

discussão anterior, sugerindo uma identificação de *veteribus* com a forma plural dativa do adjetivo latino *vetus* (“velho”). Isso é inteiramente satisfatório como leitura para formas que começam com *v-*, mas não leva em conta as formas *vh-* e *hv-*. É provável que as últimas formas reflitam as origens do termo, pois é improvável que se adicione acidentalmente <h> a esta palavra, mas é bastante provável que alguns indivíduos tenham omitido <h> com base no fato de que as formas sem esta letra se assemelham a uma palavra latina significativa. Poderíamos, então, supor que alguns indivíduos reinterpretaram estas divindades como “o(s) antigo(s) deus(es), mas ainda temos que explicar as formas *vh-/hv-* de alguma outra forma.

A falta de discussão dos termos em Nórdico Antigo propostos como possíveis parentes deste nome é o aspecto mais preocupante desta discussão. Parece que Birley simplesmente procurou palavras em Nórdico Antigo que parecessem semelhantes às formas nessas inscrições, sem pensar na plausibilidade fonológica de suas identificações. Dado o argumento acima sobre a prioridade das formas com <h>, e o fato de que essas formas levaram Birley a identificar o nome como de origem não latina em primeiro lugar, podemos descartar a identificação com *Viðrir*, pois esta por -name não tem <h> inicial. As outras opções de Birley, *hvítr* e *hveðrung*, são, portanto, linguisticamente mais satisfatórias e podem merecer um exame mais minucioso. Dos dois, *hvítr* é o candidato mais óbvio, já que *hveðrung* certamente não é atestado fora do Nórdico Antigo, enquanto parentes de *hvítr* (como no Inglês, *white* [branco]) existem em toda a família de línguas Germânicas (Kluge e Seebold 2002: sob *weiß*)¹.

Se quisermos evitar as armadilhas que Birley encontrou, devemos ter cuidado na forma como tratamos as evidências linguísticas. Mas a nossa cautela não deve assumir a forma de ceticismo irreflexivo: precisamos de compreender as possibilidades, bem como as limitações da evidência linguística, e ter uma compreensão básica das formas como os padrões linguísticos podem ajudar-nos a compreender a vida das pessoas falantes de uma determinada língua. O próximo capítulo aborda os modelos e métodos básicos que precisamos conhecer, enquanto o Capítulo 3 considera as evidências das inscrições Romano-Germânicas sobre a natureza da vida religiosa pré-Cristã Germânica. Esta evidência, juntamente com os métodos linguísticos, constitui a base para as investigações detalhadas das deusas *Eostre* e *Hreda* nos Capítulos 4 e 5.

2. Métodos e Modelos Linguísticos

Esse capítulo pretende ser uma breve orientação para os métodos linguísticos que sustentam alguns dos argumentos apresentados nos capítulos que se seguem. Pretende-se ajudar os não especialistas a compreender as bases sobre as quais estes argumentos são apresentados e a terminologia especializada utilizada. Os principais termos linguísticos que se repetem nos capítulos subsequentes são, portanto, indicados em **negrito**, como auxílio ao leitor. É claro que qualquer pessoa com compreensão dos fundamentos da formação de palavras, fonologia e reconstrução comparativa deve pular este capítulo.

Os Blocos de Construção das Palavras

Cada palavra em uma língua (seu **léxico** ou **vocabulário**) é composta de vários elementos. No nível simples, uma palavra é uma sequência de sons. Na forma escrita (pelo menos em línguas como o Inglês) é uma sequência de letras (ou **grafia**). Como qualquer pessoa que aprendeu a ler e escrever em Inglês sabe, no entanto, nem sempre existe uma relação simples entre sons e **grafias**: por exemplo, a **grafia** <c> (observe que o uso de colchetes angulares é uma prática padrão ao transcrever **grafias**, em oposição a sons) representa sons completamente diferentes em *cat* [gato] e *ace* [Às]. Existem boas razões históricas para este descompasso, mas elas não nos interessam aqui. O que é importante termos em mente é que parece ter havido uma correspondência bastante mais estreita entre sons individuais e grafias individuais nos sistemas ortográficos (ou **ortografias**) das primeiras línguas Germânicas, como o Inglês Antigo, o Alto-Alemão Antigo e o Nórdico Antigo.

Os sons de uma língua são circunscritos por dois fatores básicos: um é a gama (realmente bastante grande) de sons que podem ser produzidos pelo trato vocal humano; a outra é o que os falantes de uma língua reconhecem como sons pertencentes à língua. É este último fator que importa no estudo da história de uma língua e das pessoas que a falavam. Várias piadas baseiam-se nas confusões que surgem entre falantes nativos e não-nativos de uma língua. Um exemplo bem conhecido é a série de infelizes problemas de comunicação envolvendo um cavalheiro italiano em visita a um hotel num país de língua inglesa, que culmina com a recepcionista desejando-lhe adeus com a frase um tanto improvável “peace on you” [*“paz pra você”*], à qual ele responde “piss ‘on you too!” [*“Mijo pra você também!”*]. Alguém cuja primeira língua é o Inglês pode facilmente distinguir entre *peace* [paz] e *piss* [mijo], porque reconhece os sons vocálicos dessas palavras como dois sons diferentes: Em italiano, porém, há apenas um som que se aproxima dessas vogais. Chamamos os sons individuais diferenciados pelos falantes de uma língua de **fonemas**: em Inglês, existem dois fonemas diferentes, um mais longo em *peace* e um mais curto em *piss* (e há outras pequenas diferenças na pronúncia também), enquanto em italiano há é um único fonema (geralmente como uma versão mais curta do som em *peace*).

Representamos os fonemas utilizando o Alfabeto Fonético Internacional, colocando os símbolos entre barras. Assim, poderíamos representar a *peace* como /pi:s/ e o *piss* como /pɪs/. O símbolo como dois pontos indica que a vogal que o precede é longa; caso contrário, a vogal é curta. Os dois símbolos diferentes empregados (/i/ e /ɪ/) indicam pronúncias ligeiramente diferentes dos dois fonemas. Às vezes é útil especificar se um som vem no **início** de uma palavra (como /p/ em *peace*) ou no **final** de uma palavra (/s/ em *peace*). Chamariamos /p/ de som inicial de *peace* e /s/ de **som final** (ou poderíamos falar

sobre esses sons que aparecem inicialmente ou finalmente na palavra). Quaisquer sons que não sejam **iniciais** ou **finais** podem ser denominados **mediais**. No caso de *peace* /i:/ é o único som medial.

Qualquer idioma terá um número limitado de **fonemas**. No Inglês Antigo e nos seus parentes Germânicos, os fonemas podem ser divididos, em termos gerais, em vogais e consoantes. Não discutirei as consoantes em detalhes aqui, mas as vogais são importantes para os argumentos ensaiados nos capítulos posteriores, portanto, delinearei brevemente o sistema vocálico do Inglês Antigo. Existem vários fatores que influenciam exatamente o som de uma vogal, mas os que nos preocupam são a posição da língua na boca e o formato dos lábios. No *Inglês Antigo tardio* [*late Old English*], parece ter havido três vogais curtas pronunciadas com parte da língua levantada em direção ao céu da boca perto da parte frontal da boca (/æ/, /e/, /i/) e três vogais longas correspondentes (/æ:/, /e:/, /i:/). Chamamos isso de **vogais anteriores**. Da mesma forma, parece ter havido três **fonemas vocálicos posteriores** curtos e três longos, nos quais a parte elevada da língua fica mais atrás na boca: /ɑ(:)/, /o(:)/ e /u(:)/. As vogais também se distinguem umas das outras pela altura da parte elevada da língua na boca: No caso do Inglês Antigo, /ɑ(:)/ e /æ(:)/ são as vogais **baixas**, /o(:)/ e /e(:)/ são as vogais **médias**, e /u(:)/ e /i(:)/ são as vogais **altas**. Assim, podemos falar de uma vogal anterior alta, como /i/, ou de uma **vogal posterior média**, como /o/, e assim por diante.

O formato dos lábios também afeta os sons vocálicos. Os sons /o(:)/ e /u(:)/ são sons **arredondados**: ou seja, são pronunciados com os lábios de forma mais ou menos circular. Os outros **fonemas** do Inglês Antigo fornecidos acima são sons **não-arredondados**. Há evidências de que o Velho Inglês Antigo [*Early Old English*] (e algumas variedades posteriores do Inglês Antigo) também tinham fonemas de **vogais frontais médias e altas arredondadas**, além dos não arredondados: estes podem ser representados como /ø(:)/ (médio) e /y(alto)/.

Há outro tipo de **fonema** vocálico que ainda não consideramos, o **ditongo**. Se você tentar dizer a palavra *mouse* [rato] lentamente, descobrirá que o som da vogal não é produzido com uma única posição de língua e uma única configuração labial (a menos que você fale uma das variedades da língua inglesa em que esse **fonema** não é um **ditongo**: Falantes conservadores dos escoceses, por exemplo, podem pronunciar a vogal mais como /u/, enquanto falantes mais jovens do sudeste da Inglaterra podem tender para /a:/). Ao invés disso, o som começa com uma **vogal anterior baixa e não-arredondada** e desliza para uma **vogal posterior alta e arredondada**. Você deve ser capaz de sentir a língua e os lábios se movendo e ouvir o som mudando conforme eles mudam. No final do Inglês Antigo, havia dois desses ditongos, /æɑ/ e /eo/ (geralmente escritos <ea> e <eo> respectivamente), e a maioria dos estudiosos acredita que havia ambos os ditongos longos (/æ:ɑ/, /e:o/) e curtos. (/æɑ/, /eo/) formas desses ditongos, que eram fonemas distintos. As formas anteriores da língua também parecem ter tido /i(:)o/ longo e curto, que geralmente parece ter reduzido seu primeiro elemento e se tornado /e(:)o/, e /i(:)e longo e curto /, que geralmente parece ter sido monotongado no Inglês Antigo tardio, com o resultado de que é frequentemente representado na grafia por <i> ou <y>.

Os **fonemas** são os blocos de construção das palavras em pequena escala. Todavia, também existem blocos de construção de escala ligeiramente maior. A língua dos Anglo-Saxões, o Inglês Antigo (em comum com outras línguas Germânicas), era uma língua flexionada. As **inflexões** de uma língua são as maneiras pelas quais palavras individuais se alteram para ajustar seus significados: no Inglês Moderno, por exemplo, os substantivos normalmente têm duas inflexões, uma para o singular (*house* [casa]) e outra para o plural

(*houses* [casas]). No Inglês Moderno, em outras palavras, a **inflexão** plural é geralmente a **desinência** [de número] /z/ ou /ɪz/, que é adicionada ao final do radical da palavra (então o **radical** é *hous-* e a **desinência** [de número] é -s, em termos da grafia padrão do Inglês Moderno). A **inflexão** singular não envolve terminação (isso é conhecido como **inflexão zero**). O Inglês Moderno também tem uma **inflexão** para indicar posse, geralmente também /z/ ou /ɪz/ (mas representada na escrita pela sequência <s> no singular, como em *dog's* ['do cachorro'], e <s'> no plural, como em *dogs'* ['dos cachorros']). As **inflexões** não precisam ser necessariamente terminações: no Inglês Moderno, por exemplo, também temos alguns substantivos que formam seus plurais alterando o som da vogal em seu **radical** (sua **vogal radical**), como em *man* [homem] e *men* [homens] ou *goose* [ganso] e *geese* [gansos]. O Inglês Antigo tem mais **inflexões** do que isso, mas elas não são essenciais para nossos propósitos aqui: Uma boa introdução ao Inglês Antigo, incluindo as principais características de seu sistema flexional, é Baker (2007); detalhes completos do sistema flexional do Inglês Antigo podem ser encontrados em Campbell (1959: § 568-768).

Também é possível formar novas palavras combinando palavras. Assim podemos ter palavras como *penknife* [canivete], formadas pela combinação da palavra *pen* [caneta] com a palavra *knife* [faca]. Essas palavras são conhecidas como **palavras compostas**, e o processo pelo qual são produzidas pode ser denominado **composição**. No Inglês Antigo, a composição era uma fonte muito produtiva de novo **léxico**. Contudo, novas palavras também podem ser formadas pela adição de um **prefixo** ou **sufixo** a uma palavra pré-existente. Por exemplo, o verbo *lodge* [alojar] produz *dislodge* [desalojar] pela adição do **prefixo** *dis-* [no Português, *des-*], enquanto *tickles* [cócegas] produz *ticklish* [cócegas] com o **sufixo** *-ish*. Esses processos podem ser chamados de **afixação** [prática de colocar afixos, na língua inglesa] e se distinguem da **composição** pelo fato de que **prefixos** e **sufixos** não possuem um significado por si só.

Agora você deve ter um modelo básico de como as palavras são reunidas. Na língua falada, cada palavra consiste em uma sequência de **fonemas**. No Inglês Antigo (e em outras línguas Germânicas antigas), cada **fonema** é representado na língua escrita por uma grafia ou, às vezes, uma sequência de grafias (geralmente uma sequência de duas **grafias**, um **dígrafo**). O diagrama a seguir é um lembrete dos **fonemas** vocálicos do Inglês Antigo discutidos acima, junto com as grafias que os escribas Anglo-Saxões tardios geralmente usavam para representá-los (observe que os textos Anglo-Saxões normalmente não indicam o comprimento da vogal de forma alguma):

	Vogal anterior	Vogal posterior
Alta	/i(:)/ <i>, /y(:)/ <y>	/u(:)/ <u>
Média	/e(:)/ <e>	/o(:)/ <o>
Baixa	/x(:)/ <x>	/a(:)/ <a>
Ditongos:	/x(:)a/ <ea>, /e(:)o/ <eo>, /i(:)e/ <ie>	

A seguir, palavras inteiras no Inglês Antigo serão geralmente, como é convencional, dadas em **itálico** com macrons (barras horizontais colocadas acima dos símbolos vocálicos) para indicar vogais longas: por exemplo, *stān* 'stone' [pedra]. Entretanto, quando fonemas individuais ou sequências de fonemas estão sendo discutidos, a notação dada na tabela acima será empregada.

Acima do nível do fonema, vimos que as palavras podem consistir em **radicais**, que podem ser alterados, geralmente pela adição de **desinências** flexionais (embora, como

vimos, outros tipos de inflexão sejam possíveis), para ajustar seus significados (por exemplo, quando se fala de itens plurais em oposição a um item singular). Novas palavras podem ser criadas pela **composição** de palavras pré-existentes ou por **afixação**.

As Histórias de Vida das Palavras

A criação de novas palavras por **composição** e **afixação** leva-nos à questão mais ampla de como as línguas se desenvolvem e das formas como isso tem impacto no seu **léxico**. A **composição** e a **afixação** são, obviamente, formas pelas quais o **léxico** existente de uma língua pode ser usado para criar um novo léxico. Mas é claro que os falantes de uma língua também podem fazer uso dos recursos de outras línguas com as quais entram em contato. Assim, os falantes do Inglês Antigo no norte da Inglaterra entraram em contato próximo e prolongado com os falantes do Nórdico Antigo que se estabeleceram nesta área durante o final do período Anglo-Saxão, e tomaram emprestadas palavras como *law* [lei] e *fellow* [caro/companheiro] do Nórdico Antigo (Campbell 1959: §566). Chamamos essas palavras emprestadas de **empréstimos**. Existe também um processo conhecido como tradução por **calque** [tradução de empréstimo], no qual uma língua utiliza o seu próprio léxico existente para criar um novo termo, traduzindo uma palavra ou frase de outra língua. Um exemplo disso é a palavra *Sunday* [Domingo], que traduz literalmente o Latim *dies solis* ("dia do sol"). As palavras empregadas (*sun* [sol] e *day* [dia]) são palavras nativas do Inglês, mas não formam simplesmente um novo composto nativo, porque são uma tradução para o Inglês do nome latino e, portanto, dependentes do nome Latino.

Podemos, portanto, pensar no **léxico** de uma língua como uma enorme coleção de palavras à qual podem ser adicionadas palavras por vários processos (tais como **composição**, **afixação**, empréstimo e **calque** [tradução de empréstimo]). As palavras podem ser acrescentadas em diferentes momentos, de acordo com as necessidades dos falantes em expressar novas ideias, e de acordo com diversos fatores externos, como o contato com falantes de outras línguas. Palavras também podem ser perdidas, seja porque novas palavras as substituem (e pode haver várias razões para isso), ou porque se referem a coisas ou conceitos que não existem mais: O Inglês Antigo, por exemplo, possuía a palavra *þyrs* para se referir a um tipo de ogro, mas além do termo *thrush* [tordo] ou *hobthrush* [tordo] em algumas áreas (MED: sob *thurs(e)*; Spence 1979: 90-1), essa palavra mais ou menos desapareceu do Inglês, talvez por causa de uma perda de crença no tipo preciso de ogro denominado *þyrs*, ou talvez porque outras palavras, como *ogre* [ogro], o substituíram.

Também ficará evidente, no entanto, que as palavras mudam de pronúncia ao longo do tempo (e isso também pode ocasionar mudanças na ortografia). É particularmente importante para os argumentos dos capítulos seguintes que tenhamos uma compreensão boa e básica dos processos envolvidos neste tipo de mudança, que podemos chamar de **mudança fonética** ou **mudança sonora**. As mudanças fonéticas podem acontecer por vários motivos, e às vezes podemos avaliar os efeitos da mudança sem sermos capazes de descobrir as razões precisas da mudança. De qualquer forma, uma **mudança fonética** cujas causas não são totalmente opacas servirá como um exemplo útil do que queremos dizer com este termo. A mudança em questão é conhecida como **i-mutação** ["*i-mutation*"] (ou **a-umalut** ["*i-umalut*"]). Essa mudança explica inflexões nominais como *man* - *men* e *goose* - *geese*, mencionadas anteriormente. Também explica os diferentes sons vocálicos em pares de palavras relacionadas, como *broad* [extenso] - *breadth* [extensão] e *long* [longo/comprido] - *length* [longitude/comprimento].

A mudança fonética conhecida como **i-mutação** ocorreu no Velho Inglês Antigo (antes de termos quaisquer registros escritos substanciais do idioma). A mudança afetou as **vogais posteriores** quando a vogal da sílaba seguinte era /i/, e as **vogais anteriores curtas baixas e médias**, também quando a vogal da sílaba seguinte era /i/. A mudança envolveu o tipo de processo conhecido como **harmonia vocálica**, em que uma vogal se move em direção à vogal da sílaba seguinte: a língua e os lábios começam a se mover em direção à posição da segunda vogal precoce e, assim, a primeira vogal soa como uma vogal mais perto da segunda vogal. No caso da **i-mutação**, isso significa que as vogais posteriores são frontais, de modo que soam na frente da boca. Assim, o Inglês Antigo *gōs* /go:s/ originalmente tinha uma **desinência flexional** plural contendo o som /i/, o que fazia com que /o:/ fosse pronunciado mais adiante na boca (já que /i/ é uma **vogal anterior**) como /ø:/ (um som semelhante a /e:/ mas pronunciado com lábios arredondados). Em textos antigos e em alguns dialetos do Inglês Antigo tardio, a forma plural mutada é escrita <goes> (representando /gø:s/), usando <o> para indicar a qualidade **arredondada** da vogal, e <e> para indicar que é uma vogal anterior. No entanto, no dialeto Saxão Ocidental, a grafia é <ges>, o que parece mostrar que o som /ø:/ produzido pela **i-mutação** não foi arredondado para corresponder ao **fonema** existente /e:/. A explicação para largura ampla e comprimento longo envolve um processo semelhante de **i-mutação**, mas neste caso o /i/ fazia parte de um sufixo derivacional pelo qual os substantivos foram criados a partir de adjetivos, em vez de fazer parte de uma **desinência flexional** (para detalhes, ver Campbell 1959: § 589.6).

Os exemplos discutidos até agora demonstram que a **i-mutação** envolveu o avanço de **vogais posteriores**. Na verdade, o padrão completo de **i-mutação** de **vogais posteriores** pode ser retomado da seguinte forma:

/u(:)/ <u> -> /y(:)/ <y>
 /o(:)/ <o> -> /ø(:)/ <oe> (não-redondo -> /e(:)/ <e>)
 /ɑ(:)/ <a> -> /æ(:)/ <æ> (e -> /e(:)/ <e> antes /n/, /m/ e /ŋ/, como no Inglês Antigo, *mann* - *menn*)

Porém, a **i-mutação** também afetou as **vogais anteriores curtas não-redondas**: /e/ <e> -> /i/ <i> e /æ/ <æ> -> /e/ <e>. Os ditongos também podem estar sujeitos à **i-mutação**: /ie/ foi o resultado da **i-mutação** dos outros ditongos do Inglês Antigo.

O exemplo da **i-mutação** mostra como os sons podem afetar uns aos outros e causar mudanças nos sons quando certas condições são atendidas. No caso da **i-mutação**, a condição necessária é a presença do som /i(:)/ (ou /j/) na sílaba seguinte (embora este som tenha geralmente desaparecido na época em que os textos começaram a ser escritos em Inglês antigo). Chamamos essas mudanças de **mudanças fonéticas condicionadas**, porque um som próximo fornece as condições necessárias para que a mudança ocorra. Mas também podemos ter **mudanças fonéticas não-condicionadas**, mudanças nas quais todas as instâncias de um determinado fonema mudam, independentemente dos sons circundantes. Um exemplo de mudança incondicionada que encontraremos num capítulo subsequente é aquela conhecida como **Segunda Frente** ["*Second Fronting*"]. Os efeitos dessa mudança só podem ser vistos em alguns textos no dialeto Mércio do Inglês Antigo, o que sugere que a mudança ocorreu apenas numa área relativamente restrita. Porém, nesta área, o **fonema** /æ/ <æ> foi **elevado** a /e/ <e> e /ɑ/ <a> foi **fronteado** para /æ/ <æ>, produzindo *fæder* 'father' [pai] onde outros dialetos têm *fæder* e *dægās* 'days' [dias] onde outros dialetos têm *dagās*. Essa mudança afetou mais ou menos todas as ocorrências de /æ/ e /e/ em sílabas tônicas, independentemente de quais sons vieram antes e depois delas

(para detalhes, ver Campbell 1959: §§ 164-9). Parece, portanto, que esta mudança ocorreu independentemente dos sons circundantes, e pode, portanto, ser denominada uma **mudança não-condicionada**.

As Histórias de Vida das Línguas

Estamos agora prontos para considerar as formas nas quais as línguas se desenvolvem ao longo de longos períodos de tempo e como esses processos de mudança se refletem no léxico das línguas inter-relacionadas. É claro que uma língua não existe independentemente das pessoas que a falam, a quem podemos chamar de **comunidade de fala** (mas note que uma **comunidade de fala** não precisa ser uma comunidade política ou social). A língua continua a existir em virtude do fato das pessoas continuarem a usá-la. Isso tem implicações importantes sobre como as línguas se desenvolvem ao longo do tempo.

Se imaginarmos uma comunidade de fala muito pequena, onde todos os membros comunicam entre si regularmente, esperaríamos que, à medida que as **mudanças fonéticas** afetassem a fala dos indivíduos dentro da comunidade, pudessem rapidamente espalhar-se para o resto da comunidade. Da mesma forma, poderíamos esperar que novas palavras – quer produzidas por **composição**, **afixação**, empréstimo ou **calque** – pudessem se espalhar rapidamente por toda a comunidade, e a perda de palavras também poderia tender a ser generalizada em toda a comunidade.

Agora, se essa **comunidade de fala** fosse dividida em duas, digamos pela emigração, teríamos duas **comunidades de fala** falando a mesma língua. Mas essa situação não duraria por tempo indefinido: A língua de cada comunidade sofreria alterações, mas, como já não estariam em contato próximo e regular, não transmitiriam as alterações entre si e as suas línguas divergiriam gradualmente à medida que a língua de cada comunidade passou por um conjunto diferente de mudanças. As duas comunidades de fala passariam por um processo pelo qual passariam lentamente da posição de falar duas variedades da mesma língua para falar duas línguas claramente distintas. Mas essas duas línguas ainda estariam relacionadas entre si.

Isso, em termos muito simples, é o que aconteceu à maioria das línguas europeias: elas sofreram um desenvolvimento gradual a partir de um ancestral comum conhecido como Proto-Indo-Europeu. Nosso foco principal são as línguas Germânicas, que parecem ter tido um ancestral comum (que podemos chamar de Proto-Germânico) que foi apenas um dos vários descendentes do proto-indo-europeu. Podemos desenhar uma árvore genealógica (parcial) das línguas Germânicas, mostrando como elas descendem do proto-Germânico, que fica conforme a Figura 1 indica:

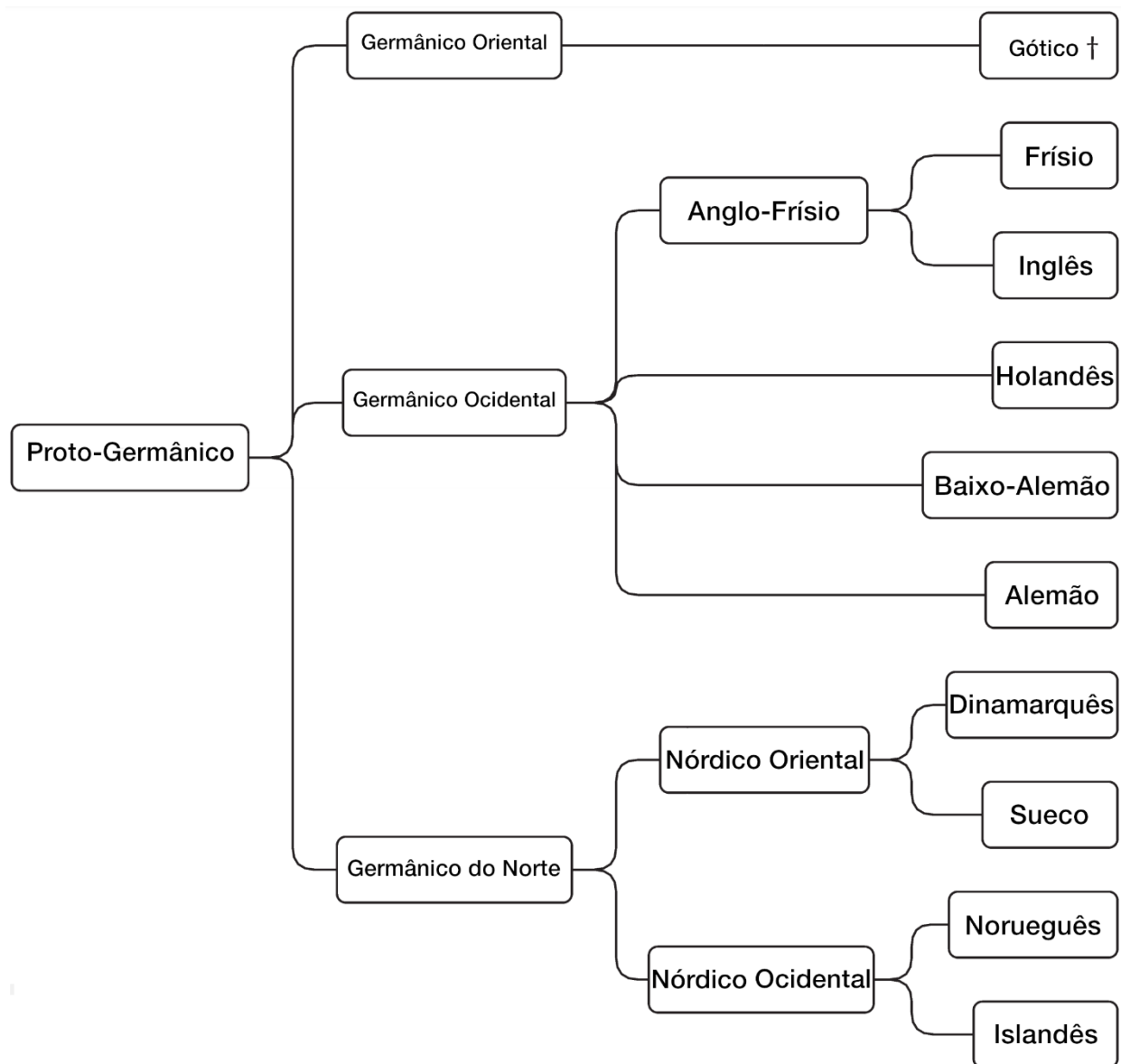


Figura 1. As línguas Germânicas.

Mas como sabemos que essa árvore representa com precisão o desenvolvimento das línguas Germânicas? Existem duas respostas para essa pergunta. A primeira é que não – mas voltaremos a isso daqui a pouco. Esta árvore é, obviamente, uma simplificação de um conjunto muito complexo de situações e desenvolvimentos linguísticos ao longo de muitos séculos. O **Proto-Germânico** (como qualquer língua rotulada como ‘Proto-’) não é uma língua real da qual temos registros escritos: é uma reconstrução, baseada em seus descendentes, da qual temos evidências diretas. Isso não significa, no entanto, que seja pura invenção. Os métodos envolvidos na reconstrução de árvores genealógicas linguísticas são complexos, mas um breve exemplo deve ajudar a demonstrar que existe um método de reconstrução robusto e baseado em princípios que podemos empregar.

Considere a seguinte lista de palavras em Alemão e Inglês [com as traduções ao lado]:

1	<i>Zeit</i>	tide	[maré]
2	<i>Zahn</i>	tooth	[dente]
3	<i>Zahl</i>	tale	[conto]
4	<i>Zunge</i>	tongue	[língua]

5	<i>Ziegel</i>	tile	[azulejo]
6	<i>treten</i>	tread	[piso]
7	<i>Trog</i>	trough	[cocho]
8	<i>Zentrum</i>	centre	[Centro]

Todas essas palavras têm significados intimamente relacionados. Mais do que isso, também apresentam correspondências regulares entre seus sons. Por exemplo, cada uma das primeiras cinco palavras em Alemão começa com /ts/ <z>, enquanto cada uma das palavras em Inglês correspondentes começa com /t/ <t>. Observando amostras maiores de palavras alemãs e inglesas, descobriríamos que tais correspondências são comuns e que /ts/ no início de uma palavra alemã é regularmente correspondido por /t/ no início de uma palavra de forma e significado semelhantes no Inglês. Poderíamos explicar isso como resultado de puro acaso, mas uma explicação mais plausível é que o Inglês e o Alemão estão relacionados, e que uma mudança fonética aconteceu no ancestral do Inglês ou do Alemão, pela qual /t/ se tornou /ts/ ou /ts/ tornou-se /t/. Mas como podemos saber em que direção ocorreu a mudança?

O sexto e o sétimo pares de palavras nos dão uma pista sobre a direção da mudança. A correspondência do alemão /ts/ no início de uma palavra com o Inglês /t/ no início não é válida para palavras que começam com /tr/ (observe que em muitas variedades do Inglês essa sequência é melhor representada como /tɹ/, e em muitas variedades alemãs /tʁ/ seria uma representação melhor). Em outras palavras, temos aqui evidências de uma mudança fonética condicionada: /t/ seguido de /r/ não sofre nenhuma mudança, aparecendo mais ou menos com o mesmo som em Alemão e Inglês. Isso sugere que /t/ se torna /ts/ no ancestral do Alemão quando seguido por uma vogal. Esta seria uma mudança condicionada. Por outro lado, duas mudanças seriam necessárias se /ts/ fosse a forma original: /ts/ antes de /r/ teria que se tornar /tr/ no ancestral comum do Inglês e do Alemão, enquanto /ts/ antes de uma vogal só se tornaria /t/ no ancestral do Inglês. A explicação mais simples dos dados é, portanto, que /t/ torna-se /ts/ antes das vogais no ancestral do Alemão. As possibilidades estão representadas graficamente na Figura 2:

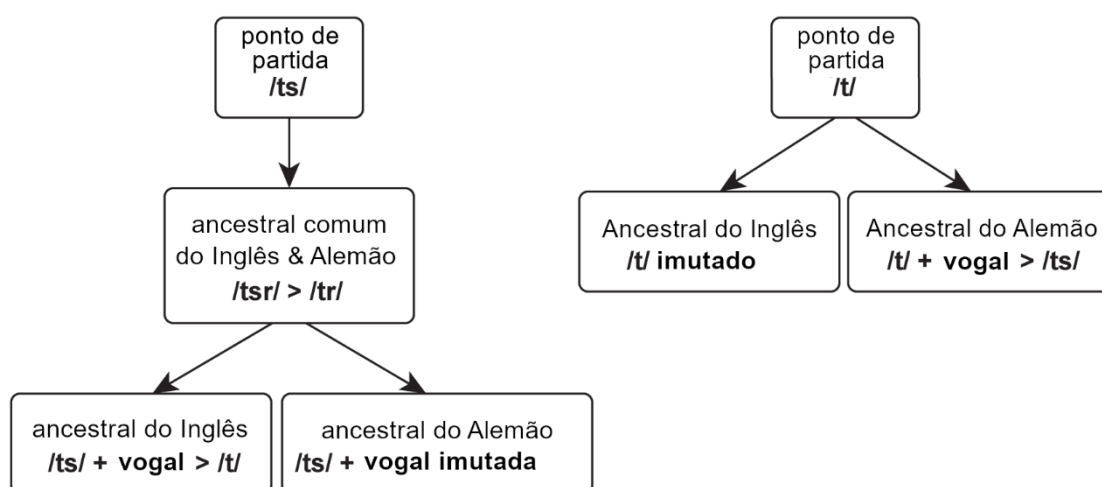


Figura 2. Uma mudança fonética Germânica: dois possíveis padrões de desenvolvimento.

Como o diagrama mostra claramente, o padrão que observamos nas línguas modernas pode ser explicado mais simplesmente por um ponto de partida de */t/ no ancestral comum das duas línguas, em vez de */ts/ (os asteriscos são convencionalmente usados para indicar formas linguísticas que não são diretamente atestadas nos registros escritos de uma língua, mas que podem ser reconstruídas usando os tipos de métodos discutidos aqui). A comparação cuidadosa de muitos exemplos de palavras como estas, palavras partilhadas por duas ou mais línguas através do seu ancestral comum (são denominadas palavras **cognatas**), pode ajudar a elucidar as **mudanças fonéticas** pelas quais as línguas divergiram umas das outras. Ao mesmo tempo, se quisermos argumentar que um determinado conjunto de palavras consista em cognatos, um teste que devemos satisfazer é o teste de correspondências fonéticas regulares: se tivermos uma palavra inglesa começando com /t/ + vogal, então devemos esperar que seja cognato Alemão para começar /ts/ + vogal.

A última palavra listada (*Zentrum* - *center*) é a estranha: tem /ts/ seguida por uma vogal em Alemão e, portanto, se a palavra inglesa correspondente for um cognato, deveríamos esperar que ela comece com /t/. Ao invés disso, começa com /s/. Essa falha em combinar a correspondência fonética regular nos indica para o fato de que *Zentrum* e *center* não são cognatos, embora pareçam e soem semelhantes, e tenham praticamente o mesmo significado. A falha na correspondência fonética regular não significa, no entanto, que eles não estejam relacionados: ambos derivam, em última análise, do latim *centrum*, embora a palavra inglesa provavelmente derive do descendente francês da palavra latina, enquanto a grafia da palavra alemã sugere uma derivação diretamente do latim, preservando a terminação <um> da palavra latina. Em ambos os casos, estas palavras são **empréstimos**: foram emprestadas do francês ou do latim para o Inglês e o Alemão. No entanto, eles não estão sozinhos: há outro empréstimo latino em nossa lista – *Ziegel* e *tile* são ambos emprestados do latim *tegula*. Por que, então, essas palavras seguem o padrão regular de correspondências fonéticas discutido acima?

A resposta se encontra na data a qual o empréstimo ocorreu. Para que o latim /t/ tenha se tornado /ts/ em Alemão e permanecido como /t/ em Inglês, a palavra deve ter sido emprestada do ancestral comum do Alemão e do Inglês, antes que o ancestral do Alemão sofresse a mudança fonética pela qual a palavra - /t/ inicial + [a] vogal torna-se /ts/. Se olharmos para palavras que começam com /t/ que foram emprestadas ao Alemão após o período durante o qual esta mudança de som estava em operação, esperaríamos que comessem com /t/ em vez de /ts/, porque não seriam afetadas pela mudança. Assim, o ténis Alemão começa com /t/ em vez de /ts/. Palavras emprestadas antes da mudança, ou enquanto ela ainda estava em vigor, deverão começar com /ts/, e é isso que vemos com *Ziegel*. Esse tipo de evidência pode, portanto, ser inestimável na construção de uma imagem de quando certas palavras foram emprestadas para as línguas Germânicas e, como mostrou D.H. Green (2000: 201-70), um exame cuidadoso de que tipos de palavras foram emprestadas muito cedo, do Latim para as línguas Germânicas pode fornecer pistas valiosas sobre a natureza da sociedade Germânica primitiva e suas interações com o mundo de língua latina.

Podemos ver, então, que uma análise cuidadosa dos **padrões de sons** em palavras **cognatas** pode nos ajudar a construir uma imagem de quais as **mudanças fonéticas** que afetaram as línguas relacionadas, e a partir disso podemos trabalhar de trás para frente em direção à protolinguagem. Ao estabelecer onde as línguas compartilham **mudanças fonéticas**, podemos também começar a determinar quão próximas ou distantes estão duas línguas, e ao cruzar essas comparações com todas as outras línguas da família, podemos

avançar para o desenho da árvore que vimos acima. Mas devemos ter em mente a outra resposta à questão “como sabemos que esta árvore representa com precisão o desenvolvimento das línguas Germânicas?”. Olhando para o padrão global de inter-relações entre essas línguas, a árvore é uma ferramenta de visualização útil, mas apresenta uma imagem que é, em alguns aspectos, enganosamente simples.

Se revermos o modelo básico de **comunidade de fala** que consideramos acima, poderemos detectar algumas dificuldades óbvias. Consideramos o que acontece quando uma **comunidade de fala** se divide em duas com pouquíssima comunicação entre as duas novas comunidades, mas não levamos em conta as complexidades da migração humana, da formação de comunidades e assim por diante. Também baseamos o nosso pensamento numa comunidade muito pequena e homogênea, na qual as mudanças eram facilmente espalhadas por toda a comunidade. Mas se considerarmos, digamos, todas as pessoas que falam Inglês no mundo hoje como a comunidade de língua inglesa, será evidente que as mudanças não se espalham fácil e rapidamente por toda a comunidade de língua inglesa. Mesmo que nos restrinjamos ao Inglês Britânico, parece claro que existe muita variedade dentro da comunidade de fala. As mudanças na língua podem muito bem começar numa parte da comunidade (definida pela geografia, classe socioeconômica, gênero, idade, etnia, etc.) e se espalhar gradativamente para outras partes da mesma. E uma mudança pode não atingir todas as partes da comunidade. Pode ser que a utilização de *wicked* [ímpio] para significar “good” [“bom”] se tenha espalhado por toda a área geográfica das Ilhas Britânicas, mas não devemos prender a respiração à espera que esta mudança entre no discurso dos professores idosos.

Também precisamos ter em mente que as mudanças fonéticas podem ter limitações semelhantes: uma mudança fonética moderna que vem atraindo muita atenção é o desenvolvimento do fonema /t/ em Inglês para uma parada glótica em posição medial e final em palavras como manteiga e corte. Esta mudança parece ter sido originalmente uma característica das variedades de Inglês do sudeste, mas cada vez mais se espalhou por outras partes do país, especialmente na fala dos mais jovens. Talvez acabe por ser generalizado em quase todas as variedades do Inglês Britânico, mas ainda não chegámos a esse ponto. Podemos pensar na comunidade de fala como um lago, com mudanças começando em pontos individuais dentro do lago e depois ondulando por todo o lago, às vezes atingindo todas as áreas do lago, mas às vezes cobrindo apenas parte dele. Este modelo é por vezes conhecido como **modelo ondulatório** do desenvolvimento da linguagem e contrasta com o **modelo em árvore**, mas é claro que a verdade é que ambos são simplificações das complexidades do comportamento linguístico e ambos captam algumas ideias importantes sobre o desenvolvimento da linguagem. Trabalhos recentes sobre a classificação de famílias linguísticas fizeram uso de técnicas originalmente desenvolvidas para trabalhar com dados genéticos para desenhar diagramas de rede, que capturam aspectos da qualidade semelhante a uma árvore e da qualidade ondulatória das famílias linguísticas. Para uma discussão mais detalhada, mas ainda assim muito acessível, dos problemas e métodos de classificação de línguas, incluindo desenvolvimentos recentes no uso de modelos genéticos, ver McMahon e McMahon (2005).

Nomes nas Línguas Germânicas

A discussão acima deve ter dado ao leitor uma ideia razoável de como os linguistas históricos reconstroem as inter-relações entre as línguas, além de uma noção do papel desempenhado pelos cognatos e pelas mudanças sonoras neste modelo mais amplo. Essas

idéias são um pano de fundo importante para o que se segue. Apesar disso, no que se segue iremos focar, particularmente, nos nomes – os nomes de divindades, de pessoas e de lugares. Os nomes se comportam, até certo ponto, da mesma maneira que as palavras comuns, mas não inteiramente.

Os antigos nomes pessoais Germânicos são geralmente relacionados a palavras comuns e significativas, e vêm em dois tipos básicos: **monotemático** e **ditemático**. Um nome **ditemático** é formado pela combinação de duas palavras, assim como uma palavra **composta** é formada pela combinação de duas palavras. Assim, obtemos nomes ditemáticos do Inglês Antigo como *Ælfræd* (ælf ‘elf’ + ræd ‘advice’ [conselho]) e *Æpelstān* (æpel ‘noble’ [nobre] + stān ‘stone’). Nestes exemplos, *ælf* e *æpel* são os **prototemas** (primeiros elementos) dos nomes, e *ræd* e *stān* são os **deuterotemas** (segundos elementos). Um nome **monotemático**, não surpreendentemente, é formado a partir de uma única raiz, como *Wulf* (‘wolf’ [‘lobo’]) ou *Bēda* (‘battle’ [‘batalha’]). Tais nomes também podem ser formados por abreviação de nomes **ditemáticos**, como no caso relatado por Beda (no livro 2, capítulo 5 de sua *História Eclesiástica*) do Rei *Sæbeorht* (a grafia de Beda parece ter sido <saberct>) dos Saxões Orientais, cujos filhos o chamavam de <saba> (ver van Els 1972: 166-7; Plummer 1896: 1,91; Colgrave e Mynors 1969: 152-3). Nesse caso, o nome **ditemático** é composto pelas palavras *sæ* ‘sea’ [‘mar’] e *beorht* ‘bright’ [‘brilhante’], mas a derivada monotemática *Saba* não respeita a fronteira entre os dois elementos do nome. Se não soubéssemos que *Saba* era uma forma abreviada de *Sæbeorht*, poderíamos ficar intrigados com a falta de uma palavra comum da qual o nome pudesse derivar - e pode ser que alguns nomes **monotemáticos** de origem obscura realmente derivem de tais abreviações. Há também algum uso de **afixação** na produção de nomes Germânicos, normalmente envolvendo uma única raiz mais um sufixo. Um exemplo ao qual retornaremos em um capítulo posterior é *Hreðel*, o nome de um rei geatês em *Beowulf*, cujo nome consiste na raiz única *hreð* mais um sufixo diminuto que também aparece em nomes pessoais em outras línguas Germânicas, por exemplo no nome *Wulfila* (‘little wolf’ [‘lobinho’]) carregado pelo eclesiástico responsável pela tradução de partes da Bíblia para o gótico (Marchand 1973: 13).

Havia um estoque limitado de palavras comuns que poderiam ser empregadas como elementos de nomes: não era gratuito para todos em todo o léxico da língua. E um elemento de nome derivado de uma palavra comum não se desenvolveu necessariamente da mesma maneira que essa palavra: a palavra pode sofrer **mudanças fonéticas** ou cair em desuso, e o elemento de nome pode permanecer inalterado. Da mesma forma, um elemento do nome pode sofrer uma mudança fonética que a palavra não sofreu, ao ser combinada com outro elemento. Os elementos do nome podem, portanto, preservar formas arcaicas de palavras, ou mesmo palavras arcaicas. Isso significa que os falantes da língua Germânica nem sempre viam seus nomes relacionados a palavras significativas (como sugere o exemplo de *Saba*), mas em alguns casos eles claramente faziam a conexão, como no caso de *Æthelred*, o Despreparado. Seu apelido - que é atestado pela primeira vez no século XIII na forma *unrad*, e é melhor traduzido como ‘de mau conselho’ do que ‘unready’ [‘despreparado’] - brinca com o **deuterotema** *ræd* ‘advice’ de seu nome, que, junto com o **prototema** *æpel* ‘noble’, poderia ser interpretado como uma sugestão de que *Æthelred* era um indivíduo abençoado com ‘conselhos nobres’ (Lapidge et al. 2001: sob *Æthelred*, o Despreparado).

A situação com nomes de lugares não é diferente daquela com nomes pessoais, mas há uma diferença muito importante: os nomes de lugares foram cunhados para descrever o lugar que estava sendo nomeado, enquanto os nomes pessoais não foram cunhados para

descrever a criança que estava sendo nomeada. É possível que chamar o filho de *Æpelstān* expresse um desejo geral de que ele cresça e se torne nobre e forte, mas um bebê de colo dificilmente pode ser literalmente – ou mesmo metaforicamente – descrito como uma “pedra nobre”. Os nomes de lugares germânicos, no entanto, parecem geralmente ter sido descrições do lugar que está sendo nomeado, às vezes com uma única palavra (como em *Harrow*, do Inglês Antigo *hearg* ‘sítio de culto pagão’) e às vezes com duas palavras (como em *Charlton*, do Inglês Antigo *ceorla tūn* ‘fazenda de camponeses’). Nomes de lugares com mais elementos também são possíveis, mas mais raramente, a **afixação** também pode ocorrer, como no nome do lugar **Reading** (inglês antigo *Rēadingas* ‘seguidores de Rēada’, formado pelo nome pessoal *Rēada* com o sufixo *-ing* ‘descendente, seguidor’). Nesse caso o nome descreve o local indicando quem mora lá. Depois que um nome de lugar é formado, ele pode continuar em uso por muitos séculos, e o significado original pode ser obscurecido por mudanças de som ou pela perda da língua da palavra ou palavras a partir das quais o nome foi originalmente formado. Assim, *Surrey* deriva do Inglês Antigo *sūðer* ‘southern’ [‘do sul’] + **gē* ‘distrito’, mas mesmo no período em que a maioria dos registros do Inglês Antigo foram escritos, a palavra **gē* caiu em desuso, e embora *sūðer* seja (indiretamente) relacionado ao Inglês Moderno *southern*, as mudanças na pronúncia (e ortografia) do nome *Surrey* obscureceram a ligação. É, portanto, de extrema importância, na tentativa de determinar as origens dos nomes de lugares, encontrar os registros mais antigos do nome, que provavelmente o registrem de uma forma que revele mais prontamente a palavra ou palavras a partir das quais foi originalmente formado. No entanto, mesmo com registros antigos, nem todos os nomes de lugares são facilmente decifráveis.

Corpus Eletrônico

As características das línguas discutidas acima só podem ser determinadas pela reunião de evidências das próprias línguas. No caso das línguas faladas hoje, pode-se coletar dados diretamente dos falantes das línguas em estudo, mas é claro que esse não é o caso no trabalho com línguas medievais. Os dados para tais línguas existem apenas na forma escrita, e reunir grandes quantidades de tais dados a partir de manuscritos, ou mesmo de modernas edições impressas de manuscritos, é uma tarefa demorada. Dados dessas fontes aparecem ao longo deste livro, mas também são empregados corpus eletrônicos, e uma breve palavra sobre eles pode ser útil para aqueles que não estão familiarizados com eles.

O *Dictionary of Old English Corpus* [Dicionário de Corpus do Inglês Antigo] (DOEC) é um banco de dados que contém uma cópia de quase todos os textos existentes em Inglês Antigo. Isso significa que a base de dados dá uma boa imagem da língua Inglesa Antiga como um todo, à medida em que somos capazes de recolher dados sobre ela. Entretanto, ele tem suas limitações. A base de dados geralmente não registra as diferentes versões de um texto em todos os manuscritos existentes: os textos na base de dados são frequentemente retirados de edições impressas e, portanto, simplesmente representam o texto editado, ignorando as variantes do manuscrito. O cruzamento do material do corpus com as edições impressas, e às vezes com o manuscrito ou manuscritos de um texto, pode ser importante para verificar leituras específicas. A seguir, o *DOEC* é usado para verificar padrões gerais na língua Inglesa Antiga, onde o grande número de textos no corpus nos permite tirar conclusões razoavelmente seguras sobre a língua como um todo. Cada texto dentro do *DOEC* tem um número de identificação único conhecido como Cameron numbers (a lista preparatória de textos que foi compilada para o projeto é Cameron 1973),

e as pesquisas podem ser restritas a números de Cameron individuais ou grupos de números de Cameron. Isso nos permite procurar padrões em textos ou grupos de textos específicos, e essa técnica também tem sido empregada.

No entanto, uma área em que o *DOEC* nem sempre é útil é no tratamento de nomes. Embora o *DOEC* tenha tentado coletar todos os textos em que o Inglês Antigo é empregado, mesmo como palavras individuais (como em um glossário Latino-Inglês Antigo), ele não inclui textos em outras línguas em que aparecem nomes de pessoas ou de lugares em Inglês Antigo. A seguir, os nomes pessoais do Inglês Antigo registrados em textos latinos são particularmente importantes. Felizmente, nos últimos anos foi disponibilizado um recurso que oferece uma cobertura muito melhor desses nomes. Essa é a *Prosopography of Anglo-Saxon England* [Prosopografia da Inglaterra Anglo-Saxã] (*PASE*). O *PASE* tem como propósito fornecer informações sobre os habitantes da Inglaterra Anglo-Saxã e, portanto, tenta identificar indivíduos e coletar informações básicas sobre eles, incluindo seu status, ocupações, posses e locais e pessoas com quem estiveram envolvidos. Cada indivíduo é necessariamente listado sob uma forma de seu nome (geralmente, mas nem sempre, uma forma que aparece em fontes medievais), mas o banco de dados também coleta as formas registradas de seus nomes nas diversas fontes que os mencionam. Os formulários de nomes gravados podem ser usados como corpus pelo linguista interessado em nomes pessoais do Inglês Antigo, com uma função de pesquisa que permite a pesquisa com caracteres curinga. O trabalho sobre o *PASE* está em curso, com algumas fontes ainda por adicionar (por exemplo, no momento em que este artigo foi escrito, os nomes de reis e de investidores em moedas Anglo-Saxãs pareciam estar em grande parte, se não totalmente, ausentes desta base de dados). No entanto, ele já fornece uma amostra útil e grande de nomes pessoais em Inglês Antigo e é usado abaixo para identificar elementos empregados na formação de tais nomes.

3.

A Paisagem Religiosa Romano-Germânica e a Idade Média Arcaica

Há um grande número de inscrições votivas do período romano tardio nas quais são nomeadas divindades Germânicas, Romano-Germânicas e Celto-Germânicas. O estudo de Derks sobre inscrições votivas da área do Baixo Reno dá um total de 1.112 inscrições, com 655 ocorrências do que Derks chama de ‘nome[s] nativo[s]’ (isto é, nomes Germânicos e celtas), 42 ocorrências de ‘nome[s] duplo[s]’ (nomes ‘consistindo em um componente Romano e um nativo’) e 415 ocorrências de ‘nome[s] romano[s]’ (1998: 92-3). Neste corpus de inscrições, há uma variedade considerável de diferentes deidades, algumas das quais aparecem como indivíduos, algumas como deusas emparelhadas e muitas como grupos de deusas com nomes ou epítetos coletivos. Há uma história bastante longa de investigação sobre essas inscrições e as divindades nelas nomeadas, e apenas um breve levantamento deste material será possível aqui, centrando-se nas principais áreas de debate e nos principais contornos do que se sabe sobre estas divindades. Como veremos, grande parte do trabalho recente sobre eles se tem centrado na compreensão dos seus cultos nos seus contextos Romanos tardios, e em considerá-los como fenômenos sociais e políticos condicionados pelas interações entre os Romanos e as sociedades nativas no noroeste da Europa.

Porém, o desenvolvimento da investigação sobre tais divindades também foi marcado por uma série de tentativas de integrá-las em relatos da vida religiosa pré-Cristã Germânica. Tais aspectos serão discutidos separadamente, uma vez que as metodologias empregadas em cada um, e as conclusões alcançadas, são centrais para os objetivos deste livro, que visa sugerir algumas novas maneiras de abordar as relações entre as evidências Romanas tardias e medievais dos cultos pré-Cristãos. Voltemo-nos primeiro às próprias inscrições votivas e ao que elas podem nos dizer sobre divindades pagãs com nomes Germânicos ou parcialmente Germânicos no final do período Romano. Será conveniente considerá-los sob duas grandes categorias: Deuses e Deusas, por um lado, e matronas, por outro (Mees 2006: 14 expressa dúvidas sobre o uso do termo ‘matrona’, mas mantenho-o aqui como tem tornou-se o termo normal para essas divindades entre os estudiosos modernos). Como ficará claro, no entanto, a distinção entre deusas e matronas está longe de ser clara.

Deuses e deusas

Há, relativamente, poucos deuses com nomes Germânicos ou parcialmente germânicos nas inscrições votivas do período romano. O estudo de Derks, que, como visto acima, não faz distinção entre nomes Celtas e Germânicos, observa apenas 10 casos de inscrições para deuses com nome nativo e 42 para aqueles com nome duplo – o nome de um deus romano e um nome Germânico. nome ou epíteto (1998: 92). As três histórias romanas cujos nomes aparecem mais comumente nessas inscrições ao redor da área da fronteira do Reno são Hércules, Marte e Mercúrio. O nome *Hércules* é geralmente associado às formas do termo *Magusanus*: inscrições votivas a Hércules Magusanus (aqui e ao longo de tudo sigo a convenção de dar nomes de divindades Romano-Germânicas na forma nominativa,

embora aplicações apliquem apenas em formas oblíquas nas inscrições) distribuídos principalmente ao redor do extremo norte do Reno, indicando uma conexão entre esta divindade e os Batavi (Derks 1991: 249-51; Derks 1998: 98-9). Os nomes *Marte* e *Mercúrio*, por outro lado, aparecem com uma série de epítetos ou nomes, embora alguns possam certamente ser identificados como linguisticamente Germânicos em vez de celtas. Dois nomes parecem ligá-los claramente a grupos Germânicos são *Marte/Mars Thingsus* e *Mercurius Cimbrianus*. O termo *Thingsus*, que aparece em uma inscrição feita por soldados frísios executados na execução romana em Housteads, na Muralha de Adriano, é geralmente considerado como relacionado ao ancestral do Nórdico Antigo *þing* ‘assembleia legal’ e do Inglês Antigo *þing*, que também pode ter os sentidos ‘assembleia/tribunal/processo legal’ (Green 2000: 34). Isso pode indicar uma divisão com uma função específica em contextos jurídicos, ou talvez, mais amplamente, uma divisão associada a um grupo social através de sua assembleia. *Cimbrianus* parece ser um epíteto tribal mais direto, indicando uma relação entre a divindade e a tribo conhecida como *Cimbri* (Simek 1993: 212-13).

Existem relativamente poucas divindades registradas em inscrições do período Romano que são denominadas *dea* (“deusa”) e têm nomes ou epítetos que parecem derivar de uma língua Germânica. Parte da dificuldade em identificar tais deusas reside nos problemas de estabelecer se um nome é Celta ou Germânico. Existem também algumas divindades (incluindo algumas divindades emparelhadas) cujos nomes são registrados sem um termo genérico, como *dea*, que possa orientar nossa interpretação deles. As divindades emparelhadas incluem os *Alaisiagis*, que aparecem ao lado de *Mars Thingsus* (discutido acima) em três inscrições votivas, e os *Ahuecannae*. Os *Alaisiagis* são registrados uma vez com os nomes individuais *Baudihillie* e *Friagabi*, uma vez com os nomes *Bede* [Beda] e *Fimmilene*, e uma vez sem nomes individuais (Birley 1986: 77; Stolte 1986: 655-6). Os *Ahuecannae* aparecem em uma inscrição votiva, com os nomes individuais *Aveha* e *Hellivesa* (Stolte 1986: 650).

Entre as deusas individuais, e provavelmente Germânicas, podemos colocar *Hariasa* e *Harimella*, cujos nomes parecem ser formados com um derivado do Proto-Germânico **harja-* ‘exército’ (Inglês Antigo *here*), e *Hludana*, cujo nome pode ser relacionado à palavra inglesa *loud* [alto/barulhento] (No Inglês Antigo *hlud*) e seus cognatos em outras línguas Germânicas (Stolte 1986: 652, 659-60). Dadas as dificuldades de determinar a composição linguística de tais nomes, um novo estudo completo baseado na análise sistemática da prática epigráfica e no registro de nomes pessoais Germânicos em textos Latinos do período Romano é muito adequado, mas não é o propósito desse volume fornecer tal estudo (Mees 2006 fornece um levantamento linguístico útil do material epigráfico da Renânia, mas ainda há mais a ser feito).

Há, no entanto, um ponto sobre as propriedades linguísticas desses nomes que devemos, particularmente, ter em mente: Há uma série de pontos de sobreposição entre as palavras usadas na formação dos nomes mencionado anteriormente e as palavras que faziam parte do tronco Germânico de elementos de nomes pessoais. Assim, **harja-* aparece como um elemento em nomes pessoais em várias línguas Germânicas, como *Charibert*, *Charigisil*, *Chlothachari* e *Harigast* (Reichert 1987-90: sob *Charibert*, *Charigisil*, *Chlothachari*, *Harigast*; ver também 2.535-9). O primeiro elemento de *Baudihillie* é provavelmente uma palavra Germânica que significa ‘batalha’ (da qual deriva o Inglês Antigo *beadu* ‘battle’ deriva), e tal palavra também aparece como um elemento de nome em uma variedade de línguas Germânicas, como em *Baudegisil*, *Baudimund*, *Hariobaud* e *Merobaud* (Reichert 1987-90: sob *Baudegisil*, *Baudimund*, *Hariobaud*, *Merobaud*; ver também 2.477-9). Tal

elemento provavelmente também aparece no nome *Baduhenna* – aparentemente o nome de uma deusa – mencionado por Tácito em seus *Anais* (Fisher 1906: livro 4, capítulo 73). O nome *Friagabi* é claramente ditemático, e ambos os elementos podem ser vistos como relacionados a elementos usados na formação de nomes pessoais: *fria* pode ser relacionada ao elemento que Reichert (1987-90: 2.508) registra como *frī-* em nomes como *Frianni*, *Friard*, *Friobaud* e *Friomath*; *gabi* está conectado com o elemento que aparece no Inglês Antigo como *giefu* ‘gift’ [presente], em nomes como *Æpelgiefu*, resultando em interpretações de *Friagabi* como significando ‘friendly giving’ [presente/doação amigável] (Simek 1993: sob *Friagabis*) ou ‘die liebe Geberin’ (‘the dear given’ [o querido doador]; Gutenbrunner 1936: 90). O nome da deusa *Vagdavercustis* – que provavelmente era adorada entre os Batavi ou Cugerni (Stolte 1986: 652-3) – talvez esteja relacionado a um nome pessoal masculino, *Vagdavercustus*. Embora eu não compartilhe da certeza de Birley de que o último nome é “manifestamente Germânico” e aplicado a “um filho de devotos de Vagdavercustis” (Birley 1986: 76), a associação da deusa com os Batavi ou Cugerni seria pelo menos consistente com uma interpretação dela como Germânica.

Isso levanta questões sobre se os nomes dessas deusas devem ser interpretados em termos de papéis ou funções desempenhadas por elas - como, por exemplo, Stolte faz implicitamente ao classificar *Hariaasa* e *Harimella* como ‘Kriegsgöttinnen’ (‘deusas da guerra’) com base do uso do elemento **harja-* em seus nomes (1986: 652). É possível que o papel ou a função tenham determinado estes padrões de nomes, e que os nomes pessoais humanos tenham sido influenciados por padrões de nomeação sacral – mas não devemos descartar a possibilidade de que a nomeação sagrada possa ser padronizada, em parte, pela nomeação humana. No caso das matronas, como veremos, há provas claras do desenvolvimento de nomes de matronas a partir de nomes de grupos sócio-políticos humanos, e pode ser que as deusas possam desenvolver-se de forma semelhante. A possibilidade de padrões semelhantes de desenvolvimento em deusas e matronas não deveria nos surpreender, visto que nem sempre parecem ter formado categorias distintas. Há casos em que as deusas aparecem no plural, possivelmente como resultado de ligações com os padrões de culto evidentes entre as matronas (Stolte 1986: 620-1; Rüger 1987: 3). Há também casos de divindades geralmente chamadas de *matronae Aufaniae* (discutidas abaixo) que aparecem em inscrições como *deae Aufaniae* (Gutenbrunner 1936: 208-9). Tentar estabelecer uma distinção absoluta entre deusas e matronas, portanto, parece inconsistente com as evidências disponíveis.

Matronas

As matronas (referidas pelos termos latinos *matronae*, *matres* ou **matrae*) são de longe o tipo mais comum de divindade nas inscrições votivas. Mais de mil inscrições individuais atestam matronas (Kolbe 1960: 118), e Neumann (1987) discute 56 nomes diferentes em seu artigo sobre nomes de matronas Germânicas. Um número bastante maior está incluído na lista manual compilada por Gutenbrunner (1936) de tais nomes, embora muitos deles sejam marcados como duvidosos por Gutenbrunner, seja porque sua atestação é duvidosa, ou porque não é certo que sejam Germânicos. A lista manual de Gutenbrunner claramente requer atualização, mas infelizmente parece que é improvável que um novo índice planejado dessas inscrições por C.B. Rüger e B. Beyer-Rothhoff seja publicado (Mees 2006: 37). Muitos dos nomes de matronas são atestados apenas em uma ou algumas inscrições, mas as *Austriahenae* e as *Aufaniae* se destacam como figuras de culto significativas, com bem mais de uma centena de inscrições existentes para as primeiras (Kolbe 1960: 53), enquanto

as últimas são atestadas não apenas em torno de seu centro de culto em Bonn, mas em lugares tão distantes quanto Lyon e Carmona (Rüger 1987: 22). As matronas parecem ter tido uma iconografia bem estabelecida, com muitas representações delas em pedras votivas como três figuras femininas sentadas, muitas vezes com tigelas de frutas no colo, embora às vezes com outros atributos, como pão, dinheiro e equipamento de fiar (Garman 2008: 38-9). É possível, no entanto, que também sejam representadas em outros artefatos (muitas vezes como três figuras femininas, mas se diferenciando em outros aspectos) em contextos sem inscrições que possam identificar as figuras como matronas (Schauerte 1987; Derks 1998: 119). Tais representações anepigráficas são mais amplamente distribuídas do que as pedras votivas às matronas, que, segundo Rüger (1987: 4-9), estão agrupadas em quatro concentrações geográficas principais: duas ao sul, uma centrada no vale do Ródano, e a outra mais a leste, e dois ao norte, um centrado na fronteira do Reno e outro na Muralha de Adriano (omiti um agrupamento menor que Rüger observa no norte da Espanha). A Figura 3 mostra a distribuição de matronas e deusas com nomes Germânicos registradas em Gutenbrunner (1936), com a adição dos achados de pedras votivas às *Austriahenae* registradas em Kolbe (1960).

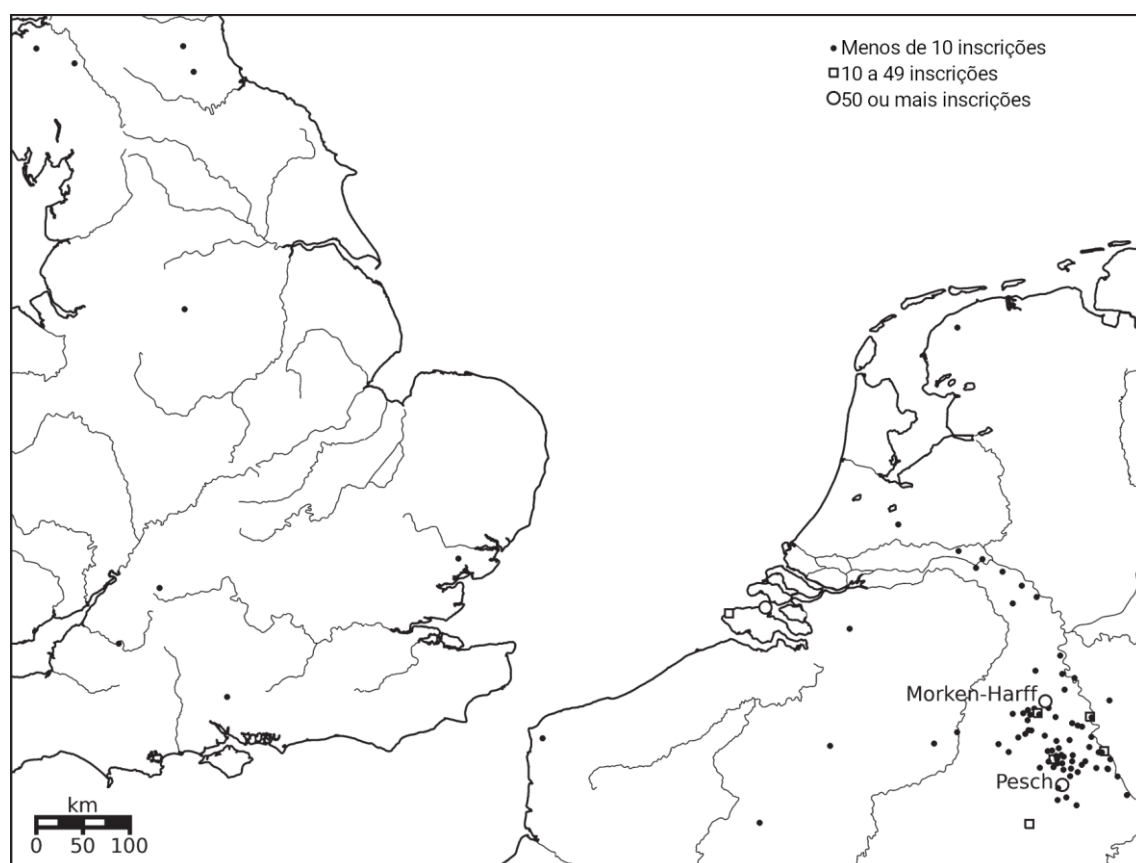


Figura 3. Distribuição de inscrições votivas Romano-Germânicas para divindades femininas. Este mapa não incorpora alguns achados de inscrições votivas desde Gutenbrunner (1936), mas o padrão geral de distribuição permanece representativo. As frequências são calculadas a partir do número de vezes que cada matrona ou deusa aparece em inscrições separadas: Quando mais de uma divindade aparece em uma inscrição, a inscrição é, portanto, representada mais de uma vez nos dados de frequência.

Essas quatro concentrações são explicáveis, em parte, em termos de padrões de serviço militar dentro do Império Romano, e em parte, em termos de tipos distintos de culto matronal. O agrupamento no vale do Ródano consiste em matronas com nomes ou epítetos celtas e Romano-Célticos, e este culto parece ter existido no início do século 1 DC

(Rüger 1987: 11-13). O aglomerado a leste do aglomerado do vale do Ródano é composto por matronas sem nomes ou epítetos distintos: aqui as inscrições são simplesmente para *matronae*, ou às vezes para *iunones* 'Junos' (Rüger 1987: 4). O agrupamento no Baixo Reno consiste em matronas cujos nomes ou epítetos se relacionam com termos Germânicos e Celtas, embora sejam mais comuns na área habitada pelos Ubii (Derks 1998: 119). O aglomerado na Muralha de Adriano pode ser plausivelmente associado ao culto às matronas por soldados da região do Baixo Reno que serviam na Grã-Bretanha (Rüger 1987: 8-9).

O aglomerado da Muralha de Adriano é, portanto, uma distribuição secundária, que pode ser vista como uma ramificação do aglomerado do Baixo Reno (Rüger 1987: 8). Além disso, os três grupos principais podem ser vistos como representando grupos distintos de divindades: não vemos os mesmos nomes de matronas ocorrendo em todos os três grupos e, de fato, a composição geral do conjunto de nomes em uso difere marcadamente entre os grupos inferiores. Reno e o vale do Ródano, enquanto o aglomerado centrado no norte da Itália é novamente diferente por não empregar nomes de matronas. Se devemos ou não ver estes três grupos como ligados, está fora do âmbito desta discussão. O que é importante para os nossos propósitos aqui é que eles representam três cultos substancialmente diferentes, quer esses cultos pudessem ou não ter tido uma origem comum.

Vale a pena considerar as origens dos cultos das matronas do Baixo Reno. Trabalhos recentes tendem a se concentrar nas matronas do Baixo Reno como divindades nativas em processo de romanização. Rüger (1987: 24) sugeriu que as matronas do baixo Reno representavam romanizações de divindades nativas pré-existentes de um tipo não antropomórfico. Derks (1998: 124-7) rejeita com toda a razão tal afirmação, argumentando alternativamente, que as matronas podem ser vistas como evidência de um culto ancestral que existia antes da romanização da área. A preponderância de inscrições na área ubiana não é, discute Derks, o produto de uma origem ou foco especificamente ubiano para o culto, mas antes resulta da presença de soldados de origem do norte da Itália na área ao redor de Colônia: Estes soldados teriam sido familiarizados com o culto das matronas anônimas do norte da Itália, e poderia ter introduzido inscrições votivas de estilo romano no culto nativo semelhante no baixo Reno (Derks 1998: 128).

O argumento de Derks é atraente e, se estiver correto, tem algumas consequências importantes para a nossa compreensão dos cultos das matronas do Baixo Reno. Gutenbrunner (1936: 117) sugere que os termos *matronae* e *matres* refletiam dois subgrupos mais ou menos distintos dentro dos cultos de matronas, com nomes de matronas emparelhados com o termo *matres* frequentemente derivando de nomes tribais. De acordo com Derks (1998: 120), no entanto, "as inscrições em que ambos os termos ocorrem lado a lado e as dedicatórias em que a forma habitual de tratamento *matronae* é substituída por *matres*, deixam claro que não houve uma distinção nítida". Entretanto, o próprio argumento de Derks para a influência do culto das matronas anônimas da Alta Itália sugere que existe uma distinção, embora não uma que gire em torno de um uso distintivo de *matres* para matronas tribais.

O termo *matronae* é o termo preferido para as matronas sem nome e, portanto, não é surpreendente que este termo seja comum nas pedras votivas da área úbia, criadas para divindades daquela localidade específica. Como salienta Derks, divindades como as denominadas *matres Hiannanefatae*, *matres Remae* e *matres Treverae* podem ser melhor entendidas como refletindo a filiação tribal daqueles que criaram inscrições para elas (1998: 127). A situação geográfica destes indivíduos é aqui de importância central, na opinião de Derks: "permanecendo fora da sua *civitas natal*, estes fiéis não teriam invocado

os antepassados da sua comunidade estritamente local, mas (da mesma forma que os soldados do Baixo Reno estacionados na Muralha de Adriano) as mães míticas da comunidade civitas mais ampla” (1998: 127). A aparente distinção entre *matres* tribais e matronas mais definidas localmente é, portanto, provavelmente um acidente de interações culturais na área úbia, como argumenta Derks; mas, mais do que isso, o próprio uso dos termos *matres* e *matronae* pode ser atribuído a esse padrão de desenvolvimento. O termo *matronae* pode ser entendido como uma importação da alta Itália, enquanto o termo *matres* parece refletir uma terminologia que pode ter sido de uso mais difundido ao longo do baixo Reno. Este uso foi substancialmente obscurecido pelo fato de que a prática de erigir pedras votivas às matronas centrar-se principalmente na área de Ubii, onde o termo *matronae* ganhou popularidade. O desenvolvimento de uma forma errônea **matrae* de *matres* parece confirmar que esta forma pode refletir melhor concepções de status menos elevado dos cultos de matronas, enquanto *matronae* talvez reflita formas de devoção de status mais elevado.

Isso nos diz algumas coisas importantes sobre a natureza dos cultos matronais. Se *matres* era de fato o termo mais difundido (embora menos bem atestado) para as matronas, então isto sugere que elas eram normalmente entendidas como mães, e não mais genericamente como senhoras, como o termo *matronae* poderia sugerir (Neumann 1987: 129). Além disso, é possível que o termo *matronae* represente uma palavra gaulesa com o sentido de “deusa mãe”, em vez da palavra latina que significa “senhora, mulher casada” (Mees 2006: 14). Isso fornece algum apoio às reivindicações de uma associação entre o festival pré-Cristão Anglo-Saxão *modranect* [Mōdraniht/Modranicht] (“noite das mães”), mencionado por Beda, e os cultos das matronas (Meaney 1985: 5-6; North 1997: 227). A evidência, tal como é, parece apontar na direção de divindades coletivas imaginadas, pelo menos em parte, em termos de relações de parentesco. Isto também é apoiado por algumas das estratégias de nomenclatura evidenciadas pelos nomes das matronas.

Em seu inestimável estudo da linguagem dos nomes de matronas Germânicas, Neumann identifica quatro estratégias principais de nomenclatura entre esses nomes: derivação de nomes de lugares, hidrônimos (geralmente nomes de rios e riachos), termos étnicos e de palavras significativas que indicam as atividades das matronas (1987: 109-11). Alguns exemplos de nomes derivados de grupos étnicos foram mencionados acima, e este grupo não apresenta problemas. Os nomes hidronímicos de matronas incluem nomes como *Aumenahenae*, *Nersihenae* e *Renahenae*, alguns dos quais podem ser relacionados a rios específicos na área do Baixo Reno, enquanto outros podem ser identificados linguisticamente com termos hidronímicos comuns (Neumann 1987: 110). Os nomes derivados de palavras significativas requerem uma argumentação cuidadosa para serem sustentados, como vimos no caso dos *diis hveteris* (ver o subtema “*Idioma e História*”). A categoria de nomes de matronas derivados de topônimos também é problemática, uma vez que temos apenas registros muito esparsos de topônimos na região do Baixo Reno no final do período Romano. Neumann discute uma série de casos difíceis e mostra que identificações anteriores com topônimos atualmente atestados nem sempre são plausíveis (1987: 109-10). Em alguns exemplos para os quais estão disponíveis atestados de topônimos do período romano, é claro que os topônimos são na verdade derivados de nomes de grupos subtribais: por exemplo, o nome *matronae Ettrahenae* está evidentemente relacionado à *curia Etratium* (‘comunidade/distrito dos Etrates’), um nome de lugar que implica um agrupamento sócio-político de pequena escala conhecido como **Etrates* (Derks 1998: 123).

Temos, portanto, evidências de nomes de matronas relacionados com características geográficas específicas, particularmente rios, bem como nomes que se relacionam com agrupamentos sócio-políticos locais, como os **Etrates*. Se estes grupos deveriam, como argumenta Derks (1998: 123-4), ser considerados grupos de parentesco nos quais o parentesco é, até certo ponto, construído socialmente, em vez de determinado puramente pelas relações familiares, é uma questão que está fora do âmbito deste livro. Mais importante ainda, esses nomes parecem contrastar com os nomes que derivam dos agrupamentos de maior escala que normalmente chamamos de tribos, e, como vimos, Derks sugeriu que isto reflete diferentes práticas de adoradores, dependendo se eles estão a estabelecer uma comunidade. inscrição dentro ou fora de sua própria área de origem (Derks 1998: 127). Isto sugere, então, que os cultos às matronas eram muitas vezes fortemente localizados, mas que, até certo ponto, os vários grupos diferentes que adoravam as matronas as reconheciam de forma mais geral como um tipo de divindade que operava a níveis tribais e subtribais: agrupamentos mais amplos ou mais restritos de as matronas podem, portanto, ser invocadas em circunstâncias diferentes, produzindo assim algumas das variações nos nomes das matronas. Portanto, temos variações nos nomes de acordo com a amplitude social (ou abrangência) do grupo de matronas a quem o fiel se dirigia e de acordo com as construções tribais e locais das identidades dos fiéis. As divindades denominadas *matres Italis Germanis Gallis Brittis*, atestadas por uma inscrição de Winchester, também sugerem a possibilidade de agrupamento supratribal de matronas (Gutenbrunner 1936: 215). Podemos, portanto, propor um modelo aproximado dos agrupamentos de matronas conforme mostrado na Tabela 1.

dedicadores distantes do lugar de origem	nome de área pan-tribal/ampla					
	nome tribal			nome tribal		
dedicadores no lugar de origem	nome local/ligado	nome local/ligado	nome local/ligado	nome local/ligado	nome local/ligado	nome local/ligado

Tabela 1. Nomes de matronas e localidades

Deve ser notado que isso é uma simplificação do que era sem dúvida uma situação complexa, e tenta apenas traçar alguns padrões comuns, mas não necessariamente universais. Em particular, devemos notar que a distância da localidade de origem não precisa ser definida apenas em termos de distância geográfica. Assim, as *matres tamarinae* (ou *transmarinae*) aparecem em uma série de inscrições da Grã-Bretanha Romana criadas por membros de unidades Germânicas dentro do exército romano (Collingwood e Wright 1965: nos 919, 920, 1224), bem como em uma série de inscrições onde as afiliações étnicas do dedicador não são registradas (Collingwood e Wright 1965: nos 1030, 1224, 1318, 1989). Nesse caso, a forma de referência para as matronas é determinada não apenas pela distância da casa do dedicador, mas pela presença de um mar entre o dedicador e a sua casa. A interposição de fronteiras sócio-políticas significativas também pode ser um fator: um exemplo disto é fornecido pelas *matres Germanis Suebis*, evidenciadas numa inscrição de Colônia, cujo nome indica ligações com um agrupamento tribal a leste do Reno (Gutenbrunner 1936: 225). O dedicador, que presumivelmente era de origem suebia, talvez não estivesse muito distante de casa na área de Colônia, mas o fato de estar dentro do Império, enquanto as terras suebas estavam fora dele, pode ter provocado uma sensação de distância que incentiva o uso de um termo tribal, bem como a designação étnica mais ampla *Germanis* (se este termo é ou não uma classificação étnica romana imposta aos grupos Germânicos não é importante neste contexto: claramente este dedicador reconheceu o termo como relevante de alguma forma para a sua situação). Por outro lado, também é possível que o dedicador tenha sido um dos Suevos Nicretas que se estabeleceram dentro do Império, mas a uma distância considerável de Colônia (Carroll 2001: 30-1).

Epigrafia Romano-Germânica e vida religiosa pré-Cristã

Há, portanto, um grande e complexo conjunto de evidências da vida religiosa pré-Cristã na epigrafia romana tardia, que oferece uma oportunidade para estudar numerosas divindades nomeadas que não aparecem entre os grandes deuses discutidos no Capítulo 1. A discussão anterior é pouco mais do que um esboço de algumas das linhas gerais da situação, pois seria necessário um livro mais longo para fazer justiça a este corpo de material. No entanto, pudemos observar alguns padrões importantes: os deuses e deusas apresentam uma imagem mista de cultos públicos maiores e cultos menores, talvez mais restritos socialmente; as matronas, por outro lado, parecem geralmente refletir cultos locais, específicos de agrupamentos sócio-políticos de pequena escala, talvez grupos de parentesco (embora não necessariamente definidos biologicamente). Mesmo que acreditemos que os grandes deuses eram difundidos e uniformemente importantes, ainda temos de contar com a existência de muitos cultos mais pequenos, o que nos deveria alertar para não procurar sempre relacionar as evidências da vida religiosa com os cultos dos grandes deuses. Também vimos alguma sobreposição entre deusas e matronas, o que sugere que não deveríamos necessariamente esperar padrões de culto diferentes, embora, claro, algumas deusas, como Nehalennia (Stuart e Bogaers 2001: 44), pareçam ter desfrutado de um culto mais público (embora não necessariamente geograficamente difundidos). Existem também ligações claras entre os padrões de nomenclatura empregados para matronas e deusas e aqueles empregados na nomenclatura de indivíduos e grupos humanos. Como veremos nos capítulos seguintes, estes padrões ajustam-se bem às evidências de Eostre e Hreda.

4.

Eostre: Deusa Pan-Germânica ou ‘Fantasia Etimológica’?

No capítulo 15 de *De Temporum Ratione* (“Sobre a contagem do tempo”), Beda discute os nomes ingleses dos meses. Ele fornece uma lista dos nomes ingleses, juntamente com breves discussões sobre suas etimologias, resumidas na Tabela 2.

Nome do Mês	Interpretação	Tradução	Mês em Latim
<i>Giuli</i>	‘a conversione solis in auctum diei’	‘a partir do dia em que o Sol volta [e começa] a aumentar’	Janeiro
<i>solmonath</i>	‘potest dici mensis placentarum quas in eo diis suis offerebant’	‘pode ser chamado de “mês dos bolos”, que eles ofereceram aos seus deuses naquele mês’	Fevereiro
<i>hredmonath</i>	‘a dea illorum Hreda, cui in illo sacrificabant, nominatur’	‘é nomeado em homenagem à sua deusa Hretha, a quem eles sacrificaram nesta época’	Março
<i>eosturmonath</i>	‘a dea illorum quae Eostre vocabatur et cui in illo festa celebrabant nomen habuit’	‘chamado em homenagem a uma deusa deles chamada Eostre, em cuja homenagem as festas eram celebradas naquele mês’	Abril
<i>thrimilchi</i>	‘dicebatur quod tribus vicibus in eo per diem pecora mulgerentur’	‘assim era chamado porque naquele mês o gado era ordenhado três vezes ao dia’	Maio
<i>Lida</i>	‘dicitur blandus sive navigabilis quod in utroque illo mense et blanda sit serenitas aurarum et navigari soleant aequora’	‘significa “suave” ou “navegável”, porque em ambos os meses as brisas calmas são suaves e costumavam navegar no mar calmo’	Junho
<i>Lida</i>			Julho
<i>vveodmonath</i>	‘mensis zizaniorum quod ea tunc maxime abundant’	‘significa “mês do joio”, pois então eles são muito abundantes’	Agosto
<i>halegmonath</i>	‘mensis sacrorum’	‘significa “mês dos ritos sagrados”’	Setembro
<i>vvinterfilleth</i>	‘potest dici composito novo nomine hiemiplenium’	‘pode ser chamado pelo nome composto inventado “winter-full”’	Outubro
<i>blodmonath</i>	‘mensis immolationum quod in eo pecora quae occisuri erant diis suis voverent’	‘“mês das imolações”, pois então o gado que seria abatido era consagrado aos seus deuses’	Novembro
<i>Giuli</i>	Ver acima		Dezembro
	(Jones 1943: 212-13)	(Wallis 1999: 54)	

Tabela 2. Nomes dados por Beda aos meses do Inglês Antigo.

Algumas das etimologias de Beda estão evidentemente corretas, como a sua interpretação de *vveodmonath* como ‘mensis zizaniorum’ (“mês das do joio”). Outros são muito problemáticos, como *solmonath*: Não há nenhuma evidência clara de uma palavra do Inglês Antigo **sol* que signifique ‘bolo’ e, portanto, tem havido um debate considerável sobre o significado exato de Beda e o estado de seu conhecimento das ofertas pré-Cristãs (Página 1995: 125-7). Nossa principal preocupação aqui, entretanto, é com a discussão de *hredmonath* (março) e *eosturmonath* (abril), já que Beda explica esses nomes de dois meses invocando os nomes de duas deusas pré-Cristãs, Hreda e Eostre. Retornaremos a Hreda no próximo capítulo, mas começaremos discutindo Eostre, pois ainda existem mais evidências de sua existência, e ela tem, portanto, sido objeto de atenção acadêmica bastante mais moderna.

Tem havido uma longa história de esforços para desacreditar a afirmação básica de Beda de que havia uma deusa pré-Cristã chamada *Eostre*. Já no final do século XIX,

Weinhold (1869: 52) afirmava que “die angelsächsische Eostre sieht nach einer Erfindung Bedas aus” (“o Eostre Anglo-Saxão parece uma invenção de Beda”). Knobloch (1959) sugere que não existia uma deusa Germânica Eostre, e que na verdade o nome do mês surge como uma tradução emprestada do termo latino *albae*. Esta palavra latina é por vezes aplicada à Easter [Páscoa], mas também se desenvolve nas línguas românicas posteriores numa palavra para “amanhecer” (como em francês *aube*). Knobloch (1959: 42-4) argumenta que a palavra do Inglês Antigo *ēastre* (e o Alto-Alemão Antigo correspondente *ôstarun*) era uma palavra que denotava o amanhecer que se desenvolveu como uma tradução do latim *albae*. Contudo, como salienta Green (2000: 352-3), esta é uma linha de argumentação decididamente ténue; e, como veremos, há poucos motivos para associar o nome *Eostre* ou a palavra *ēastre* ao amanhecer. Mais recentemente, Page (1995: 125) argumentou que “Eostre é uma fantasia etimológica da parte de Beda”, e na contribuição mais substancial para o debate dos últimos anos – um livro inteiro dedicado ao termo *Easter* – Udolph (1999) argumenta que a palavra *Easter* se desenvolveu num contexto cristão a partir de um termo Germânico para o ato do batismo.

Esses ataques específicos à credibilidade de Eostre começaram a influenciar obras de referência gerais. O *Dictionary of Old English* [Dicionário do Inglês Antigo] aparentemente concluiu que o debate está resolvido: “A derivação do nome por Beda de um festival Anglo-Saxã pré-Cristão de uma deusa *Eastre* não é mais aceita” (DOE: sob *ēastre*). Outra obra de referência recente, Roud (2006: 106-7), aparentemente segue os argumentos de Page para a invenção de Eostre e Hreda por Beda. A transmissão desta noção para tais obras de referência geral pode muito bem dar ao público em geral a impressão de que não há mais espaço para debate e que o caso foi decidido de uma vez por todas contra as deusas. Sermon (2008), no entanto, defende a existência de Eostre, embora o seu trabalho seja prejudicado pelo mau tratamento das evidências linguísticas. Consideraremos abaixo alguns argumentos adicionais que, esperançosamente, fornecerão razões para confiar no testemunho de Beda sobre a deusa Eostre.

As tentativas de lançar dúvidas sobre a reivindicação de Beda de uma deusa Eostre foram motivadas, em parte, pelas reivindicações bastante duvidosas que foram feitas sobre o caráter desta deusa, e a extensão e natureza do seu culto. A discussão clássica sobre a deusa Eostre é a de Jacob Grimm em sua *Deutsche Mythologie*:

[Tenha em mente que:

AAA = Alto-Alemão Antigo, adaptação do tradutor de OGH: Old High German

AS = Anglo-Saxão, encaixa com o original, AS – Anglo-Saxon

IA = Inglês Antigo, adaptação de OE – Old English

NA= Nórdico Antigo, adaptação de ON – Old Norse]

As duas deusas, que Beda (*De temporum ratione* cap. 13) cita muito brevemente, sem qualquer descrição, apenas para explicar os meses que as levam, são *Hrede* e *Eástre*, o mês de Março tendo o nome saxão da primeira, e Abril da segunda. [...]

Seria acrítico atribuir a este pai da igreja, que em toda parte mantém o paganismo à distância, e nos conta menos do que sabe, a invenção dessas deusas. [...]

Nós, alemães, até hoje chamamos Abril de *ostermonat*, e *ôstarmânoth* é encontrado já em Eginhart (temp. Car. Mag.). O grande festival cristão, que geralmente cai em abril ou no final de março, traz nos vestígios mais antigos do AAA o nome *ôstarâ*, da raiz *-ûn*; é encontrado principalmente no plural, porque dois dias (*ôstartagâ*, *aostortagâ*, Diut. 1, 266a) eram guardados na

Páscoa. Esta [palavra] *Ostarâ*, como o AS. *Eástre*, deve na religião pagã ter denotado um ser superior, cuja adoração estava tão firmemente enraizada, que os professores cristãos toleraram o nome e o aplicaram a um de seus maiores aniversários. Todas as nações que fazem fronteira conosco mantiveram a “pascha” bíblica; até Ulphilas escreve *paska*, não áustrô, embora deva conhecer a palavra; a língua nórdica também importou seu *pâskir*, no Sueco *påsk*, no Dinamarquês *paaske*. O advérbio do AAA *ôstar* expressa movimento em direção ao sol nascente (Gramm. 3, 205), da mesma forma que NA. austríaco, e provavelmente um *eástor* AS e em Gótico áustr. Em Latim, o mesmo *auster* foi empurrado para o quarto do meio-dia, o Sul. Na Edda, um ser masculino, um espírito de luz, leva o nome de *Austri*, então um ser feminino poderia ter sido chamado de *Austra*; as tribos do Alto-Alemão e Saxão parecem, pelo contrário, ter formado apenas um *Ostarâ*, *Eástre* (fem.), e não *Ostaro*, *Eástra* (masc.). E essa pode ser a razão pela qual os Nórdicos disseram *pâskir* e não *austrur*: eles nunca adoraram uma deusa *Austra*, ou o seu culto já estava extinto.

Ostara, *Eástre* parece, portanto, ter sido a divindade da aurora radiante, da luz nascente, espetáculo que traz alegria e bênção, cujo significado poderia facilmente ser adaptado ao dia da ressurreição do Deus do Cristão. (Grimm 1882-88: 1.289-91).

Essa continuou a ser uma declaração influente do caso de Eostre, mas tem uma série de fraquezas que os críticos, como os mencionados acima, apontaram. Mais importante ainda, não há nenhuma evidência direta da Ostara de Grimm: ela é uma extrapolação do Eostre Anglo-Saxão e da existência de termos comuns para a Easter no Inglês Antigo e nos dialetos do sudeste do Alto-Alemão Antigo. A interpretação de Grimm do papel ou função de Eostre como deusa do amanhecer também é problemática; e variações como a afirmação de Helm de que a ideia de amanhecer foi aqui estendida ao amanhecer do ano, quando os dias se alongaram após o equinócio da primavera e, portanto, a uma deusa da Primavera, não carregam convicção (Helm 1950: 9).

Vimos, então, uma longa história de argumentos a favor e contra a deusa Eostre de Beda, com alguns estudiosos assumindo posições bastante extremas em ambos os lados. Grande parte desse debate, no entanto, foi necessariamente conduzido na ignorância de uma evidência fundamental, uma vez que só foi descoberta em 1958. Esta evidência é fornecida por mais de 150 inscrições votivas Romano-Germânicas a divindades chamadas *matronae Austriahenae*, encontradas perto de Morken- Harff e datável de cerca de 150-250 DC (Kolbe 1960: 53, 122; ver Figura 3 na para localização). Apenas algumas das pedras votivas estão completas, mas muitas têm texto suficiente para ter certeza razoável de que foram dedicadas às *Austriahenae* (Kolbe 1960: 55-109). Como reconheceu Gutenbrunner (1966: 123-5), o primeiro elemento do nome *Austriahenae* pode ser conectado etimologicamente com o nome *Eostre* e com um elemento usado na formação de nomes pessoais Germânicos – conexões que serão discutidas em detalhes abaixo. A interpretação proposta por Gutenbrunner das evidências, no entanto, baseia-se numa alusão enigmática num poema eddaico no Nórdico Antigo para construir uma imagem pouco convincente de um festival de árvores Germânico pré-Cristão (1966: 122-3). Sermon (2008: 340), por outro lado, argumenta que as inscrições nas *Austriahenae* “fornecem importantes evidências comparativas” para *Eostre*, mas argumenta que podem ser evidências da mesma divindade ou de divindades cujos cultos “se desenvolveram independentemente”. A possibilidade de uma conexão etimológica entre os nomes *Eostre* e *Austriahenae* também levou a um argumento de Kurt Oertel em um sítio pagão contemporâneo de que havia de

fato uma divindade Eostre/Austro, ligada à Primavera e adorada em toda a Inglaterra e em partes do continente (Oertel 2003). Essencialmente, Oertel vê as *Austriahenae* como um reforço das reivindicações de Grimm e Helm, e a implicação de sua peça é que essas matronas são basicamente figuras idênticas ou derivadas da deusa Eostre/Austro. Isso não parece inteiramente satisfatório e, para resolver os vários problemas apresentados por Eostre, precisaremos considerar não apenas a natureza exata das divindades denominadas *matronae Austriahenae*, mas também a evidência linguística fornecida pelos termos germânicos para a Páscoa, e palavras relacionadas.

‘Easter’ nas línguas Germânicas

Voltamos primeiro para o problema dos termos Germânicos para a Páscoa. Como observado acima, Grimm conjectura uma deusa chamada *Ostara*, cognata do Anglo-Saxão *Eostre*, a partir da existência de formas como *ôstarun* nos dialetos do Alto-Alemão Antigo do Sudeste. Grimm, entretanto, não explica como esta área sudeste de termos de “Easter” vem a ser separada da outra área de termos de “Easter”, nomeadamente a Inglaterra, por uma faixa de termos derivados do Latim *pascha*. Frings e Müller (1966-68: 1.38-9) abordam esta questão, argumentando que as formas de *pascha* se originam do empréstimo do termo latino dentro do bispado de Colônia. Estas formas espalharam-se então a partir de Colônia, o que explica particularmente a sua presença na Frísia, na Saxônia e na Escandinávia. Isso deixa o status exato do Inglês Antigo *ēastre* e do Alto-Alemão Antigo *ôstarun* um tanto obscuro, mas parece que Frings e Müller os consideram como reflexo um nome de festival tradicional (derivado de uma divindade ou não) na Inglaterra e em algumas partes do Continente.

Isso pode, então, sugerir que algumas das formas de *pascha* mascaram a existência de um festival (e talvez de uma deusa) que se espalhava por uma área do sudeste da Alemanha até a Inglaterra. O resultado é que temos uma reivindicação não muito diferente da de Grimm, mas centrada na ideia de um festival pré-Cristão, e deixando fora de cogitação a possível relação deste festival com uma divindade. Green (2000: 351-3) baseia-se nesta ideia, sugerindo que um nome de festival do Alto-Alemão Antigo *ôstarun* foi desenvolvido como um termo para o festival Cristão devido à influência do Inglês Antigo *ēastre* em um contexto cristão: ele vê isso como um de uma série de termos que podem ser atribuídos de forma plausível à influência da terminologia cristã inglesa resultante da presença de clérigos Anglo-Saxões na Alemanha (349-56). Não há, no entanto, nenhuma razão para que tal influência não deva operar na ausência de um nome pré-existente para o festival do Alto-Alemão Antigo. Helm (1950: 9) argumenta que é improvável que *ēastre* tenha sido emprestado ao Alto-Alemão Antigo no contexto missionário Anglo-Saxão, alegando que *ôstarun* não foi usado na área principal da missão. No entanto, a área de utilização de *ôstarun*, como apontam Frings e Müller (1966-68: 1.38 e mapa 6), inclui a diocese de Mainz. Sabemos, além disso, que Bonifácio – que operou em Hesse e na Turíngia e acabou por ser nomeado bispo de Mainz – solicitou repetidamente cópias de obras de Beda nas suas cartas a indivíduos na Nortúmbria (Tangl 1916: nos 75, 76 e 91). Seu sucessor Lull também solicitou cópias de obras de Beda (Tangl 1916: nos 126 e 127), e Petersohn (1966: 238-9) relacionou esses pedidos com alguns dos primeiros manuscritos das obras de Beda, incluindo o fragmento de Bückeburg de *De Temporum Ratione*. McKitterick (2004: 94), no entanto, salienta que os pedidos de livros de Lull não incluíam *De Temporum Ratione*, e sugere que poderia “ser viável pensar em termos de uma cópia [de *De Temporum Ratione*] ser enviada ao continente mais cedo”. Mesmo que o próprio Beda tenha sido responsável

(o que parece improvável: ver “Nome do Mês e Festival”) por espalhar o uso do termo *ēastre* na Inglaterra Anglo-Saxã, então, não é de forma alguma implausível que as atividades Anglo-Saxãs dentro e ao redor da sé de Mainz deveriam trazer consigo o termo *ēastre* e fazer com que fosse adotado nesta área. Isso apoiaria a sugestão de influência missionária feita por Sermon (2008: 337). Não precisamos, portanto, de assumir que houve um festival ou uma deusa espalhada por toda a Inglaterra e pelo continente – mas isso não significa que devemos desconsiderar as reivindicações de Beda de uma deusa adorada na antiga Inglaterra Anglo-Saxã.

A Etimologia de *Eostre*

Se há problemas com as reivindicações de um equivalente continental de Eostre, há também problemas associados às discussões etimológicas do seu nome, nas quais geralmente se baseiam as interpretações do seu papel e função. A visão de Grimm de que ela era uma deusa associada ao amanhecer depende do fato de o sol nascer no Leste. O nome Eostre está etimologicamente relacionado à palavra *east* [leste/oriente], que possui cognatos na maioria das línguas Germânicas, e isso motivou a interpretação de Grimm. Esse argumento etimológico foi desenvolvido por Helm (1950: 9), que considerou as conexões etimológicas de Eostre além das línguas germânicas. Ele ressaltou que no latim *Aurora*, no grego *Ἥως* [Eos] e no sânscrito *Ushas* [उषस] (todos significando ‘amanhecer’, e também usados como nomes de deusas) podem ser todos relacionados à mesma raiz que aparece na palavra *east*. Nessa base, ele sugere que há alguma evidência de uma deusa indo-europeia do amanhecer, cujo reflexo Germânico é Eostre. Dado que ela dá o seu nome a um mês, no entanto, ele vê a deusa Germânica como relacionada com o amanhecer do ano (isto é, a Primavera) e não com o amanhecer de cada dia (Helm 1950: 9).

Tal interpretação de Eostre como uma deusa da Primavera tem sido estranhamente influente, dada a falta de evidências realmente claras para apoiá-la. Tanto os céticos como os crentes referem-se frequentemente a ela como uma deusa da Primavera, e isto leva a algumas situações absurdas, como quando Knobloch (1959: 31-4) argumenta contra a existência de Eostre alegando que faltam fortes evidências etimológicas para sua conexão com a Primavera. Isto claramente não é nenhum argumento contra a deusa – Knobloch demonstra habilmente a fraqueza da suposta ligação com a Primavera, mas esta ligação é, afinal de contas, apenas uma interpretação acadêmica do nome de Eostre. As fraquezas das reivindicações modernas quanto ao seu papel e função não são um argumento contra a existência de Eostre; e de fato há uma interpretação bastante mais plausível do nome dela, que consideraremos agora.

O nome *Eostre* foi, conforme discutido antes, considerado relacionado à palavra do Inglês Antigo *ēast* ('east' [leste/oriente]). Da mesma forma, a forma *Austriahenae* deriva de uma raiz **austra*, que significa “east” (Neumann 1987: 109) – mas embora o Inglês Antigo *ēast* e **austra* estejam claramente relacionados, eles não são etimologicamente idênticos. Tanto *Eostre* quanto *Austriahenae* incluem um /r/ após a sequência /st/, que faz parte do radical do Inglês Antigo *ēastre*, mas que está ausente no Inglês Antigo *ēast* e, de fato, em outros cognatos Germânicos Ocidentais desta palavra, como Alto-Alemão Antigo *ōst* e Saxão Antigo *ōst* (Schützeichel 2006: sob *ōst*; Holthausen 1954: sob *ōst*). Este /r/ requer alguma explicação etimológica, se quisermos ter uma compreensão completa do desenvolvimento dos nomes *Eostre* e *Austriahenae*. Uma explicação possível é a agora tradicional ligação de *ēastre* com a *aurora* Latina e outras raízes Indo-Europeias

relacionadas. De acordo com essa interpretação, temos uma raiz **aus-r*, com /t/ subsequentemente invadindo. Esta não é a única etimologia possível, no entanto.

Uma olhada na entrada para *ēast* em Bosworth-Toller pode dar a impressão de que este /r/ é um remanescente de uma forma anterior da palavra *ēast*. Bosworth-Toller identifica *ēast* como um substantivo masculino forte e aparentemente considera este substantivo cognato com o substantivo masculino forte em Nórdico Antigo *austr*. Isso implica desenvolvimentos perfeitamente regulares de um **austaz* Germânico Primitivo para o Nórdico Antigo *austr* e o Inglês Antigo *ēast*; mas uma inspeção mais detalhada das evidências sugere que Bosworth-Toller foi desencaminhado pela semelhança entre as palavras do Inglês Antigo e do Nórdico Antigo. Na verdade, um exame cuidadoso das evidências do Inglês Antigo *ēast* não produz qualquer indicação de que se tratasse de um substantivo. Um teste rápido para isso é verificar as formas flexionadas da palavra: se fosse de fato um substantivo masculino forte, normalmente esperaríamos encontrar uma forma genitiva singular **ēastes* e um dativo singular **ēaste*. Dado que ‘the East’ [‘o Leste/Oriente’] é, por definição, singular, não deveríamos esperar encontrar formas plurais deste substantivo, mas se o encontrássemos, anteciparíamos ver o plural nominativo e acusativo **ēastas*, o plural genitivo **ēasta* e o plural dativo **ēastum*. Uma busca no *DOEC* nos permite verificar essas formas em um corpus contendo pelo menos uma versão de quase todos os textos compostos em Inglês Antigo que ainda existem. Os resultados dessa pesquisa (utilizando a funcionalidade de «pesquisa simples» para procurar cada um dos termos listados no quadro como uma «palavra inteira») são apresentados na Tabela 3.

	Singular		Plural	
	Forma esperada	Ocorrências	Forma esperada	Ocorrências
Nominativo	<i>ēast</i>	325	<i>ēastas</i>	0
Acusativo	<i>ēast</i>		<i>ēastas</i>	
Genitivo	<i>ēastes</i>	0	<i>ēasta</i>	2
Dativo	<i>ēaste</i>	2	<i>ēastum</i>	0

Tabela 3. Ocorrências de *ēast* no *DOEC*.

Esses resultados são surpreendentemente tendenciosos em relação à forma não flexionada do suposto substantivo *ēast* – tanto que poderíamos razoavelmente questionar se as duas instâncias de *ēaste* e *ēasta* realmente representam formas flexionadas de um substantivo *ēast*. Das duas instâncias de *ēaste*, uma (Sawyer 364) é uma instância do adjetivo composto *ēasteward* com os dois elementos escritos como se fossem duas palavras separadas (o que não é incomum em manuscritos Anglo-Saxões). A segunda (Sawyer 680) provavelmente pode ser melhor entendida como uma forma reduzida do advérbio relacionado *ēastan* (‘do leste/oriente’) com perda do /n/ final e redução do /a/ átono para *schwa* (com base na reconstrução de os limites em Crawford 1922: 75-80); *DOE*, por outro lado, parece considerar isso simplesmente como uma grafia alternativa de *ēast* (sob *ēast*). Os dois exemplos de *ēasta*, ambos da glosa dos Evangelhos de Lindisfarne, são claramente exemplos deste advérbio em uma forma reduzida com perda do /n/ final, já que ambos traduzem o Latim *ab oriente* (‘do leste/oriente’) (Stevenson e Waring 1854-65: 1,81 e 3,117).

O que dizer, então, do Nórdico Antigo *austr*, listado em Bosworth-Toller como parente do suposto substantivo *ēast*? Há evidências bastante mais fortes para a existência de um substantivo Nórdico Antigo *austr*, uma vez que uma forma genitiva singular *austrs* aparece na frase *til austrs* (‘ao leste/oriente’) e uma forma dativa singular na frase *i austri* (‘no leste/oriente’). Parece possível que a invenção do substantivo *ēast* em Bosworth-Toller tenha sido motivada pela existência do que foi considerado um cognato em Nórdico Antigo para a palavra do Inglês Antigo. A semelhança é

reforçada pelo fato de que a palavra em Nórdico Antigo *austr* é geralmente usada adverbialmente, assim como *ēast* no Inglês Antigo: as formas flexionadas parecem ser restos fossilizados de sua existência como substantivo. Na verdade, dado que os textos do Alto-Alemão Antigo fornecem evidências de um adjetivo raro *ōstar* ao lado de um advérbio mais comum *ōstar* (Schützeichel 2006: sob *ōstar*¹ e *ōstar*²), poderíamos argumentar que um adjetivo no ancestral comum dessas línguas, que poderia se comportar como um substantivo, desenvolveu-se amplamente em um advérbio no período em que a maioria dos textos em Nórdico Antigo foi produzida, com algumas frases convencionais retendo formas flexionadas que indicam seu desenvolvimento a partir de um adjetivo/substantivo.

É, no entanto, claro que o adjetivo/substantivo *austr* não poderia ser um cognato de um substantivo do Inglês Antigo *ēast*, uma vez que o /r/ de *austr* é de fato temático; isso significa que não é simplesmente a desinência nominativa singular, mas faz parte do radical da palavra, aparecendo também nas formas genitiva e dativa singular. É normal que a inflexão singular do nominativo Germânico que aparece no Nórdico Antigo como *-r* (como em *dagr* 'dia') apareça no Inglês Antigo como uma inflexão zero (como em *dæg* 'dia', que é um cognato de *dagr*); mas a evidência de que o /r/ de *austr* é temático mostra que este som não é simplesmente derivado da inflexão singular do nominativo Germânico. Devemos, portanto, esperar que este /r/ apareça de alguma forma no cognato do Inglês Antigo de *austr*, se houver. Um caso paralelo demonstra o ponto: o Nórdico Antigo *eitr* ('veneno'; genitivo singular *eitrs*) não corresponde a um substantivo do Inglês Antigo **āt* (genitivo singular **ātes*), mas ao Inglês Antigo *āttor* ('veneno'; genitivo singular *āttres*). Deveríamos, portanto, esperar do Inglês Antigo um **ēastor* como um cognato do Nórdico Antigo *austr*: e tal palavra poderia muito bem ser útil para elucidar a etimologia de Eostre (e *Austriahenae*), pois inclui o /r/ temático que está presente nesses nomes.

Eostre e os topônimos

A palavra conjectural do Inglês Antigo **ēastor* foi invocada (independentemente de qualquer discussão sobre Eostre) para explicar um pequeno número de nomes de lugares em Inglês. Neumann (1987: 109) também observa este elemento como um parente etimológico do nome *Austriahenae*. Smith (1956: 145) identificou **ēastor* como o primeiro elemento dos topônimos *Eastrea* (Cambridgeshire) e *Eastry* (Kent). Ekwall (1960: sob *ēast* e *Eastrington*) também considerou *Eastrington* (East Riding de Yorkshire) como contendo este elemento, e Mills (2003: sob *Eastrington*) concorda com Ekwall neste ponto. De acordo com Smith, **ēastor* "é provavelmente uma forma antiga, que se tornou obsoleta muito cedo no *IA*" (Smith 1956: 145). Smith provavelmente baseou esta visão na falta de atestados de **ēastor* como uma palavra independente, o que sugere que ela havia caído em desuso no início do período Anglo-Saxão, antes que quantidades significativas de material textual em Inglês Antigo comessem a ser produzidas. No entanto, é necessária uma cautela na identificação de nomes de lugares contendo o elemento **ēastor*, pois há também um adjetivo comparativo *ēastra* (que significa, de acordo com o *DOE*, sob *ēastra*, 'situado em/situado em direção ao leste/oriente'). Nenhuma forma positiva desse adjetivo é certamente atestada, e os sentidos em que é usado sugerem que nenhuma forma positiva necessariamente existiu. Esse adjetivo aparece frequentemente em referências a marcos em limites de fretamento (veja a listagem no *DOE*, sob *ēastra*), e também é atestado como um elemento de nome de lugar nos nomes de assentamentos como *Asterton* em Shropshire e *Easterton* em Wiltshire (Mills 2003: sob *Asterton* e *Easterton*). É difícil, portanto, distinguir ocorrências de *ēastra* em nomes de lugares de ocorrências de **ēastor*. As formas modernas de nomes de lugares podem ser um guia pobre, já que várias mudanças linguísticas podem obscurecer as origens do Inglês Antigo de tais formas, e a presença de /r/ em uma forma moderna de um nome de lugar como *Eastrea* ou *Eastrington* poderia ser atribuída a *ēastra* ou **ēastor*. A

consideração cuidadosa dos primeiros atestados disponíveis de topônimos é, portanto, necessária se quisermos distinguir com precisão entre os topônimos *ēastra* e **ēastor*. A Tabela 4 detalha os primeiros atestados de topônimos que foram identificados como topônimos **ēastor*.

Data	Documento	Eastry, Kent	Eastrea, Cambridgeshire	Eastrington, East Riding of Yorkshire
788 DC	Sawyer 128	Easrgena		
811 DC	Sawyer 1264	<i>Easterege</i> (x2) <i>Eostorege</i> (x2) <i>Eosterge</i> (x1) <i>Eosterege</i> (x1)		
805x832 DC	Sawyer 1500	<i>Eastorege</i>		
825x832 DC	Sawyer 1238	<i>Eastræge</i>		
959 DC	Sawyer 681			<i>Eeastringatun</i>
966 DC (mas provável a ser do final do século 9 ou uma falsificação do século 12: ver Roffe 1995: 102-8)	Sawyer 741		<i>Estrey</i>	
metade ao final do século 12 (ver Blake 1962: xlviii-xlix)	<i>Liber Eliensis</i> (Blake 1962: 132)		<i>Estereie</i>	

Tabela 4. Atestações antigas de topônimos de **ēastor*.

As primeiras formas de *Eastry* mostram claramente a presença da vogal /o/ na segunda sílaba de *eastor*, demonstrando que é improvável que esta seja uma instância de *ēastra*: onde *ēastra* é escrito com uma grafia vocálica entre <t> e <r>, é sempre <e> (DOE: sob *ēastra*). Há mais espaço para dúvidas com os demais topônimos, onde as formas mais antigas não demonstram a existência de /o/ como vogal original da segunda sílaba da palavra. No entanto, as primeiras formas do nome de *Eastry* em Kent fornecem evidências suficientes para sugerir que **ēastor* provavelmente existiu como uma palavra durante o período de formação deste nome de lugar, e podemos razoavelmente relacionar esta palavra ao nome *Eostre*. Seria, claro, possível defender que *Eostre* derivasse o seu nome da forma comparativa *ēastra*, mas a forma **ēastor* parece, no geral, ser mais provável, dado que, em *De Temporum Ratione*, o nome do mês claramente tem uma vogal posterior (escrita <u> na maioria dos manuscritos antigos) na segunda sílaba. Isso combina melhor com **ēastor* do que com *ēastra*.

Eostre e os nomes pessoais

O elemento **ēastor* não parece estar confinado a nomes de lugares. Esta palavra, ou o nome do festival relacionado, aparece como um prototema no nome *Easterwine*, usado por um abade do século VII do mosteiro de Beda em Wearmouth-Jarrow (PASE: sob *Eosterwine* 1). O mesmo nome aparece três vezes no Durham *Liber Vitae*, onde também aparece o nome *Aestorhild* (Gerchow 1988: 380). O último nome é muito provavelmente o ancestral do nome do Inglês Médio *Estrild* (Seltén 1979: 2.80-1). Há um pouco mais de evidências no continente: Reichert (1987-90: 2.472) lista uma série de nomes evidenciados neste contexto, como *Austrechild*, *Austrighysel*, *Austrovald* e *Ostrulf* (ver também em *Austrechild*, *Austrighysel*, *Austrovald*, *Ostrulf*). A sugestão de Sermon de que *Easterwine* deveria ser entendido como significando ‘amigo de Eostre’ é inaceitável por motivos linguísticos (o elemento do nome é **ēastor* e não a forma feminina usada para o nome da deusa) e não leva em conta as evidências fora do inglês antigo (2008: 334). O nome *Eostre* talvez não esteja relacionado às tradições de nomear pessoas e lugares. E já vimos tais tradições interligadas de nomes divinos com localidades e nomes pessoais antes – nas evidências dos cultos às matronas.

Eostre e as matronas

Parece, então, que podemos ligar as formas *Eostre* e *Austriahenae* por motivos etimológicos, e que existem semelhanças entre a natureza do nome *Eostre* e os padrões de nomenclatura de matronas como as *Austriahenae*. Isso, entretanto, não significa que *Eostre* se desenvolveu a partir dos *Austriahenae*, ou que houve algum tipo de ligação ancestral entre os adoradores dos *Austriahenae* e os adoradores de *Eostre*. O fato de Beda se referir a um festival pré-Cristão *modranect* ("noite das mães"), o que sugere um desenvolvimento dos cultos das matronas (Meaney 1985: 5-6; North 1997: 227), não precisa de indicar que *Eostre* é parte desse desenvolvimento: na verdade, a datação de *modranect* em dezembro, em oposição à associação de *Eostre* com abril, tende a demonstrar que *Eostre* não precisa ter nenhuma conexão direta com os cultos das matronas. No entanto, o fato do relato de Beda sobre o *modranect* poder ser, em certa medida, confirmado pelas inscrições votivas romano-Germânicas às matronas indica pelo menos que não devemos ser demasiado rápidos a rejeitar as outras provas que ele fornece para as divindades Anglo-Saxãs.

Foi sugerido que *Eostre* poderia de fato ser um grupo de divindades, em vez de um indivíduo. Helm (1950: 10) argumentou que o fato de a palavra "Easter" ser muito comumente usada no plural no Inglês Antigo e no Alto-Alemão Antigo pode indicar que ela se desenvolveu a partir de um grupo de deusas. Ele as conectou com as *idisi* ('senhoras') que têm sido frequentemente invocadas como deusas coletivas da área continental Germânica, talvez cognatas do *dísir* da tradição Escandinava, produzindo uma visão do nome 'Easter' desenvolvido a partir de um festival de '*Frühlingsidisi*' ('Spring[/Primavera]-*idisi*'; Helm 1950: 10). Além da falta de evidências de usos de "east" e seus parentes e derivados como palavras para "dawn" [amanhecer/aurora] ou "Spring" nas línguas Germânicas, há também problemas consideráveis com a ideia de que existiam deusas coletivas (ou semi-deusas) denominadas *idisi* nas sociedades continentais de língua Germânica. A palavra *idis/itis* tem um cognato do Inglês Antigo *ides*, que é raro e geralmente aplicado a mulheres humanas, embora a mãe de Grendel em Beowulf também seja descrita como um *ides* (Meaney 1979: 23-5). O Alto-Alemão Antigo *itis* e o Saxão Antigo *idis* também são muito raros, e a identificação desta palavra como um termo para deusas parece basear-se principalmente em dois pontos: primeiro, a palavra é usada para se referir a um grupo de mulheres no *First Merseburg Charm* que são frequentemente identificadas como mulheres sobrenaturais (Murdoch 2004a: 62, por exemplo, as identifica como valquírias e parece glosar o termo *idisi* como significando 'valkyries'; Eis 1964a: 64-5 tenta conectar essas figuras com o culto das matronas com base na evidência do glossário, mas o uso de *itis* como uma glosa para matrona poderia ser facilmente explicado com base no fato de que *itis* significa nada mais do que 'senhora'; Meaney 1979: 23 é mais cauteloso ao argumentar simplesmente que estas não são mulheres normais); e em segundo lugar, a palavra foi considerada relacionada ao termo em Nórdico Antigo *dísir*, que é sem dúvida usado para se referir a deusas femininas coletivas em alguns textos em Nórdico Antigo (Damico 1984: 68-72; Simek 2002: 115-17). Existem problemas com ambos os pontos. As mulheres do *Primeiro Encantamento de Merseburgo* [*First Merseburg Charm*] são retratadas prendendo e desatando laços e, de alguma forma, obstruindo um exército, mas isso não implica necessariamente que o façam por meios sobrenaturais, muito menos que elas próprias sejam sobrenaturais (Eis 1949: 38). É verdade que o *Segundo Encantamento de Merseburgo* [*Second Merseburg Charm*] menciona os nomes de uma série de divindades (Eis 1949: 38) e, como o *Primeiro Encantamento de Merseburgo*, é uma historiola (isso é, um encanto no qual é empregada uma narrativa que de alguma forma representa ou simboliza a conquista do resultado desejado do encanto); mas isso dificilmente significa que ambos

os encantos envolvam divindades. A relação entre os termos *idisi* e *dísir* é, no mínimo, ainda mais problemática. Não existe um conjunto regular de mudanças sonoras que possa explicar o desenvolvimento destas formas a partir de uma única palavra Proto-Germânica e, como De Vries (1977: under *dís*) corretamente aponta, há evidências de nomes pessoais que demonstram a existência de uma raiz Proto-Germânica para *dís* independente de *ides*. Parece improvável que *ides* e *dís* sejam cognatos e, portanto, deveríamos ser cautelosos ao tentar equiparar matronas a *dísir* ou estabelecer a existência de cultos extra-escandinavos ao *dísir* com base no termo *ides*.

As tentativas de identificar deusas Germânicas comuns podem, em grande medida, ser equivocadas. Parece razoável aceitar a evidência de Beda para o *modranect* como uma indicação de que algum tipo de culto semelhante ao das matronas continuou a existir em pelo menos alguma parte da antiga Inglaterra Anglo-Saxã. Isso, no entanto, está muito longe de sugerir que um conjunto único e específico de divindades femininas coletivas era adorado nas sociedades de língua Germânica na Inglaterra, em partes do continente e na Escandinávia, com um termo comum *ides/idis/dís* para denotar essas divindades. As evidências dos cultos às matronas discutidas no capítulo anterior na verdade falam contra esta abordagem pan-Germanizante das evidências. Se há um traço absolutamente característico dos cultos das matronas é que eles são fundamentalmente locais. Embora possamos identificar as matronas como um tipo amplo de divindade, não devemos perder de vista o fato de que os seus epítetos, e as formas como os devotos se referiam a elas em diferentes contextos geográficos e sociais, procuram localizá-las em relação a tribos e subtribais, grupos sociais e suas localidades.

A qualidade local dos cultos das matronas parece claramente relevante para a forma como interpretamos as *Austriahenae*. A etimologia do seu nome, como vimos, apoia uma interpretação delas como “matronas orientais” [*eastern matrons*]. Dada a importância dos grupos sociais de pequena escala nos epítetos das matronas, isso pode significar algo como “matronas pertencentes a um grupo oriental de pessoas”. Não podemos esperar determinar exatamente como tal grupo poderia ter sido definido como oriental e quem poderia ter estado envolvido nesta identificação. Algumas linhas gerais podem, no entanto, ser determinadas. As *Austriahenae* são evidenciadas por um grande número de inscrições, encontradas numa única localidade. A quantidade de inscrições pode ser comparada com os números encontrados nos locais de culto de Nehalennia, onde muito provavelmente existiam edifícios de templos (Hondius-Crone 1955: 11-19; Stuart e Bogaers 2001: 43; Stuart 2003), e com os altares aos Vacallinehae encontrados em associação com um complexo de templos em Pesch no Eifel (Garman 2008: 53-4; ver mapa na pág. 42 para localização). Matronas atestadas com ainda menos frequência foram algumas vezes encontradas em associação com santuários (Derks 1991: 245; Garman 2008: 54-6). Assim, embora nenhum templo ou santuário tenha sido descoberto na área, a opinião de Kolbe (1960: 51) de que provavelmente havia um centro de culto dos *Austriahenae* nas proximidades do local encontrado perto de Morken-Harff é persuasiva. Isto sugere que o local encontrado está dentro da área normalmente habitada pelos adoradores dos *Austriahenae*, e poderíamos, portanto, como discutido no capítulo anterior, esperar que o nome *Austriahenae* se refira a um grupo de escala relativamente pequena e à sua localidade. Isso é confirmado pelo fato de uma inscrição votiva do achado de Morken-Harff também se referir a *Austriates*, evidentemente um nome de grupo (Kolbe 1960: 58; Roymans 1990: 50). Este nome de grupo pode muito bem estar relacionado de alguma forma com a geografia social local e, portanto, não deveríamos ver o nome *Austriahenae* como relacionado com a ideia de migração do leste do Reno, mas sim como relacionado com o posicionamento local em relação a outros grupos ou áreas na região.

Eostre como uma deusa local

Este retrato do culto das *Austriahenae*, por mais incompleto que seja, pode também fornecer-nos algumas pistas sobre a natureza do culto de Eostre. O fato de que os primeiros topônimos Anglo-Saxões testemunharem claramente a utilização do termo **ēastor* em referência a áreas locais (como no caso de Eastry), e talvez também a grupos locais (como no caso de Eastrington) parece apoiar uma interpretação de Eostre como uma deusa associada a tal grupo e/ou área. Não é implausível sugerir que os nomes de Eostre e de *Austriahenae* sejam etimologicamente semelhantes, não porque estejam diretamente relacionados entre si, mas porque refletem padrões amplos semelhantes de práticas de nomenclatura nas primeiras línguas Germânicas. Ou seja, são divindades de importância local, cujos nomes se desenvolveram paralelamente para se referir a uma área ou a um grupo que de alguma forma foi identificado como oriental [eastern].

Essa é, em muitos aspectos, uma forma óbvia de compreender Eostre: e de fato elimina a necessidade de apresentar argumentos especiais para uma relação entre palavras relacionadas com “east” e a ideia de amanhecer [down] ou mesmo de Primavera [Spring]. Há, de fato, poucas razões para supor que as línguas Germânicas geralmente tratassem o “east” e os seus parentes e derivados como relacionados com o amanhecer. O Latim usa a palavra *oriens* para significar tanto “leste” quanto “amanhecer” [dawning] e, como observado acima, termos como o Latim *aurora* (“dawn”) estão, em última análise, etimologicamente relacionados à palavra “east” nas línguas Germânicas. Esta é, no entanto, uma ligação muito antiga, que sugere o reconhecimento de uma ligação semântica entre as palavras para “east” e “dawn” num estrato do desenvolvimento das línguas indo-europeias que antecede o Proto-Germânico. Não somos, portanto, obrigados a acreditar que tal ligação existisse nas línguas Germânicas.

Localizando Eostre

As primeiras formas do nome de Eastry em Kent listadas acima (p. 60) também são importantes pelas evidências que fornecem sobre as primeiras grafias de Kent do ditongo inicial da palavra **ēastor*. Existem várias grafias com <eo>, juntamente com as grafias mais comuns <ea>. Como observa Shaw (2008: 102-3), a grafia preferida de Beda para este ditongo em sua *Historia Ecclesiastica* é <ea>, mas ele usa <eo> ocasionalmente no nome de Eadbaldo de Kent (616-40), provavelmente refletindo o ortografia de sua fonte ou fontes. Isso seria consistente com a evidência da grafia de Kent <eo> nos primeiros atestados de Eastry. Há, no entanto, também evidências do uso da grafia <eo> em algumas partes do sul da Nortúmbria no século VIII (Shaw 2008: 101-4). Isso sugere que a grafia <eo> de *Eostre* por Beda provavelmente reflete o uso de uma fonte escrita de fora de sua própria localidade - mas não nos permite determinar as origens desta fonte com qualquer precisão. É possível que fontes escritas de muitas partes da Inglaterra tenham usado a grafia <eo>, e não apenas fontes de Kent: para a maioria das áreas, simplesmente não temos os dados para determinar isso.

No entanto, existem alguns outros indícios possíveis de que Eostre possa estar associada a Kent, e talvez até mesmo a Eastry especificamente. É provável que Beda estivesse usando uma fonte escrita para seus nomes de meses Anglo-Saxões, e não deveríamos ficar particularmente surpresos ao encontrar Beda obtendo tais fontes de Kent:

sabemos que Beda receberia material para a *Historia Ecclesiastica* de Kent (Brooks 1989: 59), e portanto pode já ter tido contatos em Kent quando compunha *De Temporum Ratione*. Além disso, como mostrou Herren (1998), o início do século VIII viu um interesse considerável na mitologia Greco-Romana e nas suas correspondências com a mitologia pagã nativa nos centros Anglo-Saxões do sul, incluindo Canterbury. Tais interesses certamente estariam em consonância com a produção de uma listagem dos nomes dos meses Anglo-Saxões em relação aos seus equivalentes Romanos, como no capítulo 15 do *De Temporum Ratione*. Estas considerações sugerem que Kent é uma área plausível para procurar a fonte de informação de Beda sobre os nomes dos meses Anglo-Saxões, embora certamente não excluam outras áreas no sul da Inglaterra.

Por outro lado, uma evidência pode ser vista como contrária a uma fonte de Kent, nomeadamente o nome do mês *rugern* (que parece estar relacionado com o nome da colheita de cereais centeio) mencionado na fórmula de datação das leis de Wihtræd de Kent (690-725 DC): este parece ser um nome de mês de Kent que não faz parte da sequência de Beda (Weinhold 1869: 3; Liebermann 1903-16: 1.12). Por outro lado, Ashley (1928: 131) argumenta que é improvável que Kent tenha sido uma importante área de cultivo de centeio e, portanto, sugere que *rugern* reflete o uso da área em que as leis foram promulgadas, tomando *Berghamstye* nas leis de Wihtræd para se referir a Berkhamsted (presumivelmente Little Berkhamsted em Hertfordshire, em vez de Great Berkhamsted, já que o primeiro está muito mais próximo da fronteira com Essex, um condado que ele considera uma área plausível para o cultivo generalizado de centeio). Houve, no entanto, outras identificações para *Berghamstye*, motivadas pelas dificuldades de localização de um conselho de Kent em Hertfordshire: com Barham em Kent, perto de Canterbury, e com Bearsted em Kent, perto de Maidstone (Liebermann 1903-16: 3.25). A primeira identificação é impossível, uma vez que o primeiro atestado do nome está na forma Bioraham em uma carta de 799 (Ekwall 1960: sob Barham; Sawyer 155). Nessa data inicial, não esperaríamos grafias sem o <g> que aparece na forma *Berghamstye*. Por outro lado, Bersted em Sussex foi apresentado como evidência de que *Berghamstye* poderia se tornar Bearsted, uma vez que neste caso há evidências convincentes para a redução do segundo elemento *hām* em um **Beorhāmstede* original (Liebermann 1903-16: 3.25; Ekwall 1960 : sob Bersted; Mills 2003: sob *Bersted*). A identificação com *Bearsted* perto de Maidstone é aceita tanto por Mills (2003: sob *Bearsted*) quanto por Ekwall (1960: sob *Bearsted*), presumivelmente com base no desenvolvimento visto no nome de Bersted em Sussex. Se estivermos convencidos de que Wihtræd não pode ter realizado um conselho em Bersted, em Sussex, Bearsted, em Kent, certamente parece ser um local plausível para isso. Esse local, a leste de Maidstone, fica bem a oeste de Canterbury e fora dos primeiros distritos de Kent (sobre os quais, veja abaixo). Portanto, parece bem possível que *rugern* represente um uso ocidental de Kent, enquanto Eostre, se Beda recebesse sua lista mensal de Canterbury, seria uma forma oriental de Kent. A localização do conselho de Wihtræd provavelmente permanecerá um assunto para debate, e os padrões de cultivo de centeio no início do período Anglo-Saxão não são suficientemente atestados nem suficientemente homogêneos regionalmente para permitir que conclusões firmes sejam tiradas de uma conexão com o cultivo de centeio (Green 1994: 84-6; Rackham 1994a). Dadas as diversas incertezas, não seria sensato descartar a possibilidade de que o nome do mês *rugern* reflete uma variação regional de uso dentro do próprio Kent, e não deveríamos, portanto, ver este nome como uma forte evidência contra uma fonte de Kent para os nomes dos meses de Beda.

O próprio nome *Eastry* é claramente um dos primeiros nomes de lugar. Independentemente do fato de que o termo **ēastor* parece ter sido perdido desde o início

do Inglês Antigo, o segundo elemento **gē* ‘distrito’ é, de acordo com Gelling, ‘uma palavra que se acredita ter se tornado obsoleta em uma data antiga no Inglês Antigo’ (1988: 123). O nome parece ter sido originalmente aplicado a uma das quatro regiões que formam o núcleo original do reino de Kent (Brooks 1989: 73), e *Eastry* – como os outros nomes **gē* do leste de Kent, *Sturry* e *Lyminge* – é o local de descobertas significativas de cemitérios Anglo-Saxões (Hawkes 1979: 81; Behr 2000). Também parece ter sido um centro de propriedade real e a localização de uma antiga igreja Anglo-Saxã (Riddler 2004: 26; Carder 2004). Na verdade, Hawkes sugere que *Eastry*, *Sturry* e *Lyminge* podem muito bem ter “operado como capitais de distrito real desde muito cedo, pelo menos desde o reinado de Ethelbert e provavelmente desde o início da realeza estabelecida em Kent” (Hawkes 1979: 81).

Embora não haja nenhuma evidência direta para uma concepção dos habitantes da região de *Eastry* como um grupo social distinto, *Sturry* e *Lyminge* podem ser plausivelmente relacionados com os termos *Burhwaraweald* e *Limenwaraweald*, que implicam grupos conhecidos como **Burhwara* (‘habitantes da área do burh [=Canterbury]’) e **Limenwara* (‘habitantes da área do rio Lympe’) (Brooks 1989: 73). Parece bastante provável que os habitantes da região de *Eastry* pudessem ser denominados **Ēastorwara* (‘habitantes da área oriental’). Tal agrupamento social local, abaixo do nível do reino ou da tribo, oferece um análogo plausível para os agrupamentos dentro dos quais os cultos das matronas evidentemente funcionavam. Nada disto prova qualquer ligação específica entre *Eastre* e *Eastry*, claro, mas isto justifica a existência na Inglaterra pré-Cristã de agrupamentos sociais de escala relativamente pequena que muito possivelmente tinham as suas próprias deusas locais, específicas do grupo – e *Eastre* poderia muito bem ser uma dessas deusas.

Agrupamentos subtribais

As regiões de *Eastry*, *Sturry* e *Lyminge* estão longe de ser únicas: tais agrupamentos locais subtribais podem ser discernidos em vários nomes de lugares Anglo-Saxões em outros lugares. Em Essex, um grupo de nomes **gē* aparece em várias freguesias contíguas (Margaretting, Ingatestone, Fryerning e Mountnessing, juntamente com um outlier, Ingrave) cobrindo uma área de aproximadamente 40 quilômetros quadrados². Blair (1989: 102) argumentou de forma plausível que o nome moderno do condado Surrey, cujo segundo elemento também era **gē*, pode ter se referido a uma área bastante menor, talvez mais comparável com as áreas associadas aos nomes **gē* de Kent. Os outros dois topônimos **gē* que conheço, *Ely* (Cambridgeshire) e *Vange* (Essex), estão ambos, como seus nomes sugerem, em Fenland e podem, portanto, ter formado distritos independentes bem menores do que o normal, definidos pelas marismas em volta.

O elemento topônimo **gē* não é a única indicação de tais territórios locais. Outro grupo de paróquias contíguas e inter-relacionadas, como as paróquias **gē* em Essex discutidas anteriormente, são as *Rodings*, também em Essex, cobrindo uma área de aproximadamente 50 quilômetros quadrados.³ O nome *Roding* parece derivar de um nome do Inglês Antigo **Hroþingas* (‘seguidores/família de Hroþa’), e a área definida pelo limite exterior destas freguesias foi interpretada como o tipo de região onde “seria de esperar que existisse uma comunidade bem organizada e auto-suficiente, vivendo sob uma economia de subsistência e troca. Ocuparam” (Bassett 1989a: 21). Podemos adicionar isso ao fato de que tais comunidades podem muito bem ter continuado a representar identidades

distintas dentro de reinos maiores, como sugere a sobrevivência de Eastrý como um torno Domesday (Lawson 2004; mas ver também a cautela em Campbell 1979: 48). Parece razoável supor que em tempos pré-Cristãos tais comunidades tinham as suas próprias divindades específicas.

Além disso, o termo Anglo-Saxão *gē não parece ter sido único. Documentos no continente também registram este termo na forma cognata *gau*, e em vários casos nomes de lugares contendo o elemento *gau* referem-se a pagi: por exemplo, o mosteiro de St Gall registra (Wartmann 1981) concessões de terras em 775 DC 'in pago Durgauvia' (nº 76), em 807 DC 'in pago Durgaugense' (nº 193), em 812 DC 'in pago, quod dicitur Nibulgauia' (nº 210), e em 815 DC 'in pago Brisicauginse' (nº 214). Isso indica não apenas o sistema comparativamente rico de regiões de *gau* na área mais ampla (em comparação com as evidências bastante irregulares para a Inglaterra), mas também sugere que *gau* pode ter funcionado mais ou menos como um equivalente ao termo romano *pagus*, um termo que muitas vezes parece designar um agrupamento sócio-político e religioso local, subtribal, nos relatos Romanos dos Celtas e Germânicos (Roymans 1990: 19-21).

Nome do mês e festival

Esta análise de Eostre tem implicações para a nossa compreensão do nome da festa cristã da Páscoa. Se Eostre pode ser entendida no âmbito de deusas definidas localmente associadas a agrupamentos sócio-políticos subtribais, então isto levanta questões sobre a relação do mês ligado ao seu nome com a festa da Páscoa. Embora alguns estudiosos tenham tentado reavaliações elaboradas do relacionamento, que desconsideram a deusa e estabelecem ligações com as vestes batismais brancas e o amanhecer (Knobloch 1959), ou com um suposto termo para batismo (Udolph 1999), eu sugeriria um retorno à visão de que a festa cristã simplesmente recebeu o nome do mês em que ocorria mais comumente. Os cristãos Anglo-Saxões parecem ter estado dispostos a fazer uso de nomes ostensivamente pagãos para os dias da semana – e argumentei noutro lugar que isso pode muito bem ter sido um produto de ambientes cristãos eruditos, em vez de uma ressaca tenaz do passado pré-Cristão (Shaw 2007: 395-400). Não precisamos ficar indevidamente surpresos ao descobrir que o nome do mês passou a ser associado - e, em última análise, aplicado - ao festival que era, para um cristão medieval, um dos destaques religiosos e sociais não apenas do mês em si, mas do ano inteiro.

Dentro dessa perspectiva, poder-se-ia suspeitar que Beda de fato deu a Eostre a sua grande oportunidade, que o seu tratamento do mês dela no *De Temporum Ratione* – um dos livros eclesiásticos essenciais do início da Idade Média, e cuja divulgação inicial parece ter envolvido cópias muito substanciais no continente, talvez em parte feitas por missionários insulares (Jones 1943: 142; Wallis 1999: lxxxvi-lxxxvii) – foram fundamentais para a difusão do nome do festival e do mês no continente. É improvável, entretanto, que sua discussão sobre o nome do mês em *De Temporum Ratione* tenha sido fundamental para a difusão do termo na Inglaterra. Ele indica que o nome do mês já havia sido reanalisado como relacionado ao nome da festa cristã, afirmando que “é agora traduzido como ‘mês pascal’” (Wallis 1999: 54). Isso sugere fortemente que o nome do festival já se espalhou, juntamente com o nome do mês, por toda a Inglaterra. Parece possível que a difusão do nome do festival e do mês tenha sido mais ou menos parecida com a difusão da cristianização na Inglaterra, e que os processos de cristianização suavizaram parte da variedade local nos nomes dos meses ingleses que sobrevivem no *Hlydmonað* da Saxônia

Ocidental, onde Beda dá o nome *hredmonath* (na variação local nos nomes dos meses do Inglês Antigo, ver “*Transmissão de Hredmonað*”), e no nome *rugern* (sobre o qual ver pp. 65-6). No continente, temos um vislumbre do tipo de variedade que poderia ter existido outrora na Inglaterra pré-Cristã nos diversos conjuntos de nomes de meses registrados nos calendários medievais tardios (Weinhold 1869). Se Eostre fosse uma divindade de Kent, como sugerido acima, isso certamente não seria inconsistente com tal difusão do nome do mês através da cristianização.

Conclusão

A resposta à questão colocada no título deste capítulo revela-se “nenhum dos dois”: Eostre provavelmente não é “uma fantasia etimológica”, nem ainda uma deusa pan-Germânica. A imagem que desenvolvemos parece bastante diferente. Encontramos evidências de práticas de nomenclatura paralelas em uma antiga deusa Anglo-Saxônica e em um grupo de matronas. Isso não nos surpreende, dadas as semelhanças consideráveis entre as práticas de nomeação dos vários dialetos Germânicos primitivos: os padrões básicos de formação de nomes nas línguas Germânicas parecem ter origens bastante antigas. Contudo, mais do que um paralelo de prática de nomeação, o elemento de nome específico envolvido sugere um paralelo geral em termos da estrutura básica destes dois cultos. A associação com um termo topográfico sugere que o padrão de numerosos cultos estreitamente localizados, visíveis nas inscrições votivas Romano-Germânicas, pode ser semelhante aos padrões da Inglaterra Anglo-Saxã primitiva - embora tenhamos muito menos evidências disso. Não podemos levar isto muito longe, pois, em última análise, a nossa imagem da vida religiosa pré-Cristã Anglo-Saxã deve basear-se na evidência dos contextos Anglo-Saxões. No entanto, dificilmente podemos esperar que isto seja algo mais que parcial, e as evidências discutidas aqui sugerem que as evidências das inscrições votivas Romano-Germânicas podem pelo menos fornecer alguns modelos amplos e úteis, embora devamos ser cautelosos ao procurar evidências detalhadas neste material.

A outra conclusão importante a tirar desta exploração de Eostre é que temos razões para pensar que uma característica chave na sua construção individual é geográfica e talvez socialmente definida. O trabalho anterior sobre ela, em comum com muitos trabalhos sobre divindades pré-Cristãs, tendeu a focar na ideia de que ela deveria ter uma função ou área de especialização: ou o Amanhecer ou a Primavera. Esta noção de função lança uma longa sombra sobre os estudos de divindades pré-Cristãs, com inúmeras tentativas de identificar ou caracterizar as áreas especiais de atividade de divindades específicas ou agrupamentos de divindades (ver, por exemplo, a caracterização de Odin em Davidson 1972 e o tratamento dos papéis *Vanir* e *Æsir* em DuBois 1999: 54-8) e até mesmo padrões gerais de função nos quais as divindades podem ser agrupadas. O exemplo mais óbvio desta última abordagem é o modelo de função tripartida de Dumézil, que pode ser amplamente visto como uma categorização das divindades de acordo com as funções de governo, guerra e fertilidade (mas, para sermos justos com Dumézil, devemos notar que ele próprio reconhece que as divindades podem ter funções sobrepostas; ver Dumézil 1973: 36-7). Derks (1998: 77-81) apontou as consideráveis dificuldades envolvidas na aplicação de tais modelos às inscrições votivas romanas tardias da área do Reno, e essa análise de Eostre deveria nos alertar contra aplicações indiscriminadas da ideia de função às divindades Anglo-Saxãs. Eostre – e talvez, portanto, também outras divindades Anglo-Saxãs – parece ter sido definida principalmente pela sua relação com um agrupamento social e geográfico. Se eles acreditavam que ela tinha uma função ou funções

especializadas, não temos provas dessa crença – e as ligações etimológicas do seu nome sugerem que os seus adoradores viam a sua relação geográfica e social com eles como mais central do que quaisquer funções que ela possa ter tido.

5.

Hreda

A discussão sobre Eostre no capítulo anterior pode muito bem fornecer algumas indicações de possíveis maneiras de compreender a outra deusa do *De Temporum Ratione* de Beda, Hreda. A importância da localidade e dos agrupamentos sociais a nível local são potencialmente importantes aqui, assim como o reconhecimento de que as divindades Anglo-Saxãs pré-Cristãs não precisam de ter sido definidas principalmente em termos da concepção moderna de função. Devemos ter cuidado ao partir do pressuposto de que o nome de *Hreda* indicará uma esfera particular de atividade ou influência da sua parte; e isso pode nos permitir explorar novas direções frutíferas. Para começar, porém, temos de lidar com algumas questões linguísticas fundamentais que cercam o nome *Hreda*.

Infelizmente, enfrentamos um conjunto muito mais complexo de problemas na identificação de possíveis parentes etimológicos do nome *Hreda*. Não só existem mais palavras do Inglês Antigo com um padrão semelhante; há também mais identificações possíveis dos fonemas do Inglês Antigo representados pela forma *Hreda*. O <hr> inicial não é problemático, mas o <d> apresenta dificuldades. Poderia, é claro, representar o fonema do Inglês Antigo /d/, mas também poderia representar /ð/. Os primeiros manuscritos da *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* de Beda (“História Eclesiástica do Povo Inglês” [Ecclesiastical History of the English People]) sugerem que Beda usou <d> para representar o Inglês Antigo /d/ e /ð/ (Blair e Mynors 1959: 20). Ao buscar palavras que possam estar etimologicamente relacionadas ao nome *Hreda*, portanto, temos que considerar palavras com /hr/ inicial seguida por uma vogal (provavelmente uma vogal anterior) seguida por /ð/ ou /d/. Algumas pesquisas no DOEC revelam uma série de possibilidades: *hræd/hræð/hreð* ‘rápido’ [quick], *hrēod* ‘junco’ [reed], *hrēða* ‘pele de bode’ [goatskin’], *hrēðan* ‘se alegrar’ [to rejoice] e *hrēð* ‘vitória, glória’ [victory, glory].

É improvável que a desinência -a de *Hreda* seja útil para elucidar a etimologia do nome *Hreda*. Ao lidar com os nomes monotemáticos do Inglês Antigo de mulheres humanas, Beda geralmente os incorpora em sua *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum* como substantivos Latinos de primeira declinação: daí *Acha* (livro 3, capítulo 6), *Aebbæ* (livro 4, capítulos 19 e 25), *Bebba* /*Bebbae* (livro 3, capítulos 6 e 16), *Bercta* /*Berctae* (livro 1, capítulo 25; livro 2, capítulo 5), *Eabae* (livro 4, capítulo 13), *Fara* (livro 3, capítulo 8), *Tatae* (livro 2, capítulo 9) (Plummer 1896: 1,45, 90, 97, 138-39, 142, 159, 230, 243, 264)⁴. Portanto, o -a em *Hreda* pode ser uma desinência flexional Latina ao invés de uma desinência flexional do Inglês Antigo.

hrēod ‘junco’

Uma conexão etimológica entre *Hreda* e *IA hrēod* não parece nada provável. Beda parece ter representado ditongos do Inglês Antigo por dígrafos, geralmente os mesmos dígrafos empregados em textos posteriores do Inglês Antigo (Ström 1939: 98-101; Anderson 1941: 103-5; van Els 1972: 198-9; Shaw 2008). O ditongo /e:o/ aparece mais comumente nos primeiros manuscritos dos escritos de Beda como <eo>, por exemplo nos nomes Ceolfrid, Ceolred e Ceolwulf (van Els 1972: 79 e 199). De particular relevância aqui é o nome do mês *weodmonað*, que aparece nos manuscritos de *De Temporum Ratione* compilados por

Jones apenas em formas com dígrafos (e ocasionalmente trígrafos) representando o som da vogal em *weod*:- <eo> aparece 13 vezes, enquanto <eu> aparece 12 vezes, com uma de cada uma das grafias <ea>, <aeo> e <aea> (Jones 1943: 211-13; Jones 1977: 330-1). O ditongo de *hrēod* se desenvolveu a partir de um ditongo no ancestral comum do Inglês Antigo, do Saxão Antigo e do Alto-Alemão Antigo, como pode ser visto pelos cognatos de *hrēod* nestas duas línguas: *hriod* e *hriot* (Holthausen 1954: under *hriod*; Kluge e Seebold 2002: sob *Ried1*). Também possuímos uma atestação muito antiga de *hrēod* no *Erfurt Glossary* [Glossário de Erfurt] na grafia <hreed> (Pheifer 1974: 16). Essa grafia confirma que deveríamos esperar um ditongo nesta palavra no velho Inglês Antigo, embora, é claro, o *Erfurt Glossary* não reflita o dialeto de Beda: No entanto, podemos estar bastante confiantes, dados os exemplos dos primeiros manuscritos de Beda citados acima, de que a grafia *hred*- seria anômala no dialeto de Beda, e poderíamos esperar, em vez disso, uma grafia <hreed> ou <hreud>. Isto é, de fato, muito próximo da grafia atestada da palavra *hreed* como elemento de nome de lugar nos primeiros manuscritos da *Historia Ecclesiastica* de Beda, onde, como observa van Els (1972: 151), o nome *hreutford* ocorre (van Els identifica isso como Redbridge em Hampshire). Na verdade, esta palavra é representada de forma notavelmente consistente com um dígrafo ao longo do período do Inglês Antigo, com pouco mais de uma centena de atestados, dos quais cerca de cem estão na forma *hreed*- (DOEC). Um exemplo da forma *hred*- aparece em uma carta, mas as formas *hreed*- são claramente a norma em tais documentos⁵. Mesmo que a representação do nome *Hreda* por Beda seja condicionada por uma fonte escrita de outro lugar da Inglaterra, portanto, esperaríamos formas com dígrafos. Além disso, o nome *Hreda* aparece em todos os manuscritos de *De Temporum Ratione* agrupados por Jones com <e> como o único grafo vocálico na primeira sílaba (Jones 1943: 211-12): embora as consoantes flutuem ligeiramente entre esses manuscritos, nunca tenha <eo> ou qualquer outro dígrafo em vez de <e>. Se o nome dela estivesse etimologicamente conectado com *hrēod*, poderíamos razoavelmente esperar ver alguma evidência de que o som da vogal na primeira sílaba de seu nome era um ditongo. Podemos, portanto, descartar uma ligação com *hrēod* como improvável.

hrēða ‘pele de bode’

A palavra *hrēða* é atestada apenas três vezes no DOEC, todas as três ocorrências ocorrendo nos glossários do Inglês-Latino antigo na Biblioteca Britânica, Cotton Cleopatra A.iii, geralmente conhecido como *Cleopatra Glossaries* [Glossários de Cleópatra] (DOEC D8.1, 4005 e D8.3, 0562 e 0973). Nesses glossários, é explicado o Latim *melote*, que originalmente se referia a uma pele de carneiro usada como vestimenta (Lewis & Short: sob *melota*). Esta palavra parece ter entrado na tradição da glosa como parte de um grupo de *glossae collectae* coletadas de *De Virginitate*, de Aldhelm (Kittlick 1998: 33-49). Bosworth-Toller glosa/explica *hrēða* como “uma vestimenta feita de pele de bode” (sob *hréða*), mas o Supplement acrescenta o sentido mais amplo de “um manto” (sob *hrēða*). Clark Hall segue esse exemplo, dando o brilho de “cobertura de pele de bode, manto” (sob *hrēða*). Se *hrēða* alguma vez sugeriu uma cobertura ou vestimenta de pele de bode é, entretanto, incerto. O latim *melote* é glosado não apenas por *hrēða*, mas também por *scrūd*, uma palavra muito mais comum que significa claramente ‘clothing, covery’ [roupa, cobertura] (Napier 1900: 97). Os estudiosos Anglo-Saxões sem dúvida conheciam a descrição do *melote* feita por Isidoro em seu *Etymologiae*, que descreve um manto feito de pele de bode: ‘Melotes, quae etiam pera vocatur, pellis est caprina [a] collo pendens praecincta usque ad lumbos’ (‘Melotes, que também são chamados de chamada de *pera*, são a pele de um bode pendurada no pescoço

e amarrada até a cintura; Lindsay 1911: livro 19, capítulo 24, seção 19; tradução de Shaw). Essa é, sem dúvida, a fonte de uma glosa do Inglês Antigo que traduz *melotes* ou *pera* como uma vestimenta de pele de bode ou (surpreendentemente, mas interessante) pele de texugo (DOEC D1.4, 0801). O fato dos Anglo-Saxões saberem que melote se referia a um manto de pele de bode não prova, no entanto, que eles usassem *hrēða* como um glossário para esta palavra porque o próprio *hrēða* significava “vestimenta de pele de bode”. O fato de *scrūd* também ser empregado como uma glosa para melote demonstra a falsidade de tal linha de raciocínio. As glosas de palavras Latinas do Inglês Antigo não precisam ser equivalentes exatos das palavras que glosam, mas antes fornecem um significado possível para a palavra Latina, que pode ser mais ou menos exato. Este significado pode muito bem ser condicionado pelo contexto em que um glossador encontrou uma palavra num texto Latino, de modo que uma palavra latina com uma gama de significados pode ser glosada de acordo com qualquer um desses significados que seja mais apropriado no texto que o glossador foi glosando. Provavelmente estamos mais seguros em supor que *hrēða* se refere a algum tipo de cobertura, sem presumir que tenha qualquer significado mais específico.

Bosworth-Toller conecta *hrēða* aos termos *bordhrēða* e *scildhrēða*, que são ambos termos encontrados principalmente na poesia (sob *hrēða*; ver também Gradon 1977: 31). O primeiro é glosado em sua própria entrada em Bosworth-Toller como ‘a cobertura ou proteção do escudo’ [the cover or protection of the shield] e ‘um escudo, broquel’ [a shield, buckler], enquanto *scildhrēða* é glosado como ‘proteção do escudo’ [shield-covering], ‘um escudo, broquel’ [a shield, buckler] e ‘o arranjo de escudos como no *scild-burh*’ [the arrangement of shields as in the *scild-burh*] (sob *bordhrēða* e *scildhrēða*). Essas glosas são parcialmente baseadas em uma análise do segundo elemento desses compostos, *hrēða*, derivado de um verbo **hrēðan*. Damico (1984: 76) sugere uma forma **hreodan*, mas isso não explicaria satisfatoriamente o <ð> em *hrēða*. O verbo **hrēðan* é atestado apenas por seu participio passado (ele próprio frequentemente usado como parte de compostos) *hroden*, que Bosworth-Toller glosa como ‘carregado, carregado de ornamentos, ornamentado, adornado’ (sob *hroden*). Na entrada para *bordhrēða*, o verbo **hrēðan* é glosado como ‘cobrir, proteger’ (sob *bordhrēða*). Há dois argumentos implícitos aqui: primeiro, que **hrēðan* tem um sentido geral ‘cobrir’, mas é geralmente usado com o sentido mais restrito ‘adornar [cobrindo]’, e que *-hrēða* se desenvolve a partir do sentido mais geral; em segundo lugar, que *hrēða* é na verdade um uso de *-hrēða* como um simplex, embora seja sempre atestado fora dos glossários como um elemento nos compostos *bordhrēða* e *scildhrēða*. O segundo desses argumentos pode ter sido motivado pelas formas *sceldreda* e *sceldhreða*, que aparecem respectivamente nos glossários de *Épinal* e *Erfurt*, em ambos os casos glosando a palavra Latina *testudo*, “tartaruga” (Pheifer 1974: 52). Esse termo Latino também foi empregado para se referir à formação militar em que os soldados Romanos mantinham seus escudos juntos acima de suas cabeças para produzir uma cobertura protetora contínua contra mísseis. Esta formação foi brevemente descrita por Isidore (Lindsay 1911: livro 18, capítulo 12, seção 6), e é claro que o compilador do *Épinal-Erfurt Glossary* [Glossário Épinal-Erfurt] tinha alguma compreensão do que estava envolvido, como a alternativa *brodthaca* (literalmente ‘escudo -thatch’) também aparece nesta entrada (Pheifer 1974: 52). Como observa Pheifer (1974: 127), *brodthaca* tem o sentido de ‘teto’ em vez de ‘falange’, mas, como Isidoro deixa claro (Lindsay 1911: livro 15, capítulo 8, seção 8), *testudo* é usado em referência a um teto de um templo que é convexo como um escudo. Parece provável, portanto, que o compilador de *Épinal-Erfurt* (que conhecia claramente a Etymologiae de Isidoro: ver Pheifer 1974: xlv) tenha usado um composto contendo a palavra *bord* ‘placa, escudo’ por causa do conhecimento da comparação de Isidoro desse tipo de teto com um escudo.

A ausência de formas de *hrēða* com grafias <eo> apresenta um problema se quisermos relacionar esta palavra com *bordhrēoða* e *scildhrēoða*, mas dado que existem apenas três atestados de *hrēða* no *DOEC*, não podemos fazer um forte caso contra uma identificação de *hrēða* com *-hrēoða*. Como todas as três ocorrências ocorrem no *Cleopatra Glossaries* (*DOEC* D8.1, 4005 e D8.3, 0562 e 0973), é improvável que sejam independentes umas das outras. Há também um caso de *bordhrēoða* escrito com <e> em vez de <eo>: em *Elene* ocorre a forma *bordhreðan* (Gradon 1977: 31, linha 122). É, então, bastante possível que *-hrēoða* tivesse uma forma variante *-hrēða*, idêntica ao simplex *hrēða*, em alguma variedade ou variedades do Inglês Antigo. Por outro lado, não é impossível que o número muito pequeno de casos de grafia com <e> em vez de <eo> se deva a erros de escribas. Isso apresenta algumas dificuldades para uma interpretação de *Hreda* como relacionado a *hrēða*. Se a forma usual for, de fato, **hrēoða*, então poderíamos levantar as mesmas objeções que fizemos com o Inglês Antigo *hrēod*, de que /e:o/ do Inglês Antigo geralmente aparece nos escritos de Bede e nos primeiros textos do Inglês Antigo como um dígrafo, e nós não temos evidências de tal grafia de *Hreda*. Alternativamente, podemos aceitar que *hrēða* não está relacionado com *-hrēoða*, ou que grafias com <e> em vez de <eo> são uma variante normal. Em qualquer dos casos, não podemos descartar a possibilidade de uma ligação com *Hreda*; mas parece haver motivos melhores para ver **hrēoða* como a forma regular e, portanto, como não relacionada a *Hreda*.

hrēðe ‘fera’

O adjetivo (*h*)*rēðe* ‘fierce’ [feroz] e seus parentes aparecem com muito mais frequência no *DOEC* em formas sem a inicial <h> do que com. A etimologia dessa palavra é um tanto problemática, embora seja possível que esteja relacionada com o Alto-Alemão Antigo *ruod* ‘a roaring’ [um rugido] (Pokorny 1959-69: 1.860). Isso deixa pouco espaço para o uso de cognatos em outras línguas Germânicas como evidência do seu desenvolvimento. É claro, no entanto, que formas sem <h> ocorrem mesmo em textos antigos do Inglês Antigo, para o *Corpus Glossary* (produzido provavelmente por volta do final do século VIII, mas valendo-se de tradições glossárias que provavelmente remontam a final do século VII: ver Herren 1998: 97-101) contém as glosas ‘Ferox: roeðe’ e ‘Violenter: roeðelice’ (Lindsay 1921: 76 e 183). É bastante provável, dada a preponderância de formas com inicial <r>, que essa seja, de fato, a forma original, e que as formas com inicial <hr> sejam o resultado da influência analógica de palavras como *hraðe*. Isso não significa, contudo, que devamos descartar uma relação entre o nome *Hreda* e *hrēðe*.

Uma indicação mais significativa de uma disjunção entre os termos é fornecida pela presença em textos não-Saxões Ocidentais de formas onde a vogal radical é escrita <oe>. As formas do *Corpus Glossary* mencionadas acima aparecem aqui, assim como as formas *hroeðnise* nas glosas do Ritual de Durham e nas glosas do Evangelho de Lindisfarne, *hroeðo/roeðo* nas glosas do Evangelho de Lindisfarne, *roeðnis* no Inglês Antigo Bede, e *roeðe* nas glosas do evangelho de Rushworth e Lindisfarne e no hino 11 do Saltério de Vespasiano (Lindelöf 1927: 122; Stevenson e Waring 1854-65: 1,13, 1,84, 3,24, 3,60; Miller 1890-98: 1,384, 1,386; Kuhn 1965: 158). Essas formas são a norma nas glosas de Lindisfarne, Rushworth e Durham, que são todos textos de origem da Mércia ou da Nortúmbria (Hogg 1992: §§ 1.7-1.8), mas as formas com <e> são muito mais comuns no Inglês Antigo Bede (Miller 1890-98: 2.472 e 2.475, por exemplo, indica que formas com <e> em vez de <oe> aparecem nos locais mencionados acima em todos os manuscritos, exceto T): isso é consistente com o caráter misto da Mércia/Saxão Ocidental de o texto que gerou considerável controvérsia na primeira metade do século XX (Miller 1890-98: 1.xxvi-

lix; Campbell 1951; Whitelock 1962: 57-8; Kuhn 1972). A grafia <oe> é característica de variedades não-Saxônicas Ocidentais, onde geralmente representa a forma i-mutada de /o(:)/. Nos textos da Saxônia Ocidental, este som é geralmente representado por <e> (Campbell 1959: § 198). A implicação das grafias <oe> observadas acima, então, é que *hrēðe* deriva de uma forma pré-Histórica do Inglês Antigo algo como **(h)rōði*, e que o /i/ na segunda sílaba causou uma i-mutação do /o:/ em primeiro.

Nos primeiros manuscritos da *Historia Ecclesiastica* de Beda, a vogal de i-mutação derivada de /o(:)/ é, como em outros textos da Nortúmbria, regularmente representada pelo dígrafo <oi> ou <oe> (Ström 1939: 97-8; Anderson 1941: 101-2; van Els 1972: 195-6). Esperaríamos, portanto, uma forma <hroida> ou <hroeda> em vez de <hreda> no *De Temporum Ratione*, se o nome *Hreda* estivesse relacionado com *hrēðe*. Se Beda estiver repetindo uma forma de uma fonte de outro lugar da Inglaterra, <oe> seria esperado, com a possível exceção de uma fonte Saxã Ocidental, embora mesmo o Saxão Ocidental ainda possa ter a vogal arredondada indicada pela grafia <oe> nesta data inicial (Hogg 1992: § 5.77).). Novamente, nenhum dos manuscritos compilados por Jones inclui tal forma (Jones 1943: 211-12), e com base nisso podemos concluir que é improvável que *Hreda* derive seu nome da palavra *hrēðe*. Isto também elimina a sugestão de Page (1995: 126) de que o nome do mês pode derivar diretamente da palavra *hrēðe*, em vez do nome de uma deusa.

hrēðan ‘se alegrar’

Esse verbo fraco é atestado apenas no poema do Inglês Antigo *Exodus* (linha 574): *‘Hreðdon hildespelle, siððan hie þam herge wiðforon’* (‘eles **se alegraram** com uma canção de batalha, depois de escaparem do exército’: Lucas 1977: 146; tradução de Shaw). O verbo provavelmente está intimamente relacionado ao substantivo mais comum (embora ainda restrito à poesia) *hrēð* ‘vitória, glória’, pois expressam conceitos relacionados. A discussão de *hrēð* abaixo, portanto, pode ser considerada como refletindo a posição tanto de *hrēð* quanto de *hrēðan*.

hrēð ‘vitória, glória’

Essa palavra tem sido a candidata favorita para a etimologia do nome *Hreda*. Simek aparentemente tem isso em mente quando glosa *Hreda* (sob o título *Hrēðe*, que presumivelmente representa sua estimativa de como teria sido a versão em inglês antigo de seu nome, se tivesse sido registrada) como “a famosa”, “a vitoriosa?” (1993: sob *Hrēðe*). Sua explicação, no entanto, refere-se simplesmente à tentativa de Grimm de relacionar o nome à palavra Nórdica Antiga *hróðr*, “fama” (Grimm 1882-88: 1.290).

Como vimos, Beda usa <d> para representar /ð/ do Inglês Antigo e, portanto, não há razão para que *Hreda* não deva ser relacionado a *hrēð* com base nesta consoante, e o encontro consonantal inicial também é formalmente idêntico. No entanto, o cognato Nórdico Antigo *hróðr* tem uma vogal radical diferente, e isso levanta um problema significativo para qualquer interpretação de *Hreda* como relacionado a *hrēð*. O vocalismo-o do cognato Nórdico Antigo também está presente no adjetivo Gótico relacionado *hropeigs*, e isso sugere que a forma primitiva do Inglês Antigo provavelmente também tinha um vocalismo-o, que então se desenvolveu no vocalismo-e que aparece nos textos existentes. Tal mudança pode ser causada pela i-mutação, que, no dialeto saxão ocidental do Inglês Antigo, produz /e:/ a partir de /o:/. No entanto, como observado acima, esta i-mutação produz grafias <oi> ou <oe> nos primeiros manuscritos da obra de Beda, e isso,

portanto, sugere que é improvável que o nome *Hreda* esteja relacionado com *hrēð*. A situação é essencialmente a mesma que para *hrēðe* ‘feroz’.

hræd/hræð/hreð ‘rápido’

O adjetivo *hræd* ‘rápido’ geralmente aparece com a vogal raiz /æ/, mas, como outros adjetivos com esta vogal raiz, tem uma tendência para /a/ substituir /æ/ como a vogal raiz em algumas formas flexionais (ver Campbell 1959: § 643). Formas com /e/ como vogal radical são, no entanto, incomuns fora do dialeto da Mércia, onde a mudança sonora conhecida como Segunda Frente faz com que /æ/ seja elevado para /e/, particularmente nas variedades da Mércia Ocidental (Hogg 1992: § 5.87). Assim, as glosas do Saltério de Vespasiano – que são, como Kitson (2002: 478) observa, “notoriamente da Mércia Ocidental” – têm consistentemente formas do adjetivo *hræd*, e dos advérbios relacionados *hræðe* e *hrædlice*, com a vogal radical escrita <e> (Kuhn 1965: 4, 10, 32, 42, 64, 77, 96, 103, 140, 144). Formas do adjetivo ou advérbios relacionados com <e> para a vogal radical surgem ocasionalmente em outras partes do corpus do Inglês Antigo, mas são raras. Isto pode ser um mau presságio para uma possível relação entre *Hreda* e *hræd*. Não esperaríamos que o dialeto de Beda mostrasse qualquer sinal de Segunda Frente, mas o nome *Hreda* sempre aparece com o gráfico da vogal radical <e> nos manuscritos de *De Temporum Ratione* compilados por Jones.⁶ Nos primeiros manuscritos da *Historia Ecclesiastica de Beda*, o Nomes pessoais e topônimos Anglo-Saxões registrados indicam que Beda geralmente representava /æ/ como <ae> ou <ę> (van Els 1972: 182). Devemos, portanto, esperar que *Hreda* seja escrito <hraeda> ou <hręda> se estiver relacionado a *hræd*, em vez de <e> representar a vogal radical.

Existem, no entanto, alguns outros pontos que devemos considerar. Um deles é o uso de caudata-e <ę> por Beda para representar /æ(:)/. Se *Hreda* foi originalmente escrito <hręda>, como observado acima, as grafias registradas com <e> poderiam todas derivar de uma leitura incorreta de <ę> como <e> muito cedo na transmissão manuscrita de *De Temporum Ratione*. Tal erro seria relativamente fácil de cometer, e se ocorresse antes de um grande número de cópias do texto estar em circulação, então é possível que a leitura errada tenha sido copiada repetidamente, enquanto a leitura correta foi perdida com o pequeno número. dos manuscritos que o registraram. Tal processo poderia produzir uma situação em que todos os manuscritos sobreviventes registrassem a grafia errada <e>.

Os fragmentos de manuscritos do século VIII (Bückeburg, Niedersächsisches Staatsarchiv, dep. 3/1 fols i-viii; Landesarchiv NordrheinWestfalen Staatsarchiv Münster, Msc. I. 243, fols. 1r-2v, 11r-12v; Darmstadt, Hessische Landes- und Hochschulbibliothek, 4262) no uncial da Nortúmbria contendo partes de *De Temporum Ratione* parecem ter sido sujeitos, na opinião de Wallis, a “uso intenso e cópia” (1999: lxxxvi). Eles não incluem o capítulo relevante, portanto não podemos ter certeza de quais foram suas leituras, mas seu estado fragmentário pode ser consistente com um modelo em que os primeiros manuscritos foram perdidos, com potencial para perder a leitura original do nome *Hreda*. Dado o cuidado e a consistência com que o texto parece ter sido copiado (Jones 1943: 140; Wallis 1999: lxxxvii), no entanto, e o grande número de manuscritos datados do século IX, parece no geral mais provável do que não que uma leitura original <hręda> teria sido preservada em pelo menos alguns dos manuscritos do século IX.

A outra questão que devemos considerar é a possibilidade de outra mudança sonora afetar a grafia de *Hreda* por Beda. Nos primeiros manuscritos da *Historia Ecclesiastica*, a forma i-mutada de /æ/ aparece como <e>, por exemplo nos nomes pessoais *Ecgerct*,

Ecgfrid, *Herebald* e *Hereric* (van Els 1972: 186; ver Campbell 1959: §§ 575 -7 e §§ 590-2 para detalhes do desenvolvimento dos substantivos *ecg* e aqui). Poderíamos, portanto, postular que *Hreda* foi desenvolvido a partir de *hræd* como um substantivo feminino com i/j formando o final do radical (como é o caso de *ecg*; ver Campbell 1959: § 591). No entanto, substantivos como *ecg* normalmente mostram duplicação da consoante final do radical, o que não está presente em *Hreda*. Se *Hreda* se desenvolve ao longo do padrão deste tipo de substantivo, portanto, ele não se comporta exatamente da mesma maneira que um substantivo comum se comportaria.

Existe a possibilidade, então, de que se Beda recebeu seus nomes de mês de uma fonte da Mércia, *Hreda* poderia ser parente de *hræd*. Há algumas indicações de que uma fonte mais ao sul deveria ser procurada, entretanto, o que sugere que devemos ser cautelosos ao apresentar *hræd* como um parente etimológico de *Hreda*. No entanto, uma vez que *hræd* é mais plausível do que os outros potenciais parentes identificados acima, devemos mantê-lo em mente, apesar das dificuldades que permanecem com tal interpretação.

Formas posteriores de nome do mês

O nome do mês *Hredmonað* não é exclusivo do *De Temporum Ratione*, mas também aparece em vários textos Anglo-Saxões posteriores. A comparação das formas utilizadas nestes textos com as utilizadas no *De Temporum Ratione* fornece-nos uma forma de verificar novamente o nosso raciocínio etimológico. Se, por exemplo, descobríssemos formas posteriores como **hroedmonað*, então poderíamos querer reconsiderar a possibilidade de uma relação com *hrēð* "vitória" ou *hrēðe* "feroz".

Onde então encontramos instâncias posteriores de *Hredmonað*? A Tabela 5 descreve os textos e formas conhecidas do presente autor.

Manuscrito	Forma	Edição
Oxford, Bodleian Library, Ashmole (328) (S.C. 6882, 7420) [<i>Enchiridion</i> de Byrhtferth]	<i>Hrēðmonð</i>	Baker & Lapidge 1995: 24
Cambridge, Trinity College, R.15.32 (945) [calendário]	<i>Hrēod monað</i>	Wormald 1934: 130
Oxford, Bodleian Library, Douce 296 (S.C. 21870) [calendário]	<i>HRÆDMONAP</i>	Wormald 1934: 256
Cambridge, Corpus Christi College, 442	<i>Hrædd</i>	Wormald 1934: 186 (aparece no <i>DOEC</i> como C88)
London, British Library, Cotton Vitellius E.xviii [calendário]	<i>Hræd monað</i>	Wormald 1934: 158
Rouen, Bibliothèque municipale, Y.6 (274) [Missal de Robert de Jumièges]	<i>hredmonað</i>	Wilson 1896: 11
Oxford, St John's College, 17 [notas de Beda]	<i>Reðmonð</i>	Baker & Lapidge 1995: 396
London, British Library, Cotton Julius A.x [Old English Martyrology (Velha Martirologia Inglesa)]	<i>Hredmonað</i>	Kotzor 1981: 2.27
London, British Library, Cotton Julius A.x Cambridge, Corpus Christi College, 196 [Old English Martyrology]	<i>Hrēðmonað</i>	Kotzor 1981: 2.48

Tabela 5. Formas "Pós-Bedeanas" de *Hredmonað*.

Além da única instância de *Hrēod monað*, as grafias com <e> e <æ> são a norma. Isto pode ser visto como um reforço da defesa de uma relação etimológica com *hræd* «rápido». Isso também reforça o caso contra os outros possíveis parentescos discutidos acima. A flutuação entre as grafias <e> e <æ>, no entanto, permanece intrigante. A possibilidade de uma forma especificamente Mércia com <e>, em oposição a <æ> em outros dialetos, foi

levantada acima, mas embora não haja nada nos dados reunidos acima que refute tal padrão, também não há dados suficientes para prová-lo. Claro, pode-se argumentar que a grafia <e> representa a transmissão da grafia de Beda, e não a grafia do próprio autor, mas em qualquer caso isso não explica a presença da grafia <æ>. A razão para a variação entre a grafia <e> e <æ> do nome deve, portanto, ser procurada em outro lugar.

Hreda e onomástico

Tendo examinado as várias palavras que podem estar etimologicamente relacionadas com o nome *Hreda*, podemos descartar algumas, como *hrēod*, como altamente improváveis, e também vimos que várias que parecem, à primeira vista, mais promissoras, são bastante improváveis. As palavras *hrēðe* ‘feroz’, *hrēoða* ‘defesa’ e *hrēð* ‘vitória, glória’ apresentam problemas consideráveis. A evidência talvez não seja tão abundante, nem suficientemente simples, para nos permitir descartar inteiramente estas opções, mas é necessária uma argumentação especial se aceitarmos uma delas como etimologicamente relacionada com o nome *Hreda*. Dada a estabilidade do texto do *De Temporum Ratione* nos seus manuscritos do século IX (Jones 1943: 140), podemos estar razoavelmente confiantes de que o erro dos escribas não teria obscurecido completamente uma ligação etimológica com uma das nossas opções rejeitadas. Além disso, uma vez que temos um corpo razoável de evidências independentes para a ortografia do Inglês Antigo de Beda nos primeiros manuscritos da *Historia Ecclesiastica*, fomos capazes de verificar os nossos possíveis parentes contra esta evidência, e descobrimos que eles não se enquadram nela. A evidência de formas posteriores do nome do mês também tende a confirmar a nossa rejeição destas opções. Ficamos com uma relação com *hræd* ‘rápido’, e as formas posteriores do nome do mês estão em consonância com esta interpretação. Poderíamos, portanto, sugerir provisoriamente que o nome de *Hreda* a relaciona de alguma forma com a ideia de velocidade.

Contudo, esse não é o fim da nossa pesquisa, pois ainda não consideramos possíveis relações com outros nomes (tanto pessoais como tribais) atestados em fontes do Inglês Antigo. A nossa experiência com Eostre sugere que deveríamos pelo menos considerar a possibilidade de uma relação com toponímia ou nomes de grupo, e talvez também com nomes pessoais. O nome pessoal do Inglês Antigo *Hrethhun*, usado por um bispo de Leicester do século IX, parece ser formado com o elemento *hreð* (PASE: sob *Hrethhun* 1; *Ræthhun* 1 parece ser o mesmo indivíduo, e *Ræthhun* 2, um abade de Abingdon do século IX, também poderia ser o mesmo homem, a julgar pelas datas de atestação dos dois). O elemento *hreð* também é composto por *gota* (“Goth” [Gótico]) para produzir um termo *Hreðgotan*, que se refere aos Godos, em dois poemas do Inglês Antigo, e em cada caso o termo também é usado como simplex. Esses nomes podem, então, ajudar a lançar mais luz sobre *Hreda*.

Hreð como elemento de nome pessoal

A sequência <hreð> ocorre como um prototema em vários nomes pessoais do Inglês Antigo. Em alguns casos, pode ser uma forma com mutação do <hroð> mais comum. Isso é evidente na forma <hroethberht[e]> que aparece em uma pedra inscrita em Falstone, Northumberland (Okasha 1971: no. 39; Cramp 1984: 1.172, vol. 2 placa 166; Okasha 2004: 96). Os *libri vitae* Anglo-Saxões também incluem vários casos com a grafia característica não-Saxã <oe>: o índice de Gerchow deste material indica as formas *Hroeðberct*, *Hroeðburg*, *Hroeðgeofu*/*Hroeðgifu*, *Hroeðlac*, *Hroeðwald* e *Hroeðwini* (Gerchow 1988: 394). No entanto, o nome *Hrethhun* parece ser uma exceção, aparecendo em uma variedade de grafias com <e>

e <æ> como vogal do prototema (PASE: sob *Hrethhun* 1, *Ræthhun* 1 e *Ræthhun* 2). As grafias com <æ> poderiam sugerir paralelos com formas de nomes francos, como *Chradobercthus* (Kölzer, Hartmann e Stieldorf 2001: 1.219), e devemos também considerar o nome de *Hreðel*, o pai do rei geatês *Hygelac* em *Beowulf*. Assim como *Hrethhun*, *Hreðel* aparece com as grafias <e> e <æ>. Fulk (1992: 317) procura explicar a grafia <æ> como o resultado de 'Arcaico e/ou Nortumbriano æ' ter sido mal interpretado por um escriba, na suposição de que *Hreðel* deve conter o elemento *hrōð* em sua forma i-mutada (o O sufixo -el deriva de um sufixo *-ila- original que geralmente causa i-mutação da vogal do elemento raiz; ver Peterson 2004: 39 e 50, e comparar os indivíduos no PASE chamados Putta com Pyttel 1). Dado que o nome *Hrethhun* aparece com grafias <e> e <æ>, mas nunca com grafias <oe>, é mais simples supor que *Hreðel* e *Hrethhun* são formados em uma raiz diferente de *hrōð*. Essa raiz mostra uma alternância entre vocalismos-*e* e vocalismos-*æ* que podem representar o mesmo tipo de variação entre formas i-mutadas e não mutadas vistas no elemento de nome *hrōð/hrēð* (relacionado à palavra do Inglês Antigo *hrēð* 'vitória, glória', discutido acima) e em nomes do Inglês Antigo, como *Hædde* (PASE: sob *Hædde* 1-3). Se este for de fato um caso de formas com e sem i-mutação, então a vogal deste elemento do nome deve ser curta, já que a i-mutação afeta apenas /æ/ curto (Campbell 1959: § 191). Isso sugeriria, portanto, que o elemento do nome deriva de *hræð* 'rápido', a única palavra discutida acima com uma vogal radical curta. Isso combinaria com a evidência de nomes Germânicos Continentais como *Chradobercthus*, que demonstram claramente a existência de um prototema *chrad* "rápido" ao lado do *chrod* comum "feroz" (para este último, ver Reichert 1987-90: 2.549-50).

Os nomes Merovíngios em *Chrad-*, entretanto, não são o único paralelo possível para um elemento de nome do Inglês Antigo escrito <hræð> ou <hræðð>. Inscrições rúnicas em Nórdico Antigo fornecem evidência de um elemento de nome em Nórdico Antigo (ao lado de *hróðr* e *hraðr*, relacionado ao Inglês Antigo *Hroð* e *hræd*, respectivamente) *hreid* (*hraiþ* nas primeiras inscrições rúnicas; ver Peterson 2007: sob *Hrōð-*, *Hraði*, *Hræið-*). Isso deve corresponder a uma palavra no Inglês Antigo **hrāð* ou **hrād*, mas **hræð* ou **hræd* pode ser produzido por i-mutação. Formas com a vogal raiz escrita <e> não deveriam ocorrer na maioria das variedades do Inglês Antigo, mas, como veremos (Subtema seguinte), alguns textos antigos de Kent e Mércia contêm tais grafias. É difícil, portanto, decidir se o nome *Hrethhun*, que aparece nas grafias <e> e <æ>, tem o elemento *hræð* ou um suposto **hræðð*, relacionado ao elemento nome em Nórdico Antigo: ambos são possíveis.

Os nomes pessoais e a evidência do nome do mês parecem, então, sugerir dois possíveis parentes para *Hreda*. Um deles é o adjetivo *hræð* 'rápido', que também aparece como elemento de nome. A variação entre as vogais radicais /e/ e /æ/ no caso deste elemento pode ser explicada não em termos de diferença de dialeto, mas em termos de uma alternância comum entre formas i-mutadas e não mutadas em elementos de nomes pessoais. Por outro lado, também temos a possibilidade de um elemento de nome **hræðð*, relacionado ao elemento de nome pessoal no Nórdico Antigo *hreid*-. As origens etimológicas deste elemento do nome são incertas. É difícil, contudo, decidir qual destes elementos está envolvido, uma vez que podem ser escritos da mesma forma no Inglês Antigo. No entanto, como Eostre, *Hreda* parece ter um nome que deriva de uma palavra que também é usada como elemento de nome pessoal. Além disso, em ambos os casos o elemento nome não é comum na Inglaterra Anglo-Saxã, pelo que podemos dizer pelos registros sobreviventes. Possivelmente estes elementos do nome começaram a cair em desuso durante o período Anglo-Saxão, embora as razões para tal declínio não sejam fáceis de determinar: enquanto *ēastor* pode ter sofrido com a aplicação do termo a um dos principais festivais cristãos, *hræd* ou **hræðð* não são obviamente problemáticos, e o adjetivo

hræd - ao qual o primeiro elemento do nome parece estar transparentemente relacionado - continuou em uso durante o período do Inglês Antigo e no Inglês Médio (embora seu significado tenha mudado um pouco no inglês médio). Outra possibilidade é que estes elementos de nomes se tenham tornado menos populares devido à sua ligação com divindades pré-Cristãs, mas isso não parece inteiramente provável, dado que outros elementos de nomes que se relacionam com a vida religiosa pré-Cristã, como *ōs*, continuaram a ser comuns. Podemos simplesmente estar lidando com os caprichos da moda de dar nomes. Se quisermos procurar uma explicação nas conotações ou associações de um elemento de nome, poderemos encontrar uma explicação mais plausível na relação entre esses elementos de nome e nomes de grupos. Em qualquer caso, a relação entre Eostre e o elemento do nome pessoal *ēastor* também pode ser vista como parte de uma relação entre o nome da divindade e os nomes aplicados na nomeação de grupos ou áreas sócio-politicamente definidos. Uma conexão semelhante entre divindade e grupo sócio-político também pode ser postulada para *Hreda*.

O *Hreðgotan*

Hreðgotan é um nome aplicado aos Godos (geralmente *Gotan* no Inglês Antigo) em dois poemas do Inglês Antigo: *Widsith* e *Elene*. O primeiro é um pequeno poema preservado em uma única cópia no manuscrito conhecido como Exeter Book (Exeter, Library of the Dean and Chapter of Exeter Cathedral, 3501), uma grande e diversa coleção de poemas do inglês antigo, escrita no final do décimo século, talvez em Crediton ou Exeter, e muito provavelmente deixado à comunidade em Exeter pelo Bispo Leofric na sua morte em 1072 (Muir 1994: 1.1-3). O outro poema é muito mais longo e é o segundo poema mais longo do Livro de Vercelli (Vercelli, Biblioteca Capitolare, CXVII), um manuscrito Anglo-Saxão contendo um pequeno número de poemas em Inglês Antigo que parece ter estado em Vercelli, na Itália, por volta de um século e meio de sua produção no final do século X (Krapp 1932: xvii-xx; Scragg 1992: xxiii-xxv).

Widsith apresenta um breve relato, composto principalmente por listas de tribos e seus reis, das viagens do poeta cujo nome dá o título moderno do poema. As andanças de *Widsith* teriam envolvido uma vida de centenas de anos, e seu nome, que significa literalmente “ampla jornada” – ou, como Muir (1994: 2.520) traduz, “aquele que viaja amplamente” – parece sugerir que o propósito central do poema é a catalogação de tribos e reis, em vez de traçar a história de vida do próprio *Widsith*. O poema trata, essencialmente, de questões de tradição e governo, e não do narrador como indivíduo. Poderíamos ficar tentados a identificar este poema como um gesto Anglo-Saxão em direção a uma ideia de uma etnia pan-Germânica, mas, embora os Anglo-Saxões fossem capazes de reconhecer relações com outros grupos Germânicos (como, por exemplo, no tratamento do Saxões Continentais por Beda e Bonifácio: ver Plummer 1896: 1.296; Colgrave e Mynors 1969: 476-7; Tangl 1916: no. 46), o pan-Germanismo é uma mentalidade bastante mais moderna. Os grupos catalogados em *Widsith* incluem não apenas tribos Germânicas, mas também Gregos, Romanos, Finlandeses, Escoceses, Pictos e até Sarracenos, Israelitas, Assírios, Persas e Indianos. A maioria desses grupos é tratada de forma bastante superficial, mas os Godos não; e de fato o poema menciona este grupo em particular em diversas ocasiões, com especial destaque para o rei Gótico Eormenrico nos versos 5-9, 88-92 e na seguinte passagem:

Donan ic ealne geondhwearf epel Gotena,
sohte ic a gesiþa þa selestan –

þæt wæs innweorud Earmannices.
 Hehcan sohte ic ond Beadecan ond Herelingas;
 Emercan sohte ic ond Fridlan ond Eastgotan,
 frodne ond godne fæder Unwenes;
 Seccan sohte ic ond Beccan, Seafolan ond Peodric,
 Heaþoric ond Sifecan, Hlipe ond Incgenþeow;
 Eadwine sohte ic ond Elsan, Ægelmund ond Hungar,
 ond þa wloncan gedryht Wiþmyrginga;
 Wulfhere sohte ic ond Wyrnhere – ful oft þær wig ne alæg,
 þonne Hræda here heardum sweordum
 ymb Wistlawudu wergan sceoldon
 ealdne eþelstol Ætlan leodum (Muir 1994: 1.245, linhas 109-22)

De lá viajei por toda a terra dos Godos. Visitei constantemente os melhores camaradas, que eram a companhia da família de Eormanric. Visitei Hethca e Beadeca e os Herelingas. Visitei Emerca e Fridla e Eastgota, o Sábio e Bom, pai de Unwen. Visitei Secca e Becca, Seafola e Theodric, Heathoric e Sifeca, Hlithe e Incgentheow. Visitei Eadwine e Elsa, Ægelmund e Hungar e a nação impetuosa dos Withmyrgingas. Visitei Wulfhere e Wyrnhere; não era muito frequente haver trégua na guerra ali, quando o exército dos Godos, com espadas duras, tinha de defender a sua sede ancestral perto da Floresta do Vístula contra o povo de Átila. (Bradley 1997: 340).

Nesta passagem, os Godos são referidos pelo simplex *Hræda*, mas na linha 57 aparece o composto *Hreðgotum*. Na linha 7, *Eormenric* é denominado *hreðcýning* ('rei de *hreð*- ['hreð-king']), uma atestação única desse composto, que provavelmente pode ser considerado um derivado do elemento *Hreð*-. A análise etimológica de *Hræd*-/ *Hreð*- é complicada pela possibilidade de que os falantes do Inglês Antigo identificaram este elemento do nome com a palavra *hrēð* 'vitória, glória', discutida acima (Smith 1931: 331).

Além disso, paralelos com as tradições escandinavas sugerem que [a palavra] *Hræd*-/ *Hreð*- pode ter sido emprestada do Nórdico Antigo (Anderson 1999: 41-3) – um processo de transmissão que poderia obscurecer ligações etimológicas. Voltaremos em breve a estas tradições Escandinavas, mas devemos também delinear brevemente o papel dos Godos em *Elene* antes de o fazermos.

Elene é, de certa forma, um tipo de poema bem diferente de *Widsith*. Enquanto *Widsith* é breve e alusivo, com apenas gestos narrativos, *Elene* é um longo poema narrativo que conta as aventuras da imperatriz Helena, mãe de Constantino, o Grande, em sua busca pela Verdadeira Cruz. Ele abre (dando uma data de 233, cerca de cem anos antes dos eventos descritos) com Constantino à beira da batalha com os *Hreðgotan*, Hunos, Francos e provavelmente (embora a leitura do manuscrito seja *hunas*) com os Hugas (Gradon 1977: 26 linhas 20-1; Bradley 1997: 166). Constantino recebe uma visão da Cruz antes da batalha e ordena que um estandarte seja feito desta forma: o resultado é a vitória (Gradon 1977: 29-33; Bradley 1997: 167-9). A visão da Cruz é, obviamente, surpreendentemente semelhante aos relatos anteriores da batalha da Ponte Mílvia; mas o exército de *Hreðgotan*, Hunos, Francos e Hugas, que Constantino derrota nas margens do Danúbio, claramente não corresponde às forças de Maxêncio, derrotadas na Itália. A impressão geral é de uma tradição na qual vários elementos do reinado de Constantino foram confundidos: a batalha da Ponte Mílvia talvez tenha sido confundida com campanhas contra Licínio, que empregava mercenários Góticos, e talvez também com a campanha do filho de

Constantino, Constantino II, contra os Godos ao redor do Danúbio em 332 DC (Wolfram 1990: 61). As últimas campanhas foram dirigidas contra os visigodos sob Ariarico, em vez dos ostrogodos de Ermanaric, o que pode sugerir que a palavra do Inglês Antigo *Hreðgotan* não era simplesmente uma designação para um dos dois principais agrupamentos góticos. Smith (1931: 331) argumenta de forma plausível que o termo foi usado indiscriminadamente no Inglês Antigo para se referir aos Godos de qualquer afiliação.

Entretanto, *Widsith* e *Elene* estão em consonância no uso do termo *Hreðgotan* ao se referir aos Godos do século IV, durante um período em que se estabeleceram em torno das fronteiras do norte do Império Romano oriental. A respeito disso, parecem refletir uma preocupação particular de fontes posteriores com os governantes Góticos desse período, entre os quais Ermanaric foi talvez o mais conhecido e mais frequentemente retratado em textos medievais. As tradições textuais do Inglês Antigo são, no entanto, bastante escassas em detalhes do *Hreðgotan*, e devemos, portanto, considerar a evidência desse grupo em fontes Escandinavas. Há muito se notou que a palavra do Inglês Antigo *Hreðgotan* tem um nome muito semelhante ao *Reiðgotar* que aparece na estrofe 12 do poema eddaico *Vafþrúðnismál* (Machan 2008: 60). A métrica aliterativa da linha em questão requer uma forma *Hreiðgotar* e, como veremos, evidências anteriores confirmam que esta era a forma original (Machan 2008: 80). O nome também aparece na designação territorial *Reiðgotaland*, que ocorre em várias sagas nórdicas antigas (Jónsson 1950: 1.291, 1.299, 1.342, 1.344, 1.350, 2.27-9, 2.67, 2.82, 4.289). O primeiro atestado escandinavo deste nome de grupo aparece na pedra Rök:

þat sakum aþart huar fur niu altum aþ urþi fiaru mir hraiþkutum auk tu mir aþ
ubs (s)akar raiþ (þ)iaurikr hin þurmuþi stilir flutna strantu hraiþmarar sitir nu
karur a kuta sinum skialti ub fatlaþr skati mari(n)ka.
(Gordon & Taylor 1957: 188)

Em segundo lugar, deixe-nos contar, que, nove gerações atrás, nasceu entre os Hreið-Goths, e depois morreu entre eles devido ao seu orgulho arrogante: Teodorico, o valente de coração, senhor dos piratas do mar, governou a costa do mar Gótico (o Adriático). Agora ele está montado em seu corcel Gótico, com um escudo pendurado no pescoço, o senhor dos Mærings.
(Gordon & Taylor 1957: 190)

Essa inscrição memorial da Era Viking de Rök em Östergötland, Suécia, parece indicar a existência de tradições paralelas em Inglaterra e na Escandinávia em relação a Teodorico, que também está ligado aos Mærings no poema Inglês Antigo *Deor* (Wessén 1958: 76-7; Muir 1994: 1.284; Bradley 1997: 364). A inscrição também fornece evidências importantes para a etimologia do nome do grupo em Nórdico Antigo. *Hreiðgotar* deriva claramente de uma forma com o Proto-Germânico */ai/ para a vogal radical de *Hreið-*, aparecendo na forma **hraiþkutum** na inscrição de Rök. Numerosos estudiosos notaram que o Inglês Antigo *Hreð-* não pode derivar de tal forma (ver Chambers 1912: 252-3): o Proto-Germânico */ai/ geralmente produz /a:/ no Inglês Antigo (compare, por exemplo, *hailags* Góticos e no Inglês Antigo *hālig* 'sagrado' ['holy']; No Nórdico Antigo *bein* e Inglês Antigo *bān* 'osso' ['bone']). No entanto, a forma *Hræda* em *Widsith* poderia derivar do Proto-Germânico */ai/ se fosse afetada pela i-mutação. Assim, o Inglês Antigo *hæð* 'brejo, terreno baldio' ['heath, wasteland'] corresponde ao Gótico *haiþi* (Bosworth-Toller: sob *hæþ*; Wright 1924: 326; Feist 1939: sob *haiþi*; Krause 1968: 296). Isso levou Chambers (1912: 253) a argumentar que as formas do Inglês Antigo, como *Hreðgota*, são o resultado de uma 'falsa analogia' pela qual a vogal de *hræð-* foi alterada para corresponder à de *hrēð* 'glória'

(Machan 2008: 80 também observa a possibilidade de processos semelhantes afetarem o nome em Nórdico Antigo, mas isso pode explicar a substituição de *hreið-* por *reið-*, em vez de afetar a vogal). Esse argumento de que a etimologia popular causou alteração da vogal permite defender o Nórdico Antigo *hreið-* e o Inglês Antigo *hræð-* como cognatos - e, além disso, se forem cognatos, então parecem ser formalmente idênticos ao nome pessoal em Nórdico Antigo elemento *hreið-*.

Não é claro, no entanto, se a forma <hreda> de Beda pode ser identificada como contendo a forma i-mutada do Proto-Germânico */ai/. A evidência dos primeiros manuscritos da *Historia Ecclesiastica* de Beda aponta claramente para a sua preferência por <ae> como a grafia para este som (van Els 1972: 197; Anderson 1941: 103). No entanto, notamos em relação a Eostre que Beda parece ter usado – e preservado a grafia de – uma fonte que não usava sua própria ortografia normal. Como Toon (1983: 166-9) demonstrou, os registros da variedade de Kent do Inglês Antigo do início do século IX em diante frequentemente soletram a forma i-mutada do Proto-Germânico */ai/ como <e>. Faltam evidências da situação anterior a essa em no dialto de Kent, mas claramente não podemos descartar a possibilidade de que um documento de Kent disponível para Beda no início do século VIII teria incluído grafias deste som como <e> em vez de <ae>. Algumas fontes da Mércia também mostram sinais de elevação deste som para /e:/ antes de consoantes dentais (Hogg 1992: § 5.79, nota 1). Existem, ao que parece, dialetos nos quais a grafia evidenciada nos primeiros manuscritos de *De Temporum Ratione* que poderiam ser consistentes com uma conexão do nome *Hreda* com o Nórdico Antigo *hreið-* e no Inglês Antigo *hræð-*.

Contudo, se *Hreda* estivesse ligado à identidade de grupo, o problema do grupo envolvido permanece. Não se esperaria necessariamente que os Anglo-Saxões nomeassem um de seus meses em homenagem a uma deusa associada aos Godos. No entanto, os nomes pessoais Anglo-Saxões envolvem frequentemente um elemento relacionado com um nome de grupo. Alguns, como *Seax-*, se relacionam, obviamente, com grupos locais (neste caso, os Saxões), enquanto outros, como *Swæf-* (Suevo) e *-gēat* (relacionados ao povo do sul da Suécia que aparece em Beowulf como Geatas; ver Jack 1994: 8), parecem se relacionar com tribos distantes. É claro que isso pode ser parcialmente explicável em termos da heterogeneidade da colonização Anglo-Saxã: o topônimo *Swaffham* (**swæfahām* ‘assentamento dos Suevos’), por exemplo, sugere que os Suevos podem ter feito parte da mistura na Ânglia Oriental (Ekwall 1960: sob Swaffham; Mills 2003: sob Swaffham; Cameron 1969: 72). Contudo, não parece inteiramente satisfatório supor que tais padrões de nomenclatura sejam simplesmente o resultado de um caldeirão tribal. Elementos de nomes relacionados com nomes de tribos distantes não são incomuns em outros lugares da Germânia: assim temos, por exemplo, o nome *swabaharjaz* em uma pedra rúnica de Rö em Bohuslän, Suécia (Antonsen 1975: 43; Peterson 1994: 153-4), contendo um elemento relacionado ao nome dos suevos, e o nome Saxi (grafado de várias maneiras *sagsi*, *sahsi*, *sakse*, *saksi*, e provavelmente relacionado à designação étnica dos Saxões) em uma série de pedras rúnicas Escandinavas (Peterson 2007: sob Saxi). Isso sugere que a interação entre as práticas de nomeação pessoal e de grupo é, de fato, complexa, na qual não existe uma correlação simples entre a nomeação de indivíduos e as suas afiliações de grupo (ver também Peterson 1994: 154). Peterson (1994: 153-4) sugere possíveis formas de compreender os elementos dos nomes relacionados com designações étnicas em termos de referência deliberada a grupos étnicos, e observa a necessidade de mais trabalho sobre esses elementos dos nomes. Ao fazer este trabalho, talvez devêssemos também considerar a possibilidade de que muitos destes elementos do nome sejam, de facto, elementos que existiram numa fase muito inicial nos dialetos Germânicos, codificando valores culturais

que eram aplicáveis tanto ao indivíduo como aos grupos étnicos. Tais elementos de nome podem não ter sido originalmente usados com qualquer intenção de indexar grupos étnicos específicos.

A deusa Hreda apresenta claramente maiores dificuldades de interpretação do que Eostre, mas podemos pelo menos ver que o seu nome sugere inter-relações semelhantes entre práticas de nomeação pessoal e de grupo e a nomeação de divindades. Tal como acontece com Eostre, parece razoável supor que Hreda estava de alguma forma associada a um agrupamento local específico, embora possamos recuperar pouco da natureza desta associação ou do grupo envolvido. É possível que a própria palavra *Hreda* tenha sido de alguma forma concebida como “rápida/veloz” (se aceitarmos *hræð* como etimologia), mas é pelo menos possível que o seu nome expresse a sua ligação a um indivíduo com este elemento no seu nome. O exemplo dos Rodings em *Essex*, discutido no capítulo anterior (ver subtema “Agrupamentos subtribais”), talvez indique como os indivíduos deram os seus nomes a territórios e grupos – e podem, no processo, também ter dado os seus nomes a deusas. O exemplo das matronas *Arvagastiae*, cujo nome se relaciona claramente com o nome povo Germânico *Arvagast* (Derks 1998: 123), sugere um processo semelhante de desenvolvimento de um indivíduo, e também consideramos acima (ver subtema “Deuses e deusas”) o caso do nome da deusa *Vagdavercustis* e sua relação com o nome pessoal masculino *Vagdavercustus*. Por outro lado, temos também a possibilidade de uma etimologia de outro elemento do nome pessoal que aparece no Nórdico Antigo como *hreid̥*, e que também pode relacionar-se com um agrupamento tribal, embora a etimologia do elemento em si permaneça incerta (De Vries 1977: sob *Hreiðgotar*; Peterson 2007: sob *Hræið*).

Transmissão de *Hredmonað*

Assim como acontece com Eostre, essa exploração da deusa também levanta questões sobre o nome do mês derivado do seu nome. Se o *hredmonað* fosse inicialmente específico de uma área específica, então poderíamos perguntar se ele se espalhou por outras áreas da Inglaterra Anglo-Saxã. Embora *eastermonað* evidentemente tenha se tornado associado ao festival cristão da Páscoa desde o início, e possa, portanto, ter sido disseminado em associação com o festival, *hredmonað* não possui tal vantagem. Os atestados existentes de *hredmonað* listados acima (ver Tabela 5) sugerem que o nome desse mês pode muito bem ter sido em grande parte preservado de calendários e materiais computacionais no final da Inglaterra Anglo-Saxã - e isso poderia muito bem ser o resultado de a influência do *De Temporum Ratione* em tais textos. Nos faltam, por outras palavras, provas claras de que o *hredmonað* alguma vez tenha alcançado uma ampla difusão na Inglaterra Anglo-Saxã. E há, além disso, evidências de que não era o único nome de mês nativo que poderia ser usado para março. Ælfric usa a forma *hlydan monðe* em seu *De Temporibus Anni* (Henel 1942: 36), e também em sua homilia para Circumcisio Domini na primeira série de suas *Catholic Homilies* [Homílias Católicas], onde afirma que ‘Se eahtateoða dæg þæs monðes þe we hatað martius þone ge hatað hlyda wæs se forma dæg þyssere worulde’ (‘o décimo oitavo dia do mês que chamamos de março, que você chama de Hlyda, foi o primeiro dia deste mundo’; Clemons 1997: 229; tradução de Shaw). Formas de *hlyda* ou *hlydanmonað* aparecem em diversas versões de uma nota sobre as três principais Sextas-Feiras do ano em que se deve jejuar (Napier 1889: 3; Roeder 1904: xii; Henel 1934: 64-5). Eles também aparecem em um breve texto (conhecido em diversas versões manuscritas) que detalha os dias de cada mês em que os procedimentos médicos não deveriam ser realizados e afirma que *hlyda* é o mês em que ocorreu a criação do mundo, embora sem especificar uma data precisa como

Ælfric faz (Förster 1929: 266-9; Henel 1935: 336-7). Esse nome de mês continuou em uso no Inglês Médio, onde aparece em textos do Sudoeste da Inglaterra (*MED*: sob *lide*). Esse padrão de atestação sugere que *hlydanmonað* era uma forma de dialeto do Sudoeste e fornece uma indicação de que os nomes de meses nativos do Inglês Antigo podem muito bem ter sido originalmente bastante variados e específicos para áreas específicas, embora pouca dessa diversidade tenha sobrevivido no Inglês Antigo tardio.

A diversidade de nomes de meses Germânicos nativos no Continente também sugere que o Inglês Antigo pode muito bem ter começado com muito mais variedade do que podemos discernir no corpus existente do Inglês Antigo. Além disso, um nome atestado no continente é particularmente importante para a nossa compreensão de *hredmonað*: A existência de um nome de mês *redmanot* em um pequeno número de fontes Alemãs do final da Idade Média e do início da Modernidade fazia parte do caso de Grimm para uma deusa *Hruoda/Hrede* adorada na Inglaterra e no Continente (Grimm 1882-88: 1.289-90). Esse argumento foi criticado por Weinhold com base no fato dele acreditar que a deusa de Beda, Hreda, como Eostre, era uma invenção: Ele preferia ver o *redmanot* Alemão e o *hreðmonað* do Inglês Antigo como derivados do Alto-Alemão Antigo relacionado *hradi/redi* e do Inglês Antigo *hrað/hreð* ‘rápido’ (Weinhold 1869: 53). Mais recentemente, Jeske citou a etimologia de Weinhold como uma possibilidade, embora sem indicar o peso que atribui à afirmação (Jeske 1983: 38). Nenhum deles, no entanto, explora o uso de *hræð* como um elemento de nome pessoal, e é claro que a existência de um *redmanot* continental levanta questões sobre a relação entre nomes de meses Anglo-Saxões e Germânicos Continentais.

A evidência de *redmanot* no Continente é, segundo Jeske, largamente restrita a fontes alemânicas, embora existam alguns exemplos de outros lugares (1983: 38). Esse padrão pode ser visto como semelhante à distribuição dialetal do Alto-Alemão Antigo *ôstarun* (Frings e Müller 1966-68: 1.38 e mapa 6). Poderíamos, então, argumentar que *redmanot* representa um empréstimo do Inglês Antigo no mesmo contexto que o empréstimo do Inglês Antigo *ēastre* discutido acima (ver pp. 54 e 69). A evidência da *Vita Karoli Magni* de Einhard (“Vida de Carlos Magno”), no entanto, sugere que *ôstarun* teve mais impacto fora da sua área inicial de adoção. No capítulo 29, Einhard observa que Carlos Magno procurou padronizar os nomes dos meses em uso entre os Francos, e que os nomes padronizados para março e abril eram *Lentzinmanoth* (‘mês quaresmal’) e *Ostarmanoth* (‘mês Pascal’) (Holder-Egger 1911: 33). A influência da tradição de nomeação dos meses de Beda, talvez através de Alcuíno, foi suspeitada por trás do *Ostarmanoth* de Carlos Magno (Hammer 1997: 12), mas a adoção de *ôstarun* como um termo para a Páscoa (que evidentemente ocorreu bem cedo; ver Green 2000: 351) também deve ser considerado como um contexto potencial para a criação do nome do mês *Ostarmanoth* por Carlos Magno. Por outro lado, *redmanot*, relacionado ou não com o *hredmonað* no Inglês Antigo, não gozava da mesma ligação óbvia com um festival Cristão, e não é totalmente surpreendente, portanto, que Carlos Magno não tenha empregado este nome, preferindo usar ou criar nomes relacionados com ciclos sazonais e agrícolas, exceto quando um nome possa estar relacionado com uma grande festa Cristã.

Conclusão

Hreda apresenta maiores dificuldades do que Eostre, e há pelo menos duas etimologias plausíveis para o seu nome. É digno de nota, no entanto, que essas etimologias se relacionam tanto com termos usados na formação de nomes pessoais como, num caso, com um termo empregado na nomeação de grupos, bem como na nomeação de pessoas. Se o

nome de Hreda estiver de fato relacionado com um termo utilizado como designação étnica, ela, juntamente com Eostre, pode ser vista como parte de um padrão mais amplo de divindades e figuras ancestrais cujos nomes se ligam a agrupamentos sociais. Tais números são, não surpreendentemente, mais óbvios quando se referem a agrupamentos bem conhecidos, muitas vezes em grande escala: por exemplo, a deidade Saxnot (cujo nome significa “companheiro dos Saxões” e que também surge numa genealogia dos reis de *Essex* na forma *Seaxnet*; Gallée 1894: 245, Sweet 1885: 179) ou o ancestral real Gapt em *De Origine Actibusque Getarum* de Jordanes (‘Sobre a origem e os feitos dos godos’; Mommsen 1882: 76). Eostre, tal como as deusas e matronas das inscrições votivas Romano-Germânicas, sugere a existência de muito mais dessas divindades, operando em escalas sociais menores - e talvez histórias de sucesso como Saxnot e Gapt representem simplesmente o resultado da bola de neve de tais figuras quando ligadas a pequenos grupos sociais que se tornam maiores e mais bem-sucedidos. Poderíamos, fatualmente, perguntar legitimamente se mesmo alguns dos grandes deuses poderiam ter-se desenvolvido ao longo dessas linhas.

Hreda, como sempre, é um caso estranho. Embora possamos ver que seu nome deriva de alguma função relacionada a noções de velocidade, os padrões observados acima sugerem que deveríamos pelo menos levar a sério a possibilidade de que seu nome se baseie em nomes pessoais ou de grupo. Poderíamos vê-la simplesmente relacionada a um elemento de nome pessoal, talvez implicando que ela estava originalmente ligada a uma família que usou esse elemento para formar seus nomes próprios. Isso estaria em consonância com algumas das evidências Romano-Germânicas que sugerem sobreposição entre elementos de nomes humanos e divinos (ver subtema “Deuses e deusas”). Poderíamos até colocar Eostre no mesmo contexto, embora a interpretação geográfica possa parecer um pouco mais provável, tendo em vista a aparente raridade de *ēastor* como elemento de nome pessoal na Inglaterra Anglo-Saxã. As possíveis conexões entre Hreda e um nome aplicado aos godos no Inglês Antigo e no Nórdico Antigo, entretanto, sugerem outra possibilidade: *Hreda* poderia estar relacionado a um nome de grupo. O fato do nome do grupo em questão ser geralmente aplicado aos Godos é claramente preocupante, mas é um nome que parece ter feito parte das tradições Inglesas e Escandinavas dos Godos. É pelo menos possível que este elemento de nome tenha sido empregado na formação de nomes pessoais e/ou de grupos mais próximos de casa, bem como se tenha tornado ligado a narrativas sobre os godos.

6.

Conclusão: Papéis da Deusa do Norte?

Em 1998, Hilda Ellis Davidson publicou um livro intitulado *Roles of the Northern Goddess* [*Papéis da Deusa do Norte*]. A implicação tácita de seu título é que havia uma deusa do norte, que as várias deusas que Davidson discute que eram, de alguma forma, partes de um todo. A mensagem desse livro é, acima de tudo, que devemos ser cautelosos com tais ideias de pan-Germanismo ou 'pan-norternismo'. As deusas discutidas nesse livro parecem apontar na outra direção, em direção ao tribal, ao local, talvez até ao familiar ou pessoal. Representam, com toda a probabilidade, a ponta de um iceberg de divindades irrecuperáveis que se relacionavam de formas específicas e contextualmente significativas com os seus adoradores dentro de uma localidade ou grupo sócio-político. Isso contrasta com os modelos de cultos pan-Germânicos dos grandes deuses, e embora não possamos descartar a possibilidade de coexistência de cultos locais e pan-Germânicos, a evidência aqui apresentada deveria pelo menos levar-nos a olhar cuidadosamente para a verdadeira extensão e natureza da evidência para todas as divindades Germânicas, incluindo os grandes deuses. Isso não significa, entretanto, que devemos rejeitar qualquer noção de padrões religiosos comuns através do tempo e do espaço no mundo de língua Germânica. Pelo contrário, vimos que os padrões comuns de atribuição de nomes, que permeiam os nomes dos humanos e das suas divindades, formam ligações - ligações que são, de certa forma, parte das interconexões linguísticas mais amplas entre as línguas Germânicas - entre divindades adoradas por grupos Germânicos muito diferentes em contextos muito diferentes.

Devemos também ter em mente os delicados atos de equilíbrio exigidos na leitura das nossas fontes textuais para a religião pré-Cristã. Como vimos, compreender as deusas mencionadas no *De Temporum Ratione* de Beda requer não apenas uma análise cuidadosa das evidências linguísticas, mas também a consideração das complexidades da concepção de um autor Cristão sobre o passado pré-Cristão. Beda foi sem dúvida sincero em seu voto de agradecimento no final do capítulo 15 do *De Temporum Ratione* – “Bom Jesus, graças a ti, que nos afastaste destas vaidades e nos deste [graça] para oferecer-te o sacrifício de louvor” (Wallis 1999: 54) – mas isso não significa que ele estivesse necessariamente interessado em suprimir toda a memória do passado pré-Cristão. Na verdade, o sentimento aqui é claramente aquele que valoriza o conhecimento da ignorância anterior como um penhor do poder da graça de Deus. As complexidades desta atitude em relação ao paganismo Anglo-Saxão não eram, pelo que me parece, idiossincráticas, mas parte de uma forte corrente dentro da vida intelectual Cristã Anglo-Saxã que valorizava a tradição pré-Cristã, bem como – talvez até como parte – da propagação do Cristianismo.

Tais pontos de contato entre a cultura intelectual Cristã e o passado pré-Cristão são, no entanto, decididamente escassos, e os autores cristãos da Idade Média eram, como sabemos, decididamente propensos à repetição de declarações de autores anteriores. O que Beda e autores como ele nos dizem sobre a vida religiosa pré-Cristã não representa o fruto de extensas pesquisas em vastas áreas, mas antes representa os resultados de um pequeno número de minúsculos pontos de contacto com a vida religiosa Pagã. E estes pontos de contato podem – especialmente quando um autor tão influente como Beda os discute – se

tornarem seminal para a compreensão do passado pré-Cristão pelos Cristãos Medievais. Através destes escritos, tais pontos de contato também podem afetar desproporcionalmente a nossa própria visão da vida religiosa pré-Cristã. O tratamento das narrativas mitológicas Nórdicas Antigas centradas nos grandes deuses tem sido, como observado no Capítulo 1, um exemplo disso.

As inscrições votivas Romano-Germânicas não fornecem um abismo onde possam, ou devam, ser recolhidas testemunhas fragmentárias da existência pré-medieval das divindades mencionadas nas fontes medievais. No entanto, elas fornecem um corretivo valioso para qualquer sensação que possamos ter de que as fontes medievais fornecem algo parecido com o quadro completo. Tais inscrições nos dão um vislumbre da vida religiosa pré-Cristã tal como foi registada pelos próprios fiéis (ou pelo menos pelos seus escultores), e é um vislumbre que é cronologicamente e geograficamente estreito. Isso pode parecer uma desvantagem, mas tem vantagens sobre as escassas, mas amplas evidências disponíveis nas fontes medievais, demonstrando a considerável capacidade de variação regional, local e familiar, mesmo em escalas de tempo curtas e em áreas comparativamente pequenas. Ao mesmo tempo, essas inscrições demonstram até que ponto a vida religiosa pré-Cristã estava inserida em estruturas e grupos sociais e políticos, e moldada por eles – provavelmente muito mais do que foi moldada por noções de áreas específicas de função ou especialização divina.

As muitas lacunas e incertezas nas evidências discutidas nesse livro deveriam servir de alertar contra a crença de que sabemos muito sobre o Paganismo Anglo-Saxão. Tentei demonstrar que existem razões para acreditar na existência de cultos de Eostre e Hreda, e que podem muito bem ter sido dois entre muitos. Mas eu não sugeriria que estas fossem as únicas formas de vida religiosa na Inglaterra pré-Cristã, e os argumentos apresentados acima podem se referir apenas a uma camada numa paisagem religiosa de divindades com padrões de culto sócio-políticos e geográficos muito diferentes. Essa paisagem possivelmente vasta – talvez bastante mais do que semi-submersa – ainda nos fornece muitas possibilidades de exploração, e espero que este guia para um pequeno canto dela possa estimular esforços noutras áreas subexploradas do terreno.

Notas

1. Cheryl Clay me apontou que algumas das identificações etimológicas de Birley têm uma longa história: *Viðrir*, por exemplo, é mencionado em conexão com o *dibus veteribus* por Hodgson (1820-58: vol. 3 da parte 2, 140), enquanto Bruce (1853: 399) prefere uma interpretação como “os deuses antigos”. Esse não é o lugar para uma arqueologia completa das etimologias de Birley, mas Birley já tinha reunido mais ou menos a coleção citada acima no seu *The People of Roman Britain* (1979: 107-8). Evidentemente, ele foi encarregado de uma coleção etimológica com raízes substanciais, e não inteiramente de sua autoria.

2. Esse trabalho é baseado em dados fornecidos por EDINA UKBORDERS com o apoio do ESRC e JISC e usa material de fronteira histórica de Kain e Oliver que é protegido por direitos autorais da AHDS History [Universidade de Essex], Humphrey Southall, Nick Burton e da Universidade de Portsmouth. A área foi calculada a partir desses dados usando Arcview 3.2.

3. Esse trabalho é baseado em dados fornecidos por EDINA UKBORDERS com o apoio do ESRC e JISC e usa material de fronteira histórica de Kain e Oliver que é protegido por direitos autorais da AHDS History [Universidade de Essex], Humphrey Southall, Nick Burton e da Universidade de Portsmouth. A área foi calculada a partir desses dados usando Arcview 3.2.

4. O uso consistente da forma *Hild* para a abadessa de *Strenaeshalc* na *Historia Ecclesiastica*, porém, não parece se ajustar a esse padrão (embora seu nome seja tratado como um substantivo de primeira declinação nos casos oblíquos), e os nomes *Begu* e *Heiu*, que ocorrem no livro 4, capítulo 23, sobre a vida e a morte de Hild (Plummer 1896: 1.252-8), também são anômalos. Dada a evidência da preservação das formas dos nomes por parte de Beda a partir das suas fontes escritas (Shaw 2008: 102-3), esta anomalia pode indicar que ele tinha uma fonte relacionada com a vida de Hild da qual tirou estes três nomes.

5. O DOEC produz 6 correspondências para a sequência fragmentária <hred> em textos com números de Cameron começando com 'B15' (ou seja, em todos os caracteres do DOEC), dos quais apenas a correspondência em B15.8.295 é certamente uma instância da palavra *hreod*. Em contraste, 36 correspondências são produzidas para a sequência fragmentária <hreod> em textos com números de Cameron começando com 'B15'.

6. A comparação de Jones não parece ser particularmente precisa. Comparando a compilação de Jones do capítulo 15 de *De Temporum Ratione* com o fac-símile digital de Colônia, Dombibliothek, Cod. 103 (CEEC), há pelo menos vinte casos em que Jones não nota a variante deste manuscrito, apesar de este ser um dos manuscritos que ele afirma ter compilado na íntegra. Para ser justo com Jones, muitas dessas variantes ausentes envolvem ignorar variantes ortográficas medievais comuns, como <greorum>, <agustus>, <marcius>, <disperciebant>, <precredit> e <inicium>; mas Jones também não nota a falta de *illo* e observa <nacio> como uma variante de *natio*. Ele não é, portanto, muito consistente no que observa ou deixa de observar, e suas imprecisões também se estendem aos nomes do inglês antigo incluídos neste capítulo. Isto nos dá poucos motivos para ter confiança sobre a grafia dos nomes *Eostre* e *Hreda*, mesmo nos manuscritos que ele compilou, e muito menos naqueles que ele apenas examinou. Portanto, examinei o capítulo quinze dos seguintes manuscritos do século IX, quer em fac-símile, quer

pessoalmente: Angers, Bibliothèque municipale, 477 (461); Berlin, Staatsbibliothek zu Berlin, Philipps 1831; Berlin, Staatsbibliothek zu Berlin, Philipps 1832 (Cat. Rose 130); Berlin, Staatsbibliothek zu Berlin, Philipps 1869 (Cat. Rose 131); Cambrai, Bibliothèque municipale, 925 (824); Cologne, Dombibliothek, Cod. 83(II) (examinado no *CEEC*); Cologne, Dombibliothek, Cod. 102 (examinado no *CEEC*); Cologne, Dombibliothek, Cod. 103 (examinado no *CEEC*); Geneva, Bibliothèque publique et universitaire, lat. 50; Melk, Bibliothek des Benediktinerstifts, 412 (370. G32); Milan, Biblioteca Ambrosiana, inf. D 30; Paris, Bibliothèque nationale de France, Latin 5543; Paris, Bibliothèque nationale de France, Latin 13013; Paris, Bibliothèque nationale de France, Latin 13403; Paris, Bibliothèque nationale de France, Latin 14088; Paris, Bibliothèque nationale de France, NAL 1632; Rouen, Bibliothèque municipale, I.49 (524); St Gall, Stiftsbibliothek, Cod. Sang. 250 (examinado no *CESG*); Valenciennes, Bibliothèque municipale, 174 (166); Valenciennes, Bibliothèque municipale, 343 (330 bis); Vatican, Biblioteca Apostolica Vaticana, Pal. Lat. 1448; Vatican, Biblioteca Apostolica Vaticana, Pal. Lat. 1449. Em nenhum desses manuscritos há qualquer forma de Hreda ou Hredmonath com qualquer vogal na primeira sílaba que não seja <e>.

Bibliografia

Abreviações

Bosworth-Toller: Bosworth & Toller 1882.

Bosworth-Toller Supplement: Toller & Campbell 1972.

CEEC: *Codices Electronici Ecclesiae Coloniensis* <<http://www.ceec.uni-koeln.de/>> [acessado em Março de 2008].

CESG: *Codices Electronici Sangallenses* <<http://www.cesg.unifr.ch/>> [acessado em Março de 2008].

DOE: *Dictionary of Old English*.

DOEC: Healey, Antonette di Paolo. (ed.). 2004. *Dictionary of Old English Corpus* <<http://quod.lib.umich.edu/o/oec/>> [acessado em Agosto de 2008].

Lewis & Short: Lewis & Short 1879.

MED: *Middle English Dictionary* [Dicionário do Inglês Médio].

PASE: *Prosopography of Anglo-Saxon England* [Prosopografia da Inglaterra Anglo-Saxã] [acessado em Agosto de 2008].

Sawyer: *Anglo-Saxons.net: Charters* [acessado em Fevereiro de 2009] (interface pesquisável para S.E. Kelly, *The Electronic Sawyer* <<http://www.trin.cam.ac.uk/chartwww/eSawyer.99/eSawyer2.html>> & Sean Miller, *The New Regesta Regum Anglorum*; entradas individuais citadas pelo número Sawyer).

Referências

Abramson, Tony (ed.). 2008. *Two Decades of Discovery*, Studies in Early Medieval Coinage, 1 (Woodbridge: Boydell).

Anderson, Carl Edlund. 1999. *Formation and Resolution of Ideological Contrast in the Early History of Scandinavia* (tese de doutorado não-publicada, University of Cambridge) <http://www.carlaz.com/phd/AndersonCE_1999_PhD.pdf> [acessado em Fevereiro de 2009].

Anderson, O.S. 1941. *Old English Material in the Leningrad Manuscript of Bede's Ecclesiastical History*, Skifter Utgivna av Kungl. Humanistiska Vetenskapssamfundet i Lund, 31 (Lund: Gleerup; Leipzig: Harrassowitz; London: Oxford University Press).

Antonsen, Elmer H. 1975. *A Concise Grammar of the Older Runic Inscriptions*, Sprachstrukturen, A3 (Tübingen: Niemeyer).

Ashley, William. 1928. *The Bread of Our Forefathers: An Inquiry into Economic History* (Oxford: Clarendon Press).

Baker, Peter S. 2007. *Introduction to Old English*, 2nd edn (Oxford: Blackwell).

Baker, Peter S. & Lapidge, Michael (eds). 1995. *Byrhtferth's Enchiridion*, Early English Text Society, s.s. 15 (Oxford: Oxford University Press).

Bassett, Steven. 1989a. 'In Search of the Origins of Anglo-Saxon Kingdoms', em Bassett 1989b: 3-27.

Bassett, Steven. 1989b. *The Origins of Anglo-Saxon Kingdoms* (London: Leicester University Press).

Bauchhenß, Gerhard, & Neumann, Günter (eds). 1987. *Matronen und verwandte Gottheiten: Ergebnisse eines Kolloquiums veranstaltet von der Göttinger Akademiekommission für die Altertumskunde Mittel- und Nordeuropas*, Beihefte der Bonner Jahrbücher, 44 (Cologne: Rheinland-Verlag).

Behr, Charlotte. 2000. 'The Origins of Kingship in Early Medieval Kent', *Early Medieval Europe*, 9: 25-52.

Birley, Anthony. 1979. *The People of Roman Britain* (London: Batsford).

Birley, Anthony. 2002. *Garrison Life at Vindolanda: A Band of Brothers* (Stroud: Tempus).

Birley, Eric. 1986. 'The Deities of Roman Britain', em Haase 1986: 3-112.

Blair, John. 1989. 'Frithuwold's Kingdom and the Origins of Surrey', em Bassett 1989b: 97-107.

Blair, Peter Hunter & Mynors, R.A.B. (eds). 1959. *The Moore Bede: Cambridge University Library MS Kk.5.16*, Early English Manuscripts in Facsimile, 9 (Copenhagen: Rosenkilde & Bagger).

- Blake, E.O. (ed.). 1962. *Liber Eliensis*, Camden Third Series, 92 (London: Royal Historical Society).
- Bosworth, Joseph, & Toller, T. Northcote. 1882. *An Anglo-Saxon Dictionary* (Oxford: Clarendon Press).
- Bradley, S.A.J. (ed. & tr.). 1997. *Anglo-Saxon Poetry* (London: Dent).
- Brooks, Nicholas. 1989. 'The Creation and Early Structure of the Kingdom of Kent', em Bassett 1989b: 55-74.
- Bruce, John Collingwood. 1853. *The Roman Wall: An Historical and Topographical Description of the Barrier of the Lower Isthmus Extending from the Tyne to the Solway*, 2nd edn (London: John Russell Smith).
- Cameron, Angus. 1973. 'A List of Old English Texts', em Frank & Cameron 1973: 25-306.
- Cameron, Kenneth. 1969. *English Place-Names* (London: Methuen).
- Campbell, A. 1959 [1997]. *Old English Grammar* (Oxford: Clarendon Press).
- Campbell, Jackson J. 1951. 'The Dialect Vocabulary of the OE Bede', *Journal of English and Germanic Philology*, 50: 349-72.
- Campbell, J. 1979. 'Bede's Words for Places', em Sawyer 1979: 34-54.
- Carder, David. 2004. 'Anglo-Saxon Churches', em Lawson & Killingray 2004: 31.
- Carroll, Maureen. 2001. *Romans, Celts and Germans: The German Provinces of Rome* (Stroud: Tempus).
- Cavill, Paul (ed.). 2004. *The Christian Tradition in Anglo-Saxon England: Approaches to Current Scholarship and Teaching* (Cambridge: Brewer).
- Chambers, R.W. 1912. *Widsith: A Study in Old English Heroic Legend* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Clemen, Carl. 1934. *Altgermanische Religionsgeschichte* (Bonn: Röhrscheid).
- Clemoes, Peter (ed.). 1997. *Ælfric's Catholic Homilies: The First Series*, Early English Text Society, s.s. 17 (Oxford: Oxford University Press).
- Colgrave, Bertram & Mynors, R.A.B. (eds). 1969. *Bede's Ecclesiastical History of the English People* (Oxford: Clarendon Press).
- Collingwood, R.G. & Wright, R.P. 1965. *The Roman Inscriptions of Britain, I: Inscriptions on Stone* (Oxford: Clarendon Press). Cramp, Rosemary. 1984. *Corpus of Anglo-Saxon Stone Sculpture: County Durham & Northumberland*, 2 vols (Oxford: Oxford University Press).
- Crawford, O.G.S. 1922. *The Andover District: An Account of Sheet 283 of the One-inch Ordnance Map* (Oxford: Clarendon Press).
- Damico, Helen. 1984. *Beowulf's Wealhtheow and the Valkyrie Tradition* (Madison: University of Wisconsin Press).
- Davidson, Hilda Ellis. 1972. *The Battle God of the Vikings*, University of York Medieval Monograph Series, 1 (York: University of York).
- Davidson, Hilda Ellis. 1998. *Roles of the Northern Goddess* (London: Routledge).
- Derks, Ton. 1991. 'The Perception of the Roman Pantheon by a Native Elite: The Example of Votive Inscriptions from Lower Germany', em Roymans & Theuws 1991: 235-65.
- Derks, Ton. 1998. *Gods, Temples and Ritual Practices: The Transformation of Religious Ideas and Values in Roman Gaul*, Amsterdam Archaeological Studies, 2 (Amsterdam: Amsterdam University Press).
- De Vries, Jan. 1956-57. *Altgermanische Religionsgeschichte*, 2nd edn, Grundriß der germanischen Philologie, 12, 2 vols (Berlin: de Gruyter).
- De Vries, Jan. 1977. *Altnordisches Etymologisches Wörterbuch*, 2nd edn (Leiden: Brill).
- DuBois, Thomas A. 1999. *Nordic Religions in the Viking Age* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press).
- Dumézil, Georges. 1973. *Gods of the Ancient Northmen*, ed. Einar Haugen, tr. John Lindow & others (Berkeley: University of California Press).
- Düwel, Klaus (ed.). 1994. *Runische Schriftkultur in kontinental-skandinavischer und -angelsächsischer Wechselbeziehung*, Ergänzungsbände zum Reallexikon der Germanischen Altertumskunde, 10 (Berlin: de Gruyter).
- Eis, Gerhard. 1949. *Altdeutsche Handschriften* (Munich: Beck).
- Eis, Gerhard. 1964a. 'Deutung des ersten Merseburger Zauberspruchs', em Eis 1964b: 58-66.
- Eis, Gerhard. 1964b. *Altdeutsche Zaubersprüche* (Berlin: de Gruyter).
- Ekwall, Eilert. 1960. *The Concise Oxford Dictionary of English Place-Names*, 4th edn (Oxford: Clarendon Press).
- Feist, Sigmund. 1939. *Vergleichendes Wörterbuch der Gotischen Sprache*, 3rd edn (Leiden: Brill).

- Fisher, C.D. (ed.). 1906 [1956]. *Cornelii Taciti Annalium ab Excessu Divi Augusti Libri* (Oxford: Clarendon Press) [não paginado: citado pelo livro e capítulo].
- Förster, Max. 1929. 'Die altenglischen Verzeichnisse von Glücks- und Unglückstagen', em Malone & Ruud 1929: 258-77.
- Frank, Roberta & Cameron, Angus (eds). 1973. *A Plan for the Dictionary of Old English* (Toronto: University of Toronto Press).
- Frings, Theodor & Müller, Gertraud 1966-68. *Germania Romana*, 2nd edn, 2 vols, Mitteldeutsche Studien, 19 (Halle: Niemeyer).
- Fulk, R.D. 1992. *A History of Old English Meter* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press). Gallée, J.H. (ed.). 1894. *Old Saxon Texts* (Leiden: Brill).
- Gannon, Anna. 2003. *The Iconography of Early Anglo-Saxon Coinage: Sixth to Eighth Centuries* (Oxford: Oxford University Press).
- Garman, Alex. G. 2008. *The Cult of the Matronae in the Roman Rhineland: An Historical Evaluation of the Archaeological Evidence* (Lewiston: Mellen).
- Gelling, Margaret. 1988. *Signposts to the Past*, 2nd edn (Chichester: Phillimore).
- Gerchow, Jan. 1988. *Die Gedenküberlieferung der Angelsachsen*, Arbeiten zur Frühmittelalterforschung, 20 (Berlin: de Gruyter).
- Gordon, E.V. & Taylor, A.R. 1957. *An Introduction to Old Norse*, 2nd edn (Oxford: Clarendon Press).
- Gradon, P.O.E. (ed.). 1977. *Cynewulf's 'Elene'* (Exeter: University of Exeter).
- Green, D.H. 2000. *Language and History in the Early Germanic World* (Cambridge: CUP).
- Green, Francis J. 1994. 'Cereals & Plant Food: A Reassessment of the Saxon Economic Evidence from Wessex', em Rackham 1994b: 83-8.
- Grimm, Jacob. 1882-88 [1966]. *Teutonic Mythology*, tr. James Steven Stallybrass, 4 vols (New York: Dover).
- Gutenbrunner, Siegfried. 1936. *Die germanischen Götternamen der antiken Inschriften*, Rheinische Beiträge und Hilfsbücher zur germanischen Philologie und Volkskunde, 24 (Halle: Niemeyer).
- Gutenbrunner, Siegfried. 1966. 'Ostern: Neue Materialien zum Synkretismus der Merowingerzeit', em Rudolph, Heller & Walter 1966: 122-9.
- Haase, Wolfgang (ed.). 1986. *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt: Geschichte und Kultur Roms im Spiegel der neueren Forschung*, II, 18.1 (Berlin: de Gruyter).
- Hammer, Carl I. 1997. *Charlemagne's Months and their Bavarian Labors: The Politics of the Seasons in the Carolingian Empire*, BAR International Series, 676 (Oxford: Archaeopress).
- Hawkes, Sonia Chadwick. 1979. 'Eastry in Anglo-Saxon Kent: Its Importance, and a Newly-Found Grave', em Hawkes, Brown & Campbell 1979: 81-113.
- Hawkes, Sonia Chadwick, Brown, David & Campbell, James (eds). 1979. *Anglo-Saxon Studies in Archaeology and History 1*, BAR British Series, 72 (Oxford: BAR).
- Helm, Karl. 1913-53. *Altgermanische Religionsgeschichte*, 2 vols (Heidelberg: Winter).
- Helm, Karl. 1950. 'Erfundene Götter?', em Kienast 1950: 1-11.
- Henel, Heinrich. 1934. *Studien zum altenglischen Computus*, Beiträge zur englischen Philologie, 26 (Leipzig: Tauchnitz).
- Henel, Heinrich. 1935. 'Altenglischer Mönchsaberglaube', *Englische Studien*, 69: 329- 49.
- Henel, Heinrich (ed.). 1942 [for 1940]. *Ælfric's De Temporibus Anni*, Early English Text Society, o.s. 213 (London: Oxford University Press).

- Herren, Michael W. 1998. 'The Transmission and Reception of Graeco-Roman Mythology in Anglo-Saxon England, 670-800', *Anglo-Saxon England*, 27: 87-103.
- Hodgson, John. 1820-58. *History of Northumberland*, 3 partess em 7 vols (Newcastle: o autor).
- Hofstra, T., Houwen, L.A.J.R. & MacDonald, A.A. (eds). 1995. *Pagans and Christians: The Interplay between Christian Latin and Traditional Germanic Cultures in Early Medieval Europe*, Germania Latina, 2 (Groningen: Forsten).
- Hogg, Richard M. 1992. *A Grammar of Old English: Volume 1: Phonology* (Oxford: Blackwell).
- Holder-Egger, O. (ed.). 1911. *Einhardi Vita Karoli Magni*, Monumenta Germaniae Historica, Scriptores Rerum Germanicarum in Usum Scholarum, 25 (Hannover: Hahn).
- Holthausen, Ferdinand. 1954. *Altsächsisches Wörterbuch*, Niederdeutsche Studien, 1 (Münster: Böhlau).
- Hondius-Crone, Ada. 1955. *The Temple of Nehalennia at Domburg* (Amsterdam: Meulenhoff).
- Jack, George (ed.). 1994. *Beowulf: A Student Edition* (Oxford: Clarendon Press).
- Jeske, Hans. 1983. 'Zu den deutschen Monatsnamen', *Studia Neophilologica*, 55: 31-46.
- Jones, Charles W. (ed.). 1943. *Bedae Opera de Temporibus* (Cambridge, MA: The Mediaeval Academy of America).
- Jones, Charles W. (ed.). 1977. *Bedae Venerabilis Opera: Pars VI, Opera Didascalica*, 2, Corpus Christianorum, Series Latina, 123 B (Turnhout: Brepols).
- Jónsson, Guðni (ed.). 1950. *Fornaldar Sögur Norðurlanda*, 4 vols (Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan).
- Kienast, Richard (ed.). 1950. *Studien zur deutschen Philologie des Mittelalters* (Heidelberg: Winter).
- Kitson, Peter. 2002. 'Topography, Dialect, and the Relation of Old English PsalterGlosses (I)', *English Studies*, 83: 474-503.
- Kittlick, Wolfgang. 1998. *Die Glossen der Hs. British Library, Cotton Cleopatra A. III: Phonologie, Morphologie, Wortgeographie*, Europäische Hochschulschriften, Reihe 14: Angelsächsische Sprache und Literatur, 347 (Frankfurt: Lang).
- Kluge, Friedrich & Seebold, Elmar. 2002. *Etymologisches Wörterbuch der deutschen Sprache*, 24th edn (Berlin: de Gruyter).
- Knobloch, Johann. 1959. 'Der Ursprung von nhd. Ostern, engl. Easter', *Die Sprache*, 5: 27-45.
- Kolbe, Hans-Georg. 1960. 'Die neuen Matroneninschriften von Morken-Harff, Kreis Bergheim', *Bonner Jahrbücher*, 160: 50-124.
- Kölzer, Theo, Hartmann, Martina & Stieldorf, Andrea (eds). 2001. *Die Urkunden der Merowinger*, 2 vols, Monumenta Germaniae Historica: Diplomata Regum Francorum e Stirpe Merovingica (Hannover: Hahn).
- Kotzor, Günter (ed.). 1981. *Das altenglische Martyrologium*, Bayerische Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-Historische Klasse, Abhandlungen, Neue Folge, 88, 2 vols (Munich: Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften).
- Krapp, George Philip (ed.). 1932. *The Vercelli Book*, The Anglo-Saxon Poetic Records, 2 (London: Routledge; New York: Columbia University Press).
- Krause, Wolfgang. 1968. *Handbuch des Gotischen*, 3rd edn (Munich: Beck).
- Kuhn, Sherman M. (ed.). 1965. *The Vespasian Psalter* (Ann Arbor: University of Michigan Press).
- Kuhn, Sherman M. 1972. 'The Authorship of the Old English Bede Revisited', *Neuphilologische Mitteilungen*, 73: 172-80.
- Lapidge, Michael et al. (eds). 2001. *The Blackwell Encyclopaedia of Anglo-Saxon England* (Oxford: Blackwell).
- Larrington, Carolyne (tr.). 1996. *The Poetic Edda* (Oxford: Oxford University Press).

- Lawson, Terence & Killingray, David. 2004. *An Historical Atlas of Kent* (Chichester: Phillimore).
- Lawson, Terence. 2004. 'Lathes and Hundreds', em Lawson & Killingray 2004: 30.
- Lewis, Charlton T. & Short, Charles 1879 [1998]. *A Latin Dictionary* (Oxford: Clarendon Press).
- Liebermann, F. (ed.). 1903-16. *Die Gesetze der Angelsachsen*, 3 vols (Halle: Niemeyer).
- Lindelöf, U. (ed.). 1927. *Rituale Ecclesiae Dunelmensis: The Durham Collectar*, Publications of the Surtees Society, 140 (Durham: Andrews).
- Lindsay, W.M. (ed.). 1911. *Isidori Hispalensis Episcopi Etymologiarum sive Originum Libri XX*, 2 vols (Oxford: Clarendon Press) [não paginado: citeao pelo livro, capítulo e seção].
- Lindsay, W.M. (ed.). 1921. *The Corpus Glossary* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Lucas, Peter J. (ed.). 1977. *Exodus* (London: Methuen).
- Machan, Tim William (ed.). 2008. *Vafþrúðnismál*, 2nd edn, Durham Medieval and Renaissance Texts, 1 (Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies; Durham: Centre for Medieval and Renaissance Studies, Durham University).
- Malone, Kemp, and Ruud, Martin B. (eds). 1929. *Studies in Philology: A Miscellany in Honor of Frederick Klaeber* (Minneapolis: University of Minnesota Press).
- Marchand, James W. 1973. *The Sounds and Phonemes of Wulfila's Gothic*, Janua Linguarum, Series Practica, 25 (The Hague: Mouton).
- McKitterick, Rosamond. 2004. *History and Memory in the Carolingian World* (Cambridge: Cambridge University Press).
- McMahon, April & McMahon, Robert. 2005. *Language Classification by Numbers* (Oxford: Oxford University Press).
- Meaney, Audrey L. 1979. 'The Ides of the Cotton Gnostic Poem', *Medium Ævum*, 48: 23-39.
- Meaney, Audrey L. 1985. 'Bede and Anglo-Saxon Paganism', *Parergon*, n.s. 3: 1-29.
- Mees, Bernard. 2006. 'Early Rhineland Germanic', *North-Western European Language Evolution*, 49: 13-49.
- Meyer, Richard M. 1910. *Altgermanische Religionsgeschichte* (Leipzig: Quelle & Meyer).
- Miller, Thomas (ed.). 1890-98. *The Old English Version of Bede's Ecclesiastical History of the English People*, 2 vols, Early English Text Society, o.s. 95, 96, 110, 111 (London: Trübner).
- Mills, A.D. 2003. *Oxford Dictionary of British Place-Names* (Oxford: Oxford University Press).
- Mommsen, Theodor (ed.). 1882. *Iordanis Romana et Getica*, Monumenta Germaniae Historica, Auctores Antiquissimi, 5.1 (Berlin: Weidmann).
- Muir, Bernard J. 1994. *The Exeter Anthology of Old English Poetry: An Edition of Exeter Dean and Chapter MS 3501*, 2 vols (Exeter: University of Exeter Press).
- Murdoch, Brian. 2004a. 'Charms, Recipes, & Prayers', em Murdoch 2004b: 57-72.
- Murdoch, Brian (ed.). 2004b. *German Literature of the Early Middle Ages*, The Camden House History of German Literature, 2 (Rochester, NY: Camden House).
- Napier, A. 1889. 'Altenglische Kleinigkeiten', *Anglia*, 11: 1-10.
- Napier, Arthur S. (ed.). 1900. *Old English Glosses: Chiefly Unpublished*, Anecdota Oxoniensia, Mediaeval and Modern Series, 11 (Oxford: Clarendon Press).
- Neumann, Günter. 1987. 'Die germanischen Matronen-Beinamen', in Bauchhenß and Neumann 1987: 103-32.
- North, Richard. 1997. *Heathen Gods in Old English Literature*, Cambridge Studies in Anglo-Saxon England, 22 (Cambridge: Cambridge University Press).

Oertel, Kurt. 2003. 'Ostara – eine germanische Göttin?', <<http://www.niflungen.de/download/ostara.pdf>> [acessado em Julho de 2007].

Okasha, Elisabeth. 1971. *Hand-List of Anglo-Saxon Non-Runic Inscriptions* (Cambridge: Cambridge University Press).

Okasha, Elisabeth. 2004. 'Memorial Stones or Grave Stones?', em Cavill 2004: 91-101.

Page, R.I. 1995. 'Anglo-Saxon Paganism: The Evidence of Bede', em Hofstra, Houwen & MacDonald 1995: 99-129.

Petersohn, Jürgen. 1966. 'Neue Bedafragmente in northumbrischer Unziale saec. viii', *Scriptorium*, 20: 215-47.

Peterson, Lena. 1994. 'On the Relationship between Proto-Scandinavian and Continental Germanic Personal Names', em Düwel 1994: 128-75.

Peterson, Lena. 2004. *Lexikon över urnordiska personnamn*, <<http://www.sofi.se/1465>> [acessado em Abril de 2009].

Peterson, Lena. 2007. *Nordiskt runnamnslexikon*, 5th edn (Uppsala: Institutet för språk och folkminnen).

Pheifer, J.D. (ed.). 1974. *Old English Glosses in the Épinial-Erfurt Glossary* (Oxford: Clarendon Press).

Plummer, Carolus. 1896. *Venerabilis Baedae Historiam Ecclesiasticam Gentis Anglorum*, 2 vols (Oxford: Clarendon Press).

Pokorny, Julius. 1959-69. *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*, 2 vols (Bern: Francke).

Rackham, James. 1994a. 'Economy and Environment in Saxon London', em Rackham 1994b: 126-35.

Rackham, James (ed.). 1994b. *Environment and Economy in Anglo-Saxon England: A Review of Recent Work on the Environmental Archaeology of Rural and Urban Anglo-Saxon Settlements in England*, Council for British Archaeology Research Report, 89 (York: Council for British Archaeology).

Reichert, Hermann. 1987-90. *Lexikon der altgermanischen Namen*, Thesaurus Palaeogermanicus, 1, 2 vols (Vienna: Verlag der österreichischen Akademie der Wissenschaften).

Riddler, Ian. 2004. 'Anglo-Saxon Kent: Early Development c. 450-c.800', em Lawson & Killingray 2004: 25-8.

Roeder, Fritz. 1904. *Der altenglische Regius-Psalter: Eine Interlinearversion in Hs. Royal 2. B. 5 des Brit. Mus.*, Studien zur englischen Philologie, 18 (Halle: Niemeyer).

Roffe, David. 1995. 'The Historia Croylandensis: A Plea for Reassessment', *English Historical Review*, 110.435: 93-108.

Roud, Steve. 2006. *The English Year: A Month-by-Month Guide to the Nation's Customs and Festivals, from May Day to Mischief Night* (London: Penguin).

Roymans, N. 1990. *Tribal Societies in Northern Gaul: An Anthropological Perspective*, Cingula, 12 (Amsterdam: Universiteit van Amsterdam).

Roymans, N. & Theuws, F. (eds). 1991. *Images of the Past: Studies on Ancient Societies in Northwestern Europe*, Studies in Pre- en Protohistorie, 7 (Amsterdam: Universiteit van Amsterdam).

Rudolph, Kurt, Heller, Rolf & Walter, Ernst (eds). 1966. *Festschrift Walter Baetke: Dargebracht zu seinem 80. Geburtstage am 28. März 1964* (Weimar: Böhlau).

Rüger, Christoph B. 1987. 'Beobachtungen zu den epigraphischen Belegen der Muttergottheiten in den lateinischen Provinzen des Imperium Romanum', em Bauchhenß & Neumann 1987: 1-30.

Sawyer, P.H. (ed.). 1979. *Names, Words, and Graves: Early Medieval Settlement* (Leeds: School of History, University of Leeds).

Schauerte, Günther. 1987. 'Darstellungen mütterlicher Gottheiten in den römischen Nordwestprovinzen', em Bauchhenß & Neumann 1987: 55-102.

- Schützeichel, Rudolf. 2006. *Althochdeutsches Wörterbuch*, 6th edn (Tübingen: Niemeyer)
- Scragg, D.G. (ed.). 1992. *The Vercelli Homilies and Related Texts*, *Early English Text Society*, o.s. 300 (Oxford: Oxford University Press).
- Seltén, Bo. 1979. *The Anglo-Saxon Heritage in Middle English Personal Names*, 2 vols (Lund: Gleerup).
- Sermon, Richard. 2008. 'From Easter to Ostara: The Reinvention of a Pagan Goddess?', *Time and Mind: The Journal of Archaeology, Consciousness and Culture*, 1.3: 331-43.
- Shaw, Philip. 2007. 'The Origins of the Theophoric Week in the Germanic Languages', *Early Medieval Europe*, 15: 386-401.
- Shaw, Philip. 2008. 'Orthographic Standardization and Seventh- and Eighth-Century Coin Inscriptions', em Abramson 2008: 97-112.
- Simek, Rudolf. 1993 [2000]. *Dictionary of Northern Mythology*, tr. Angela Hall (Cambridge: Brewer).
- Simek, Rudolf. 2002. 'Goddesses, Mothers, Dísir: Iconography and Interpretation of the Female Deity in Scandinavia in the First Millennium', em Simek & Heizmann 2002: 93-123.
- Simek, Rudolf, & Heizmann, Wilhelm (eds). 2002. *Mythological Women: Studies in Memory of Lotte Motz, 1922-1997*, *Studia Mediaevalia Septentionalia*, 7 (Vienna: Fassbaender)
- Smith, A.H. 1931. 'Peodric in "Widsith" and the Rök Inscription', *Modern Language Review*, 26: 330-2.
- Smith, A.H. 1956. *English Place-Name Elements*, 2 vols, English Place-Name Society, 25-6 (Cambridge: Cambridge University Press).
- Spence, Lewis. 1979. *The Minor Traditions of British Mythology* (New York: Arno).
- Stevenson, Joseph, & George Waring (eds). 1854-65. *The Lindisfarne and Rushworth Gospels*, 4 vols, Publications of the Surtees Society, 28, 39, 43, 48 (Durham: Andrews).
- Stolte, B.H. 1986. 'Die religiösen Verhältnisse in Niedergermanien', in Haase 1986: 591-671.
- Ström, Hilmer. 1939. *Old English Personal Names in Bede's History: An Etymological-Phonological Investigation*, *Lund Studies in English*, 8 (Lund: Gleerup).
- Stuart, P. 2003. *Nehalennia: Documenten in Steen* (Goes: De Koperen Tuin).
- Stuart, P. and Bogaers, J.E. 2001. *Nehalennia: Römische Steindenkmäler aus der Oosterschelde bei Colijnsplaat, Corpus Signorum Imperii Romani, Nederland*, 2, 2 vols (Leiden: Rijksmuseum van Oudheden).
- Sweet, Henry (ed.). 1885 [1957]. *The Oldest English Texts*, *Early English Text Society*, o.s. 83 (London: Oxford University Press).
- Tangl, Michael. 1916. *Die Briefe des Heiligen Bonifatius und Lullus*, *Monumenta Germaniae Historica, Epistolae Selectae*, 1 (Berlin: Weidmann).
- Toller, T. Northcote, & Campbell, Alistair. 1972. *An Anglo-Saxon Dictionary: Supplement, with Revised and Enlarged Addenda* (Oxford: Oxford University Press).
- Toon, Thomas E. 1983. *The Politics of Early Old English Sound Change* (New York: Academic Press).
- Udolph, Jürgen. 1999. *Ostern: Geschichte eines Wortes*, *Indogermanische Bibliothek: Reihe 3, Untersuchungen*, 20 (Heidelberg: Winter).
- van Els, T.J.M. 1972. *The Kassel Manuscript of Bede's 'Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum' and its Old English Material* (Assen: Van Gorcum).
- Wallis, Faith (tr.). 1999. *Bede: The Reckoning of Time, Translated Texts for Historians*, 29 (Liverpool: Liverpool University Press).
- Wartmann, Hermann (ed.). 1981. *Urkundenbuch der Abtei Sanct Gallen*, 2 vols (Frankfurt am Main: Minerva Verlag).
- Weinhold, Karl. 1869. *Die deutschen Monatnamen* (Halle: Waisenhaus).

Wessén, Elias. 1958. *Runstenen vid Röks Kyrka*, Kungl. Vitterhets Historie och Antikvitets Akademiens Handlingar, Filologisk-Filosofiska Serien, 5 (Stockholm: Almqvist & Wiksell).

Whitelock, Dorothy. 1962. 'The Old English Bede', *Proceedings of the British Academy*, 48: 57-90.

Wilson, H.A. (ed.) 1896. *The Missal of Robert of Jumièges*, Henry Bradshaw Society, 11 (London: Henry Bradshaw Society).

Wolfram, Herwig. 1990. *History of the Goths*, tr. Thomas J. Dunlap (Berkeley: University of California Press).

Wormald, Francis (ed.) 1934. *English Kalendars Before A.D. 1100*, Henry Bradshaw Society, 72 (London: Henry Bradshaw Society).

Wright, Joseph. 1924. *Grammar of the Gothic Language* (Oxford: Clarendon Press).